



KENIA SOARES MAIA

**Nascer e crescer negro no país do branqueamento: os
efeitos do racismo na subjetividade infantil.**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-
Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) da
PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora.

Orientadora: Profa. Maria Helena Navas Zamora

Rio de Janeiro

Maio de 2019



Kenia Soares Maia

**Nascer e crescer negro no país do
branqueamento: os efeitos do racismo
na subjetividade infantil**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de
Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica)
da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão
Examinadora.

Profa. Maria Helena Rodrigues Navas Zamora
Orientadora
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Junia de Vilhena
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Sonia Maria Giacomini
Departamento de Sociologia e Política - PUC-Rio

Profa. Claudia Ferreira Vaz
UERJ

Profa. Virgínia Kastrup
Psicologia Geral e Experimental - UFRJ

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2019.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e do orientador

Kenia Soares Maia

Graduou-se em Psicologia pela UFF (Universidade Federal Fluminense) em 1998. Atuou como psicóloga clínica desde então. Pós graduou-se Mestra em Psicologia Clínica pela UFF em 2015, pesquisou sobre a adolescência, Pixação e Graffiti. A partir dessa pesquisa interessou-se pelos efeitos do racismo. Atua na psicologia clínica e como docente universitária.

Ficha Catalográfica

Maia, Kenia Soares

Nascer e crescer negro no país do branqueamento : os efeitos do racismo na subjetividade infantil / Kenia Soares Maia ; orientadora: Maria Helena Navas Zamora. – 2019.

145 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2019.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Racismo. 3. Infância. 4. Branquitude. 5. Psicologia. 6. Cartografia. I. Zamora, Maria Helena Navas. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Dedico esse trabalho a todas as crianças brasileiras: às
negras, brancas e as de todas as cores possíveis.

Dedico à Clarisse, que junto a mim, enquanto filha e
criança, acompanhou esse processo. Que o contágio a
comprometa com o fim do racismo.

Agradecimentos

Agradeço a Maria Helena Zamora por sua comprometida orientação, por construir comigo um lugar possível para lutar, escrever, estudar, amar e me tornar professora. Por seus ensinamentos que transbordam essa tese.

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não teria sido possível.

Agradeço ao grupo Porta da Lembrança pelo território de afetos que produzem ações, pensamentos, acolhimento e coletividade.

Agradeço a Flávia Pfeil pela linda amizade.

A Rachel Baptista pelo apoio sempre tão carinhoso e detalhadamente seguro.

A professora Sonia Giacomini pela acolhida em sua importante disciplina e pelos ensinamentos sobre os caminhos escritos e construídos pelos pensadores brasileiros.

A minha família que atenciosamente me apoiou e incentivou nessa jornada. Especialmente ao Francisco, à Clarisse, Teresa e Eline.

Aos amigos que acompanharam esse processo, muitas vezes se transformando junto comigo.

A Lia Vainer Schucman que sempre me atendeu aos chamados com muito carinho e disponibilidade. Sua produção e atenção foram fundamentais para esse trabalho.

Agradeço aos meus queridos alunos: Marwyn Soares de Souza, Nágila Da Hora Pereira, Thalita Gonçalves Roeles e Eliandra Gonçalves Dutra, pela incansável dedicação e pelo eterno carinho.

Agradeço a amiga Cláudia Vaz por sua leitura atenta e sugestões imprescindíveis.

A amiga Maria Carmen Euler Torres por sua leitura sensível e atenta às crianças.

Agradeço a amiga Rosemeri Covre por sua delicada e doce presença e seu conhecimento na língua portuguesa.

Agradeço ao Lucas Gonzaga, que com sua habilidade, sensibilidade e atenção me ajudou na finalização e formatação da tese.

Resumo

Maia, Kenia Soares; Zamora, Maria Helena. **Nascer e crescer negro no país do branqueamento: os efeitos do racismo na subjetividade infantil.** Rio de Janeiro, 2019.140p. Tese de Doutorado- Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta tese apresenta um estudo sobre os efeitos do racismo na subjetividade infantil. O foco nos estudos do racismo na relação com a infância advém do desejo de contribuir na construção de ferramentas para a psicologia aprofundar seu conhecimento e comprometimento com esta temática. Foi realizada uma cartografia que serviu de diretriz ética/política na construção de modos de pesquisar o racismo, buscando com isso, a não reprodução do racismo epistemológico na escrita sobre o negro no Brasil. A cartografia é um método baseado no pensamento de Gilles Deleuze e Félix Guattari, que compromete o pesquisador na horizontalização da relação sujeito/objeto, buscando desfazer a hierarquia estrutural da epistemologia tradicional acadêmica, historicamente produzida. Este posicionamento cartográfico se torna um dispositivo na democratização das relações entre pesquisador e mundo a ser conhecido, iniciando as mudanças que pretendemos sugerir na direção da desconstrução de desigualdades e opressões, a partir da postura do pesquisador e da forma de construir narrativas. Parte dessa pesquisa foi realizada em campo, com crianças atendidas no Serviço de Psicologia Aplicada da Universidade Estácio de Sá e outra foi uma pesquisa bibliográfica que inclui estudos de escritores da sociologia brasileira como Nina Rodrigues e Oliveira Viana; trabalhos acadêmicos contemporâneos sobre o racismo e a infância; autores da psicanálise como D. W. Winnicott e autores da psicologia que abordam o racismo como Frantz Fanon e Neuza Santos Souza. Jean-Paul Sartre também foi um dos autores que nos referenciou nesta tese a partir de seus escritos sobre o racismo e o antissemitismo.

Palavras-chave:

Racismo; Infância; Branquitude; Psicologia; Cartografia

Abstract

Maia, Kenia Soares; Zamora Maria Helena, **Born and growing black in the country of whitening: the effects of racism on child subjectivity**. Rio de Janeiro, 2019.140p. Doctoral Thesis - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis presents a study on the effects of racism on child subjectivity. The focus on studies of racism in relation to childhood comes from the desire to contribute in the construction of tools for psychology to deepen its knowledge and commitment to this theme. A cartography was done that served as an ethical / political guideline in the construction of ways of researching racism, seeking with this, the non-reproduction of epistemological racism in writing about black in Brazil. Cartography is a method based on the thinking of Gilles Deleuze and Félix Guattari, which compromises the researcher in the horizontalization of the subject / object relationship, seeking to undo the structural hierarchy of the historically produced academic epistemology. This cartographic positioning becomes a device in the democratization of the relations between researcher and the world to be known, initiating the changes that we intend to suggest in the direction of the deconstruction of inequalities and oppressions, starting from the researcher's position and the way of constructing narratives. Part of this research was carried out in the field, with children attending the Service of Applied Psychology of Estácio de Sá University and another was a bibliographical research that includes studies of Brazilian sociology writers such as Nina Rodrigues and Oliveira Viana; contemporary academic works on racism and childhood; authors of psychoanalysis like D. W. Winnicott and authors of psychology who approach racism like Frantz Fanon and Neuza Santos Souza. Jean-Paul Sartre was also one of the authors who referred us in this thesis from his writings on racism and anti-Semitism.

Keywords:

Racism; Childhood; Branquitude; Psychology; Cartography

Sumário

1. Introdução	11
1.1 Referências bibliográficas	25
2. Primeiro Artigo: Branquitude e pesquisa sobre racismo no Brasil	27
2.1 Resumo	27
2.2 Abstract	27
2.3 Introdução	28
2.4 Política de Branqueamento e a branquitude	29
2.5 A Ciência que cria complexos e reproduz desigualdades	35
2.6 O narcisismo e a política da pesquisa	38
2.7 Por uma epistemologia antirracista	42
2.8 Conclusão	44
2.9 Referências bibliográficas	44
3. Segundo Artigo: O Brasil e a Lógica Racial: Do branqueamento à produção de subjetividade do racismo	47
3.1 Resumo	47
3.2 Abstract	47
3.3 Resúmen	48
3.4 Introdução	49
3.5 Gobineau e sua triste “verdade”	51
3.6 O Século XIX e a Ciência	56
3.7 Nina Rodrigues e Oliveira Viana, qual a saída para o Brasil?	58
3.8 Política de branqueamento, produção de subjetividade e racismo	66
3.9 Considerações finais	70
3.10 Referências bibliográficas	71
4. Terceiro Artigo: Reflexões sobre o racismo em Campos dos Goytacazes: Um olhar existencialista sobre a descolonização	76

4.1	Resumo	76
4.2	Abstract	77
4.3	Introdução	78
4.4	Racismo na cidade de Campos dos Goytacazes	80
4.5	Jean-Paul Sartre e Frantz Fanon: o existencialismo e a descolonização	83
4.6	Racismo, Estrutura de Escolha e Liberdade em Situação	87
4.7	Considerações Finais – Por uma Vida Menos Medíocre	90
4.8	Referências bibliográficas	91
5.	Quarto Artigo: A Cor da Pele que Pinta a Subjetividade: Saúde Racismo e Infância	94
5.1	Resumo	94
5.2	Abstract	95
5.3	Introdução	95
5.4	Instituição pesquisada	96
5.5	Método	96
5.6	Participantes	98
5.7	Instrumentos	98
5.8	Procedimento	98
5.9	Resultados	101
5.10	Discussão	103
5.11	Conclusão	113
5.12	Referências bibliográficas	114
6.	Considerações finais	118
6.1	Referências bibliográficas	124
7.	Referências bibliográficas	126
8.	Anexos	137
8.1	Fotos para autodeclaração de cor de pele	137
8.1.1	Crianças de cinco a oito anos de idade	137
8.1.2	Crianças de oito a onze anos de idade	139
8.2	Silhueta da imagem corporal	141

8.3 Material realizado pelas crianças	142
8.3.1 Igor	142
8.3.2 Caio	142
8.4 Termo de Consentimento Livre Esclarecido	143

1. Introdução

Esta tese foi escrita em formato de coletânea de artigos, modelo de escrita que passou a ser utilizado no Brasil recentemente, pelo menos na Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio. Ela consiste na compilação de artigos submetidos e a submeter, com uma introdução e uma conclusão que pretendem realizar a integração e compreensão do problema que moveu a pesquisa.

A presente tese está composta por quatro artigos que abordam o racismo, a branquitude, a política do branqueamento e seus efeitos na infância negra. A escolha por escrever uma tese neste formato se deve ao modo como a pesquisa foi se delineando junto à escrita, de modo processual. Este modelo permitiu que os conceitos fossem desenvolvidos de acordo com as demandas surgidas no processo de pesquisa. Isso significa que não se partiu de um pressuposto sobre como são os efeitos do racismo na infância *a priori*, não se partiu de um delineamento linear conceitual a ser aplicado na escrita e no campo, mas sim de uma vivência que demandou abordagens conceituais específicas, que o formato de artigo possibilita aprofundar.

Fica claro que a relação entre o formato de escrita e o método se entrecruzam. O método cartográfico tem como princípio se delinear no caminho de pesquisa, tornando a narrativa, construída nesse processo, a própria tese. Um diário de bordo construído por partidas, paradas, mergulhos e por mapas de navegação que poderíamos chamar de conceitos, aprofundamentos, desterritorializações e novos direcionamentos. Não fechamos um saber, não pretendemos dominar a questão, apenas apresentar um caminho em que surgiram vetores formados por racismo e sofrimento que precisam ser desfeitos.

A dificuldade em encontrar bibliografia no tema foi outra razão pela qual a escrita em artigos fez sentido para nós. A socialização dos escritos sobre o racismo e a infância no Brasil é necessária para agilizar a troca de conhecimento sobre o tema. A publicação dos artigos pode ser um dos caminhos para que esta temática avance com maior rapidez. As revistas

científicas promovem o conhecimento; é interessante colocar artigos à disposição dos interessados e da sociedade de forma mais ampla, de modo a democratizar o acesso aos resultados das pesquisas. A divulgação faz surgir novas questões e fornece referências teóricas para que os temas sejam desenvolvidos. A escrita em forma de artigo, apesar de incipiente, é uma prática acadêmica que tem sido difundida na atualidade e usada como parâmetro para a pesquisa bibliográfica e para a prática docente. Devido ao tema do racismo ser pouco explorado na psicologia brasileira, a publicação de escritos sobre o tema pode ser um modo de ampliar e agilizar a comunicação entre pesquisadores atuais, na construção de uma literatura acadêmica antirracista mais consistente.

O tema central do trabalho é o racismo. Podemos conceituar o racismo (Campos, 2017) a partir da sociologia, destacando três pilares: o viés ideológico, o comportamental e o institucional. Os três são coemergentes, ou seja, agem de modo simultâneo, e são coengendrados, atravessados uns nos outros. Uma sociedade racista possui ideologias fundadas em teorias raciais, de diferenças hierárquicas entre raças; possui comportamentos com base em teorias raciais e, com isso, as sociedades instituem-se, edificam-se em bases racistas, de forma que o racismo invisibilizado, naturalizado e permanente está presente na educação, nas instituições de saúde, previdência, trabalho, etc; sempre mantendo o negro em situação desigual de inferioridade.

Iniciamos nossos estudos desta tese juntamente ao surgimento do núcleo antirracista de estudos, pesquisas e intervenção Porta da Lembrança, da PUC-Rio, coordenado pela professora Maria Helena Zamora, onde pudemos agrupar alunos de graduação e pós-graduação desenvolvendo pesquisas e ações antirracistas. Essa experiência, além de ser um solo para estudos, leituras coletivas, discussões e aulas de convidados experientes na luta antirracista, foi um encontro que me proporcionou fortalecimento e amadurecimento como pesquisadora e docente. Nesse grupo afetivo e potente, pude desenvolver uma prática de pesquisa onde não se pensa sozinho, não se escreve sozinho e, por isso, sinto que boa parte desse trabalho foi escrito a mais de quatro mãos.

Desde a pesquisa do mestrado, percebi que as grandes dificuldades que atravessam as vidas da juventude e da infância no Rio de Janeiro têm relação com o racismo. No mestrado, pesquisei formas de resistência da juventude negra ao genocídio e cartografei a pixação, o graffiti e as rodas de rima, identificando-os como práticas de resistência e de ocupação da cidade. Deste modo, ao me aproximar da juventude, já percebia os efeitos do racismo, traduzido como poucas expectativas e oportunidades de estudo e trabalho, exposição cotidiana à violência armada, vivência de mortes dos colegas, gravidez precoce e/ou indesejada, a dificuldade de continuar os estudos por necessidade de trabalho, formas de vida precarizadas desde o nascimento. Percebi, enfim, o risco que correm para que possam existir de alguma forma. Percebi que o racismo estava presente em todos esses atravessamentos.

No mestrado me vi cartógrafa, no caminho, na estrada, na rua, nos muros e isso me constituiu. Ser cartógrafo (Escóssia, Kastrup & Passos, 2009) é perseguir atentamente as linhas que surgem no processo de pesquisa e nos direcionam a uma transgressão, a uma fuga, a uma resistência. Ser cartógrafo é um posicionamento epistemológico e político, pois suas bases estão na desconstrução de uma hierarquia, de um lugar de poder e de dominação do pesquisador. Ampliar o conhecimento sobre uma experiência que não se vive em um nível individual necessita que se abra mão de um poder que surge de um privilégio anterior, que deve ser posto em análise e descartado, para que se crie uma relação de construção e não de dominação através da produção de conhecimento.

Cartografar os efeitos do racismo em crianças vem de um desejo de produzir aberturas de sentido e de pesquisa nessa direção, para desconstruirmos os efeitos do racismo e para que possamos manejar clínico/politicamente os processos de subjetivação do racismo na infância, e evitando que esses efeitos permaneçam. Cartografar a infância foi mais complexo do que cartografar a adolescência desobediente, pois precisei construir um território comum, um instrumento de navegação que me possibilitasse criar uma língua possível – o desenho – e evitar que esse desenho fosse um documento estático, representacional, identitário e que

parecesse com um diagnóstico. Não me interessavam representações negativas da infância nos moldes individualizantes e patologizantes, mas sim um veículo que pudesse construir um dizer sobre uma experiência; que pudesse cartografar como esse racismo se faz presente desde a infância, como interfere no modo como as crianças se sentem e como se constituem em meio a ele.

Senti necessidade de me aprofundar no mundo infantil, que cresce em meio ao racismo, esse ambiente hostil, que a psicologia pouco aborda nas graduações. Despertei para a urgência de se cuidar melhor dessa infância para que eles possam ter melhores oportunidades existenciais, para que possam ter direito à vida e diminuir o trauma de estar vivo na iminência da morte; de não ser desejado por seu ambiente. Iniciamos, a partir deste ponto, eu e minha orientadora, um processo de pensamento e construção dos caminhos possíveis.

Sabia que havia um ambiente rechaçador, violento e que isso fazia parte do cotidiano da infância negra – esse foi o ponto de partida – mas como chegar aos efeitos do racismo na subjetividade? Como falar de racismo e de infância, sem ser criança e negra? Como pesquisar sem recair no racismo epistemológico, que cala o negro e fala por ele? Como não dizer sobre a infância de modo adultocêntrico?

Essas foram as primeiras preocupações ético/metodológicas que levaram ao estudo da branquitude, entendendo-a como parte das sociedades que se basearam na escravidão e que se caracterizaram pelos privilégios materiais e simbólicos destinados aos brancos, fundamentados em teorias científicas racistas do século XIX. A partir do conceito de raça, ilustres cientistas forjaram diferenças que marcam e distanciam brancos e negros (Schucman, 2018). Ao entrar em contato com esse conceito, foi iniciado um processo profundo de análise de implicações, de posicionamento, e cheguei até a pensar em desistir da minha pesquisa. O impasse persistia: Como afinal pesquisar o racismo sem reproduzi-lo?

A progressiva consciência da branquitude me ajudou a pensar que a racialização do branco é a racialização do privilégio, do poder, e isso inclui poder falar do que queria em um curso de doutorado. Ser branca e estar na pós-graduação no Rio de Janeiro era um privilégio que eu reconhecia melhor a cada discussão e leitura. Esse privilégio não poderia ser ativado na escrita e na minha forma de pesquisar, mas sim apontado e usado como análise metodológica, “hódos-metá” – o caminho que define o caminhar e não uma hipótese que se confirma ou não através da pesquisa.

Ser branca é um fato que atravessa a pesquisa e mudou meu caminhar na relação com o problema que me tocava. Se os efeitos do racismo na infância eram o problema que eu escolhi para pesquisar e que eu considerava relevante para a psicologia, meu compromisso foi produzir um conhecimento que interferisse nessa realidade e, para isso, primeiramente, eu deveria analisar meu lugar nesse contexto.

A partir da consciência de que a inserção do negro nas universidades, – seja como ingressantes ou como autores lidos – ainda é muito inicial, é alta a possibilidade de recair no racismo epistemológico, já que uma das formas de racismo é a desqualificação da fala do negro e a construção de uma literatura acadêmica, “oficial”, escrita por brancos (Cardoso, 2011; Carone e Bento, 2014). O privilégio, ou seja, a branquitude, racializou a produção de conhecimento, pois além de usarmos o modelo eurocêntrico de educação, temos uma sociedade que estabeleceu o lugar de conhecimento para o branco.

As teorias raciais do século XIX condenaram os afro-ameríndios ao analfabetismo ou a pouco acesso à educação formal, enquanto os brancos ocupavam as cadeiras das melhores e mais conceituadas escolas e universidades brasileiras. Das nobres cadeiras foram escritas as mais importantes obras sobre as relações étnico-raciais no Brasil desde o fim do século XIX por brancos – com exceções (Cardoso, 2011). Comparativamente, somente na atualidade podemos perceber que o

negro participa mais efetivamente da produção de conhecimento, inclusive sobre sua própria vivência do racismo.

Ser uma psicóloga branca que se interessa pelos efeitos do racismo não seria o suficiente para poder pesquisar sobre o tema, pois poderia reproduzir o racismo epistemológico; o que sempre se fez no Brasil. Ao perceber essa realidade, aprofundei-me na análise da branquitude nos encontros de pesquisa e orientação. Fiz psicoterapia nesse momento e foi um longo processo até entender que não poderia falar pelas crianças e nem de experiências dolorosas que não tinha vivido, mas que deveria pesquisar a questão.

Construímos o primeiro artigo que compõe essa tese: “Branquitude e pesquisa sobre o racismo no Brasil”¹, de 2017, publicado na revista da Universidade de Mindelo em Cabo Verde. Vale ressaltar que essa revista ainda não possui registro de ISSN, o que nos fez pensar: Como uma universidade não consegue o registro de um periódico científico? Seria porque é situada num país africano? Seria isso uma forma de racismo? Não tenho a resposta para essa questão, mas decidimos publicar lá exatamente para fortalecer o periódico. Tivemos muita alegria de termos nosso primeiro artigo publicado na África.

Neste artigo, desenvolvi parte da minha questão metodológica a partir de uma “autocartografia”. Primeiro precisei saber como iria habitar esse território tão invadido, como entrar com suavidade e respeito, como aliada e não como colonizadora. Posso reconhecer esse momento como cartográfico (Escóssia, Kastrup & Passos, 2009) também. Construir um habitar comum passava necessariamente por reconhecer meus privilégios, abrir mão deles, quebrar o narcisismo que poderia esconder de mim as especificidades. Ser pesquisadora antirracista e branca não poderia ser invisibilizado. Ser branca e ter o cuidado com a branquitude deveria ser uma prática desde o princípio. Precisava construir um instrumento que estivesse em consonância com essa premissa ética.

¹ Disponível em: <https://uni-mindelo.edu.cv/revistaum/index.php/edicoes?download=10:rumus-vol-5-1-2018>

Não levamos pressupostos para a pesquisa cartográfica, porém temos diretrizes ético/políticas fundamentais, que nos guiam na desconstrução de violências e tiranias academicistas, por isso a importância desse artigo na construção da pesquisa. No artigo, apresentamos o problema metodológico e ético sobre o fato de escrever sobre o racismo no Brasil ser, até pouco tempo, um privilégio branco (Cardoso, 2010, 2011). A partir de um caminho cartográfico, propusemos uma desconstrução do narcisismo e a construção de um plano comum. O artigo aborda como o conceito de branquitude foi um intercessor, que fez romper barreiras narcísicas e traçou uma transversal na minha subjetividade, possibilitando construir um plano comum, de fato antirracista.

Como o processo ainda estava se iniciando, percebemos que antes de resolver esta questão seria necessário historicizar o racismo pós-abolição. A necessidade de acessarmos os caminhos que teceram a lógica racial no Brasil, levou-nos a fazer um estudo histórico, pois cartografar pressupõe o acompanhamento de processos e revisitar os acontecimentos que anteciparam o racismo na contemporaneidade se fez necessário. A história é imprescindível para compreendermos as experiências contemporâneas. Sem compreender a política do branqueamento, dificilmente alcançaríamos o desejo de algumas crianças de serem brancas, por exemplo.

Partimos da compreensão de que a subjetividade é histórica, como afirma Foucault (1979/1998, 1996, 2002, 2003). A visão de sujeito não individualizado nos obriga a recorrer à história dos vetores de poder, dos processos de institucionalização de práticas e, a partir dessa posição, podermos construir narrativas disruptivas desses vetores.

Para compreendermos a branquitude é importante historicizar essa racialização do branco como privilégio e dominação. O que se passou depois da abolição da escravidão, como o negro foi tratado depois disso, que políticas públicas foram criadas para a população negra? Como o racismo se institui ao longo do tempo e qual a sua lógica? Essa pesquisa

foi registrada no segundo artigo da tese: “A Lógica Racial no Brasil: Do Branqueamento à Produção de Subjetividade do Racismo”, publicado pela Revista de Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Essa parte foi construída a partir de pesquisa bibliográfica sobre a história dos ilustres homens que ajudaram a instituir a lógica racial. Compreender a entrada das teorias eugenistas no Brasil, a preocupação com a constituição de um Estado Nação moderno sem mestiços, foi de grande importância para compreender o racismo contemporâneo. Artur de Gobineau (1816-1882), Nina Rodrigues (1862-1906) e Oliveira Viana (1883-1951) foram os personagens escolhidos neste segundo artigo, para serem aprofundados como homens importantes na estruturação do Estado e de suas características racistas.

Gobineau escreveu “Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas” (1855), influenciando de forma surpreendente muitos intelectuais da ciência do século XIX. Surpreendente porque Gobineau não foi um cientista e nem um excelente escritor, mas um homem do governo francês que, nesse tratado eugenista, descreveu a raça nórdica como a mais pura – tese de grande importância para a psiquiatria da época.

Nina Rodrigues, que influenciou o Código Penal de 1890 com sua obra “As Raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil” (1956), não poderia ser menos racista. Para a teoria da pureza das raças, que defendia principalmente a partir das ideias de Lombroso, um povo mestiço jamais poderia corresponder à capacidade da raça pura. A mistura seria danosa, fonte de agressividade, baixo grau de intelectualidade e impulsividade sexual. Para Nina Rodrigues, o Brasil não tinha solução.

Diferentemente dele, Oliveira Viana, homem de confiança de Getúlio Vargas, implementou a política do branqueamento e apostou na purificação da raça através da mestiçagem com brancos europeus, de forma a gradativamente eliminar o negro e o índio da composição do

povo. Abriu os portos para a imigração de europeus e estimulou esses imigrantes a trabalharem nas indústrias. O branqueamento foi uma política pública para clarear o país através da miscigenação, servindo também para a ocupação de postos de trabalhos industriais, emergentes nesse período.

Nessas políticas podemos reconhecer o racismo institucional se configurando e tomando forma na sociedade. Enquanto o europeu ganhava mais território no Brasil, o negro se tornou cada vez mais indesejado, inutilizado e abandonado. O mais importante dessa lógica são os efeitos da política do branqueamento na sociedade como um todo, pois o negro agora além de sobreviver em meio ao total abandono, deveria também embranquecer para poder encontrar algum lugar social minimamente aceitável. Isso marca um modo de subjetivação do negro persistente, fundamental para compreender a infância atual – o que também foi explorado no referido artigo.

No segundo semestre de 2017, fui contratada por uma universidade para dar aulas e supervisão clínica na área de Psicoterapia Existencial-Humanista, na cidade de Campos dos Goytacazes – tema que já conhecia. Essa foi uma oportunidade para que eu pudesse iniciar minha prática docente e foi necessária devido ao fato de não ter recebido bolsa. Posteriormente eu receberia uma indicação para bolsa, mas isso só viria depois de mais de dois anos desde a minha entrada no programa e já firme no trabalho docente.

Ao iniciar meu trabalho, recebi um edital de pesquisa e produtividade que custeava pesquisas de docentes. Submeti um projeto, tendo o aceite tanto do Comitê de Ética da universidade como do programa de bolsas. Em janeiro de 2018, iniciei o projeto na cidade de Campos, junto a alguns alunos que se interessaram pela pesquisa. A intenção era que eles pudessem ser contemplados com uma bolsa de iniciação científica, mas isso não aconteceu e eles permaneceram na pesquisa como voluntários.

No primeiro semestre de 2018, recebi um convite de um professor da mesma área para realizar um seminário de Psicologia Fenomenológico-Existencial e apresentar um trabalho. Como minha área atual de interesse maior é nos estudos do racismo, me propus a fazer um texto que pudesse abordar essa temática a partir do existencialismo e assim surgiu o terceiro artigo: “Reflexões sobre o racismo em Campos dos Goytacazes: um olhar existencialista sobre a descolonização.” Nos estudos para a construção deste artigo, tive acesso à amizade entre os filósofos Jean-Paul Sartre e Frantz Fanon nos escritos de ambos, a partir das “reflexões sobre o racismo” de Sartre, a relação entre colonialismo, racismo e desalienação de Fanon.

Sartre foi preso pelos alemães, que atuavam pelo Estado nazista em 1940 e após essa experiência tornou-se um pensador engajado com questões libertárias e políticas. Em sua obra “Reflexões sobre o Racismo” (1960), ele aborda, em duas partes, a questão do antissemitismo e o racismo contra o negro. Sua relação com Fanon, um pensador e revolucionário martinicano, surge da militância de ambos pela libertação da Argélia do domínio francês. A amizade estreitou-se e coube a Sartre a introdução do livro de Fanon (“Os condenados da terra”, de 1968). Fanon foi também um psiquiatra e marxista que se dedicou aos estudos dos efeitos do racismo e do colonialismo na subjetividade dos povos negros colonizados.

Como a pesquisa e o evento foram em Campos, fiz uma pesquisa sobre o racismo na cidade que, afinal, foi a mais escravocrata do Estado do Rio de Janeiro durante o período entre os séculos XVII e XVIII, devido a sua tradição açucareira. Uma das características marcantes do racismo na cidade é a relação desigual que atingiu o negro em relação à propriedade. Sendo a maioria populacional, os negros nunca tiveram direito à terra, que foi passando de tradicionais famílias latifundiárias para as indústrias do álcool. Somente no século XXI, o governo iniciou o processo de legalização de territórios quilombolas e de posses, o que marca as lutas antirracistas atuais na região. A relação com a terra, que também foi apontada por Sartre e Fanon, no que se refere à negação de

território ao negro, é uma das formas mais cruéis de racismo, pois impede a construção do sentimento de pertencimento, do reconhecimento de um povo de seus direitos de ser e construir para si, assim como para seus descendentes, um lugar seu e uma propriedade. Negar propriedade, ainda mais aos camponeses, é negar pertencimento.

Esse estudo foi importante para a compreensão de mais um aspecto do racismo institucional brasileiro, a negação à terra. Movimentos sociais que reivindicam a posse de terras, como o MTST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), as Ligas Camponesas e o Sindicalismo Rural, enfrentam um monopólio latifundiário, não raro armado, que retém uma extensão enorme de terras, muitas atualmente sem uso, outras cultivadas e transformadas por mãos negras escravizadas e subjugadas durante toda a história. É preciso reconhecer a legitimidade da posse de terras para os negros no Brasil.

A pesquisa sobre racismo e crianças começou a ser realizada no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da universidade e esse início foi conturbado devido à dificuldade em encontrarmos crianças negras sendo atendidas. Apesar da população negra de Campos ser majoritária², a estatística do SPA não a mostrava. Surpreendentemente, as crianças negras não chegavam ao SPA, como eu esperava. Em princípio, imaginei realizar a coleta de dados com cerca de vinte e cinco crianças e no primeiro semestre conseguimos apenas uma criança que se ajustava aos nossos critérios de tom de pele e idade.

Essa realidade nos impôs estender o campo para outras unidades da universidade, por isso pesquisamos nos SPAs da cidade de Niterói, onde resido, e em Petrópolis onde também estava em atividade docente. Acabei deixando de lecionar em Campos, pois realizava uma viagem de cinco horas e meia de traslado ida e volta semanalmente e permutei com um colega para Petrópolis com o deslocamento de uma hora e meia. Essa mudança melhorou minha saúde, porém as dificuldades na coleta

²<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175>

de dados foram as mesmas. As crianças negras são minoria nos atendimentos do SPA de Niterói e Petrópolis, de forma semelhante a Campos, sendo que em Niterói tive o maior número de crianças.

Até o mês de outubro, quando estava previsto no cronograma do projeto a finalização da coleta de dados, tínhamos conseguido oito encontros com as crianças. Entendemos que a dificuldade financeira, relacionada ao deslocamento das famílias para irem aos serviços é um dos dificultadores de frequência de crianças negras. A pouca divulgação e/ou pouca aproximação da universidade com espaços mais próximos às crianças, como escolas públicas e centros comunitários localizados nos territórios podem ser razões que justifiquem o pouco acesso das crianças ao SPA.

Em dezembro de 2018, voltei a Campos para uma reunião com meus alunos para a análise dos dados. Nesse dia, conversamos sobre cada criança, sobre cada encontro e cada um narrou suas experiências. Gravamos os áudios. Essa forma de análise coletiva de dados foi interessante, pois nos ajudou a construir uma narrativa sobre a experiência. Na direção contrária ao relatório, a descrição sistemática e representacional dos fatos, conversamos e trocamos afetos e impressões, tentamos expressá-los em palavras e “guardamos nas nuvens”. Lá, nossas impressões não desmancham, como no céu, mas nos permitem um lugar seguro e um tempo para a escrita. Nossas narrativas tiveram dois momentos, um da fala em roda de conversa sobre as crianças, seus desenhos, imagens e sentimentos, e outro da escrita que transformou essa conversa em artigo científico.

Em fevereiro de 2019, foi escrito o quarto artigo da tese: “A cor da pele que pinta subjetividades: Saúde, Racismo e Infância”. Nesse artigo, escolhemos dois desenhos para analisarmos, pois se tratavam de duas experiências que nos direcionaram na compreensão dos efeitos do racismo e algumas formas possíveis de reversão desses efeitos. Igor e Caio, nomes que escolhemos para eles, são crianças negras, que sofrem racismo por estarem em uma sociedade estruturada no racismo e sentem

essa realidade com clareza. Seus desenhos, gestos, escolhas e narrativas nos contam uma parte de como é nascer e crescer negro no país do branqueamento e da branquitude dominante. Histórias tristes de crianças que são impedidas de serem o que são, de se sentirem abrigadas pelo ambiente, confortáveis em suas peles, atendidas pelas políticas e instituições que deveriam protegê-las. Crianças afetadas pelas expectativas familiares que deveriam encorajá-las, mas deixam escapar que deveriam ser mais brancas e não negras, enfim, são histórias que mostram um mundo que deveria acolhê-las, mas não o faz.

É importante relatar parte do processo de construção do instrumento metodológico dessa pesquisa. O problema de como estabelecer um território com crianças que pudesse permitir uma narrativa possível e que não reproduzisse modelos identitários, psicopatológicos e psicodiagnósticos foi o desafio dessa etapa. O artigo apresenta o resultado de um longo processo em que esboçamos diversos formatos, retrocedemos algumas vezes e chegamos em uma proposta que une a mostra do grafismo, a narrativa falada e a relação estabelecida entre pesquisador e criança.

A ideia do desenho veio de uma experiência de uma amiga do grupo de pesquisa, que trabalha como psicóloga na rede pública de uma cidade do Estado do Rio de Janeiro. Em uma de suas intervenções, viu um trabalho de uma turma de crianças de seis anos exposto na parede da escola. Nesse trabalho, as crianças faziam seus autorretratos e o que, sua atenção foi que não haviam autorretratos negros, mas sim de crianças loiras de olhos azuis. Como não é comum encontrar tantas crianças com essas características nas salas de aula daquele município, ela resolveu olhar a turma. Nenhuma criança era assim.

Essa experiência, compartilhada em reuniões do grupo de pesquisa, me deu um caminho possível, pois um autorretrato era uma narrativa de si, um contar sobre algo talvez indizível, que atravessa a questão do racismo e que respeita um modo de expressão possível para a criança. A experiência relatada por minha amiga já era um chamado

dessas crianças para que um outro olhar pudesse atentar para a questão – ela já estava ali, já contava algo importante, que não foi percebido nem pela professora, nem pela direção da escola. Isso foi notado pela psicóloga que estuda o racismo em sua pós-graduação. A narrativa já estava lá, mas o adultocentrismo³ (Moscoso, 2009) e o racismo institucional das escolas não raro invisibilizam essas narrativas absurdamente claras.

A questão de como construir um plano comum para que as crianças pudessem falar de si estava mais clara para mim e o que faltava nesse momento era como fazer surgir a questão da cor de pele. Para isso, escolhemos lápis de cores que tivessem o máximo de cores de tons de pele possíveis e pedíamos que as crianças escolhessem um para pintar a sua cor de pele primeiro. Outro procedimento importante foi construir uma forma de elas se autodeclararem em relação à sua cor de pele, pois escolher se crianças poderiam ser consideradas negras ou não seria recair no racismo epistemológico, uma vez que não nos cabe decidir quem é negro e quem não é. Por isso, selecionamos imagens de crianças de cinco tons de pele para que as crianças pudessem escolher com qual delas se parecia mais e assim definiriam para nós como se autodeclaravam.

Aproximar pesquisa de infância foi um desafio. Na verdade, isso pode ser banal, se estivermos no modo hierarquizado de produção de conhecimento. Porém, se decidimos construir um modo horizontalizado de relação de sujeito/objeto na pesquisa, o trabalho é mais sensível e requer muitas reflexões e retrocessos. Um exemplo poderia ser o que aconteceu no primeiro plano sobre a pesquisa, quando, no princípio, não reconhecia a necessidade de autodeclaração. Então, outra amiga de pesquisa me alertou para essa questão: “mas é você que vai decidir que crianças são negras e quais não são?”. E mais um problema metodológico surgia! Enfim, esse foi um exemplo de reflexão sobre

³ Entendendo o adultocentrismo como padrão de privilégio do adulto sobre a criança, onde não se reconhece o direito do fazer epistemológico ao infante.

aspectos narcísicos e adultocêntricos, necessários para a construção dessa pesquisa.

Cartografar os efeitos do racismo na infância foi uma experiência trabalhosa e por vezes triste, porém, poder construir com essas crianças uma forma de falarem sobre a cor da pele interferindo em como elas se constituem no mundo, foi de grande aprendizado. A possibilidade de as crianças falarem sobre suas experiências é parte do que entendo por uma militância antirracista, onde se possa transformar um desenho em verbo, uma cor em ato e uma escolha de imagem em uma denúncia sobre como é ser negro no Brasil.

1.1 Referências bibliográficas

CAMPOS, L. A. Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 95, p. 1-19, ago., 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n95/0102-6909-rbcsoc-3295072017.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

CARDOSO, L. Branquitude crítica e acrítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Rev. latinoamericana Ciencias Sociales Niñez y Juventud**, Manizales, n. 8, v. 1, p. 607-630, jan./jun., 2010.

_____. O Branco-objeto: O Movimento Negro Situando a Branquitude. **Instrumento: R. Est. Pesq. Educ.** Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 81-93, jan./jun., 2011. Disponível em: <<https://instrumento.ufjf.emnuvens.com.br/revistainstrumento/article/view/1176>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

CARONE, I.; BENTO, M. A. S (Orgs.). **Psicologia Social do Racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2014.

ESCÓSSIA L.; KASTRUP, V.; PASSOS E. **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa/intervenção e produção de subjetividade**. Porto alegre: Sulina, 2009, 207p.

FOUCAULT, M. **Genealogía del Racismo**. Tradução de Alfredo Tzveibel. La Plata: Altamira editora, 1996.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau editora, 2002.

_____. **Le pouvoir psychiatrique. Cours au Collège de France, 1973-1974**. Paris: Gallimard/Seuil, 2003.

_____, 1979. **Microfísica do Poder**. Roberto Machado (Org. e Ed.) Rio de Janeiro: Graal, 1998.

MOSCOSO, M. F., La mirada ausente: Antropología e infancia, **Aportes Andinos: Revista de Derechos Humanos**, n. 24, Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Sede Ecuador; Programa Andino de Derechos Humanos, abril 2009. 8 p. disponível em: <http://repositorio.uasb.edu.ec/handle/10644/1038> Acessado em: abr. 2019.

SARTRE, J. P. **Reflexões sobre o racismo**. Tradução de J. Guinsburg, São Paulo: Difusão Européia de Livro, 1960, 149p.

SCHUCMAN, L. V. **Famílias Inter-raciais: tensões entre cor e amor**. Salvador: EDUFBA, 2018, 146 p.

2. Primeiro Artigo: Branquitude e pesquisa sobre racismo no Brasil

Kenia Soares Maia

Maria Helena Zamora

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil.

2.1 Resumo

Este trabalho propõe uma reflexão sobre a produção de conhecimento sobre o racismo no Brasil, a partir de uma crítica à orientação etnocêntrica das políticas acadêmicas. O artigo procura fazer uma breve revisão histórica do processo de branqueamento, importante para compreender a realidade do racismo à brasileira. Tomando a definição de branquitude, bem como elementos do método da Cartografia (proposto por Félix Guattari e outros autores da Filosofia da Diferença), aponta-se para outro caminho para a construção de uma epistemologia antirracista.

Palavras chave:

Branquitude, racismo, pesquisa, história do Brasil

2.2 Abstract

Whiteness and research on racism in Brazil

This work proposes a reflection on the production of knowledge about racism in Brazil, from a critical point of view on the ethnocentric orientation of academic policy. The article seeks to do a brief historical review of the process of whitening, important as to understand the reality of Brazilian racism. Taking the definition of whiteness, as well as elements of the Cartographic method (proposed by Felix Guattari and other authors of the Philosophy of Difference) show the way toward building an anti-racist epistemology.

Keywords:

Whiteness, racism, research, Brazilian history.

2.3 Introdução

A relevância da pesquisa sobre racismo no Brasil é inquestionável. Sobre o tecido constituído pelas práticas e discursos racistas, ao longo da extensa história de escravidão, destituição cultural e extermínio da população negra, percebemos uma sociedade atravessada pelo racismo em diversos aspectos. A precariedade das políticas públicas destinadas a essa população, a subalternização, que distancia o negro de bons e bem remunerados postos de trabalho e, em vários contextos a criminalização são reveladores do racismo. É também uma realidade do grupo negro a dificuldade de acesso aos direitos fundamentais como a educação de qualidade, saúde, moradia, cultura e lazer. O Relatório Anual de Desigualdades Raciais no Brasil: 2009-2010 (Paixão et al., 2010), considerou padrões de morbimortalidade e acesso ao sistema de saúde, saúde sexual e reprodutiva, assistência social e segurança alimentar e nutricional, acesso à Previdência Social, acesso ao sistema de ensino e indicadores de proficiência, vitimização, acesso à justiça e políticas de promoção da igualdade racial e alertou para a privação material e de direitos vivida pela população afrodescendente.

Este artigo pretende refletir sobre a pesquisa do racismo, indagando sobre que vozes vêm produzindo conhecimento sobre o negro e sua situação ao longo da história brasileira. Quais são os senhores das vozes epistemológicas que temos ouvido sobre o negro, suas características e realidades? Seria exagero afirmar que são os brancos que escrevem sobre negros, visto que dominam a produção de conhecimento de forma geral e que as ciências que continuam a estudar acerca da condição do negro (Medicina, Direito, Psicologia, Sociologia, etc.) são protagonizadas por brancos? A hegemonia epistemológica do branco é um fator que compõe o racismo e não pode ser ignorada. Entre o fim dos privilégios dos brancos e o fortalecimento do negro e sua legitimação, estamos no mesmo lado; um lado que traça uma transversal, que surge do “entre” e se dirige a apenas seguir adiante.

É do lugar de sustentação de abertura para sentir, perceber, afetar-se pela dor do racismo, que talvez seja possível fazer pesquisa

sobre o tema, mesmo brancos. A necessidade de fazermos dessa temática um problema comum não faz desaparecer a diferença na experiência. Ou seja, a experiência do branco é diferente da experiência do negro, porém, ambos têm responsabilidade sobre o problema do racismo. Há um plano comum que não pode invisibilizar as diferenças sociais surgidas das desigualdades raciais, no entanto, trata-se de um problema pertencente a ambas as experiências. Pensamos que seja interessante traçar análises das mesmas, suas trajetórias históricas constitutivas e os atravessamentos contemporâneos que contribuem na persistência do racismo micro e macropolítico.

Lourenço Cardoso (2010, 2011) afirma que as teorias antirracistas têm abordado, em sua maioria, somente o contexto do oprimido, como se a questão do racismo se limitasse apenas à situação do negro e as suas experiências, mantendo o negro no lugar de objeto, sobre o qual apenas se fala *de*, e não de onde se fala *sobre*. Dessa forma, a questão levantada por Cardoso aponta para a permanência do pesquisador branco ignorando análises mais ampliadas e seguindo cegamente a escrever e pesquisar o negro.

O branco por muito tempo não foi objeto de estudo e pesquisa no que tange ao racismo. A proposta deste trabalho, ao incluir o conceito de branquitude, é uma forma de introduzir o branco na compreensão deste fenômeno, de modo a transversalizar as questões raciais. Nesse caso, a pesquisa-intervenção, enquanto proposta crítica aos modos cientificistas de pesquisa sugere que sujeito e objeto, possam estar numa zona de horizontalidade. O *apartheid* epistemológico que vem legitimando o privilégio branco na produção de conhecimento sobre o racismo necessita ser desconstruído. A segregação conceitual entre sujeito-objeto mantém e produz racismo e invisibiliza o branco enquanto o detentor de privilégios no campo do saber.

2.4 Política de Branqueamento e a branquitude

Da última metade do século XIX até a primeira metade do XX, o Brasil faz parte do movimento cientificista – disciplinar, na abordagem de

Foucault (1998). As disciplinas Médico/Psiquiátrica, Filosófica, Biológica, Direito, Educação, entre outras, são as novas referências na Modernidade, para a constituição do Estado burguês e capitalista. A importação das teorias da degenerescência, eugenista e evolucionista de Auguste Morel, Francis Galton, inspiradas em leituras de Charles Darwin fundamentaram os escritos de nossos homens letrados, todos brancos e filhos de famílias elitistas.

Na passagem da escravidão para o Estado republicano e capitalista, o Brasil encontrava-se às voltas com uma multidão de negros e índios, maioria da população, que constituía um povo hegemonicamente mestiço. Segundo as teorias do Racismo Positivista, em especial Morel (1857/2008), definiu e classificou as raças em suas características físicas, morais e intelectuais – era preciso usar o conhecimento para “curar” a humanidade da mistura com os povos primitivos, inferiores e selvagens. A miscigenação era o grande problema, pois é por essa via que a raça ariana, branca, perderia suas características superiores, enquanto os povos primitivos a contaminariam e degradariam. A Eugenia galtoniana (Cont, 2008) seria um método de purificação das raças, de melhoramento em que, necessariamente, a raça branca teria que ser dominante, para que o processo de limpeza pudesse ocorrer. Daí a busca pelo branqueamento enquanto política pública.

Oliveira Vianna (1883-1951) foi um intelectual representante do movimento favorável ao embranquecimento do país. Nascido no estado do Rio de Janeiro, pouco antes da abolição da escravidão (em 1888), foi professor, jurista, historiador, sociólogo e participou do projeto de Estado Nação. Homem forte dos governos, foi um dos formadores de políticas públicas do Direito do trabalho que ajudou a organizar a legislação do trabalho. Conhecido como defensor da Eugenia, Vianna escreveu “Evolução do Povo Brasileiro” (1923), onde sistematiza os elementos necessários para o país tornar-se uma nação. A política migratória de brancos foi defendida por ele. Segundo Bento (2014), em trinta anos o Estado trouxe 3,99 milhões de imigrantes europeus, o que equivaleu aos quatro milhões de negros escravizados que foram trazidos ao longo de

três séculos. Isso demonstra o incrível empenho em branquear o Brasil e extinguir a raça negra.

Esse processo se vincula diretamente à institucionalização do Código Penal e sua uniformização no âmbito nacional, através de uma preocupação com a tendência antissocial do selvagem. As teorias de Morel acerca da tendência ao crime das raças inferiores, craniologia e o atavismo dos estudos de Cesare Lombroso são utilizadas na disseminação do medo em relação ao negro (Góes, 2015). A Criminologia Positivista o encarcerou nas prisões e nos hospitais psiquiátricos, correlacionando criminalidade e degeneração (Schwarcz, 1993).

Essas teorias não só criminalizaram o negro e o encarceraram, como instituíram um estigma que se propagou em formas cotidianas de ação. Em contrapartida, o branco é também racializado nesse contexto, como a raça que está apta a postos de grande exigência intelectual e de maior contenção dos impulsos sexuais e agressivos. Isso marca um lugar de privilégio e poder do branco sobre o negro, dificultando ou até mesmo impossibilitando que possam conviver dispendo das mesmas oportunidades.

O ideal de branqueamento foi desenvolvido e disseminado na passagem do Império para a República, como a saída para o mal da miscigenação. Essa política marcava uma busca de identidade racial que garantisse o êxito do país enquanto nação moderna. Branquear era garantia de sucesso, um ideal a ser atingido pela população, uma ideologia que foi introduzida no cotidiano e nas práticas sociais. A busca por alcançar o modelo branco de estética como os alisamentos dos cabelos negros, por exemplo, passou a fazer parte de nossa cultura, de nosso processo de subjetivação. Cria-se então um problema: o negro tem que tornar-se branco. A obra de Neusa Santos Souza (1983) aponta para a necessidade de o negro viver o processo contrário ao branqueamento, tamanha eficiência que esse processo subjetivo alcançou. O negro precisa “tornar-se negro” para reverter os efeitos nefastos do branqueamento.

A produção social da branquitude (Bento, 2014; Schucman, 2014; Cardoso, 2014) é parte do processo de manutenção do racismo e tem como princípio o branco enquanto padrão universal de humanidade e beleza, detentor de privilégios e vantagens nos âmbitos social, político, econômico e de acessibilidade. Podemos ressaltar também a invisibilidade referente à branquitude. Ela diz respeito ao fato do privilégio branco parecer não ter cor, não ter raça e dessa forma não é percebido. A análise crítica da branquitude reverte essa invisibilidade decodificando a coloração das vantagens - e o campo das vantagens é branco. A branquitude manifesta-se nas minúcias do dia a dia, na pequenez dos gestos e palavras ditas sem pensar, nas decisões tomadas com inocência, nas mudanças de calçada e ocultação de pertences, nas escolhas de parceiros, na amizade de escola que não se realiza, no emprego que não se deve dar, nas boas notas de provas escolares que não serão dadas porque não se crê nessa possibilidade, nos medos sutis e devastadores, nas sentenças de condenação desproporcionais que são dadas em escalas alarmantes, etc. O racismo à brasileira tem também essa face tão sutil quanto eficaz de mostrar ao negro que ele não pode se integrar totalmente.

Criou-se uma hierarquia que estabelece acessos aos bens e aos recursos como educação, postos de trabalho, cultura, saúde e territórios na cidade em que se delimitam fronteiras que são preservadas. Esta é uma forma de racismo que se instaura nas miudezas, nas formas invisíveis de manutenção de privilégios e discriminações, por um processo de naturalização do lugar subalternizado do negro.

Derald Wing Sue (2010) e depois Tasha Willis (2015), estudando principalmente a obra de Chester Middlebrook Pierce, ao referirem-se às microagressões (*microaggressions*) sofridas por grupos socialmente oprimidos, oferecem uma importante análise do racismo na contemporaneidade. A microagressão racial (*racial microaggression*) é definida por insultos sutis, dirigidos às pessoas não brancas, através de palavras ou atos verbais, não verbais e/ou visuais, manifestos de forma automática ou inconsciente (Willis, 2015). Podemos compreender que

essas micro-violências são formas de expressão da branquitude, dos modos capilares de manutenção do racismo e produzem sofrimento. Nas pesquisas foram levantados dados importantes que demonstram os efeitos das microagressões como: o isolamento, a desilusão e o sentimento de não pertencimento. "Esse isolamento foi muitas vezes agravado por experiências de microagressões raciais perpetradas por colegas dos Estados Unidos e/ou culturas de acolhimento de participantes" (Willis, 2015, p.9)⁴. Sue (2010) trabalha a relação das microagressões com os estereótipos construídos historicamente, do modo a modelar as formas de tratamento que pessoas brancas expressam em relação aos não brancos. "Compreender o racismo significa perceber que nossos preconceitos, estereótipos e preconceitos existem em um contínuo de consciência" (p. 22).⁵

O conceito de identidade surge na literatura sobre branquitude enquanto uma produção do colonialismo, que a partir da ideologia do racismo, produz a hegemonia do grupo branco. O colonialismo e as teorias que o legitimaram produziram uma cisão identitária que submeteu o negro e invisibilizou o branco. O conceito de branquitude vem reverter esse processo, desconstruindo o privilégio de invisibilidade que o grupo branco até então desfrutou. Assim a questão identitária vem à superfície para que essa cisão seja posta em questão.

Usaremos o conceito de subjetividade para tratar a questão dos processos constituintes da experiência negra e da branquitude, porém não há aqui a intenção de invalidar as discussões anteriores, apenas mantemos a coerência conceitual com outras ideias que nos são caras, como a constituição subjetiva relacional e processual, as formas de ser e agir, o plano de forças que produzem a subjetividade. Torna-se mais

⁴"Esse isolamento foi muitas vezes agravado por experiências de microagressões raciais perpetradas por colegas dos Estados Unidos e/ou culturas de acolhimento de participantes" (2015, p.9). "Such isolation was often compounded by experiences of racial microaggressions perpetrated by U.S. peers and/or participants' host cultures" (2015, p. 9). Tradução nossa.

⁵"Compreender o racismo significa perceber que nossos preconceitos, estereótipos e preconceitos existem em um contínuo de consciência (Ibid., p.22)". "To understand racism means to realize that our prejudices, stereotypes, and biases exist on a continuum of conscious awareness (Ibid., p.22)". Tradução nossa.

difícil, na lógica identitária, correlacionar processos de subjetivação com modulações produzidas social e historicamente, porém, compreendemos que a crítica dos autores que abordam a questão do racismo e da branquitude estão afinados com a crítica aos modos de vida eurocêntricos, afinal também construídos historicamente. Por isso, esta delimitação conceitual não é uma crítica, mas sim uma escolha conceitual, que nos torna parceiros.

O conceito de identidade traz uma ideia de fixidez, de fechamento, de algo que se encerra em si, de estagnação ontológica, enquanto a subjetividade tem a processualidade em sua constituição. Pensar a relação entre identidade e subjetividade nas questões étnico-raciais é complexo, pois não se trata de reivindicar um estatuto identitário, de afirmar essas bases, mas sim, elevar aos níveis da superfície a trama que as teorias raciais fizeram tecer em torno de suas definições. O que nos interessa são as relações de poder e dominação, que foram impostas aos grupos classificados por linhas de pensamento representacionais, atribuindo identidades fixas; subalternizadas, inferiorizadas e exploradas. Fixaram-se identidades e legitimaram práticas de exploração, afirmando hegemonias econômicas. A cisão identitária que tratam alguns textos, marca duas formas distintas: uma visível, negra, exposta, cientificada e definida; enquanto a outra invisível, branca, científica e definidora.

Por que é preciso tomar essa questão da ciência, qual a relevância de abordar ideologias e formas de representação, senão para compreender os processos ontológicos que se deram em arborizações, em raízes díades, seivadas pelos extratos colonialistas? Nesses troncamentos do eurocentrismo produziu-se um mundo outro visto sobre a ótica de si mesma, separando em ordem de sujeição, demarcando territórios existenciais entre quem domina e quem é dominado. Essa lógica é reproduzida na pós-colonialidade, distinguindo os brancos dos outros (negros, indígenas, imigrantes não europeus, etc.), cidadãos de um mesmo país, dentro de uma mesma unidade, mas partes de experiências diferentes e desiguais. A lógica colonial que cinde a subjetividade em identidades binárias ainda está em vigor, por isso é comum o conceito de

identidade, para que essa relação possa ser trazida à luz para ambas as margens, bem como o de raça. Decolonizar passa por tornar os lados visíveis e o estudo da branquitude possibilita esse processo.

A forma que um grupo mantém seus privilégios passa pela criação de um inimigo comum, alvo de agressividade e medo. O negro é um inimigo do branco quando se aproxima de seus territórios de privilégios, tornando-se assim ameaçador. Isso se dá quando a população negra e pobre frequenta praias antes quase exclusivas para os ricos, ao ingressarem nas universidades, ao receberem cotas em concursos, etc. Poderia ser diferente no ambiente acadêmico, já que a educação é um dos territórios mais privilegiados no exercício da branquitude?

Podemos então abordar a branquitude a partir do universo da produção de conhecimento. A manutenção de privilégios é a base da branquitude, o que implica em uma análise dos comportamentos naturalizados em nossos cotidianos, que reproduzem a dominação e a hegemonia de direitos dos brancos em detrimento dos direitos dos negros (Fanon, 2008; Cardoso, 2010; Bento, 2014). Os privilégios são micropoliticamente eficientes, disseminados, invisibilizados por uma lógica colonialista. Se há o que dizer sobre o negro é o branco que tem a capacidade e maestria para tal. Essa é uma das premissas da branquitude na epistemologia. O epistemicídio do negro é uma das práticas da branquitude na produção de conhecimento (Cardoso, 2010). De modo que a afirmação e potencialização da negritude enquanto lugar do dizer é necessário. Esse lugar da fala não deve ser delegado aos brancos, porém o falante branco, que quer dizer algo sobre o negro deve primeiro ouvi-lo e legitimar seu lugar de fala/poder. Há que se negar o lugar hegemônico da *episteme* branca sobre a negra e estabelecer o campo de possibilidade de legitimação da palavra negra, que lhe foi negada. É hora do branco se calar diante do negro e aprender com ele.

2.5 A Ciência que cria complexos e reproduz desigualdades.

Frantz Fanon, mais conhecido como um revolucionário, nasceu na ilha da Martinica em 1925, era um homem carismático, de grande coragem e brilho, lutou junto às forças de resistência no norte da África e na Europa durante a Segunda Guerra Mundial. Estudou Psiquiatria e filosofia na França, dirigiu o Departamento de psiquiatria do Hospital Blida-Joinville na Argélia, hoje chamado de Hospital Frantz Fanon, tornou-se membro da Frente de Libertação Nacional da Argélia, entrando na lista de procurados pela polícia em todo o território francês, metrópole e colônias. Morreu de pneumonia em 1961, em Bethesda, estado de Maryland, EUA, com apenas 36 anos de idade, enquanto buscava tratamento para a sua leucemia.

“Pele Negra Máscara Branca” seria sua tese de doutorado em Psiquiatria, quando tinha 25 anos de idade, mas foi recusada pela comissão julgadora, que preferiu um trabalho positivista neurocientífico. Fanon (2008) faz uma análise da obra de Octave Mannoni (*Psychologie de La Colonization*). Antes de desenvolvermos, faremos um desvio para apresentar o autor em questão. Octave Mannoni, marido de Maud Mannoni, branco, francês, antropólogo, psiquiatra. Etnólogo, filósofo, psicanalista e botânico, deu aulas na Martinica nos anos 20. Em 1950 publicou *Psicologia da Colonização*, uma análise da relação de dependência do colonizado, seus fantasmas inconscientes, a violência subjacente do processo de colonização. Parece então que Mannoni estava debruçado sobre o sofrimento inerente ao processo de colonização por parte dos colonizados, porém, pelo olhar de Fanon, não foi bem assim que ocorreu. “Mostraremos que Mannoni, apesar de ter consagrado duzentos e vinte e cinco páginas ao estudo da situação colonial, não conseguiu estabelecer suas verdadeiras coordenadas” (2008, p. 84).

Apesar da sinceridade do trabalho de Mannoni, sua teoria sobre o complexo de inferioridade do *malgaxe* ter um “*gérmen*” na infância, atribui esse sentimento ao colonizado, não conectando a inferiorização do *malgaxe* à sua condição historicamente produzida por uma política colonialista. Fanon aponta para o equívoco presente nessa passagem no

que tange a objetividade de Mannoni ao pesquisar. Ele a perde quando sua posição de colonizador suspenso de análise, negando para mesmo que sua escrita produz a inferiorização do *malgaxe*.

Fanon critica a ideia de Mannoni de que o racismo colonizador se difere dos outros racismos: “*Todas as formas de exploração são idênticas, pois todas elas são aplicadas a um mesmo “objeto”: o homem*” (2008, p. 87). Ao considerar abstratamente a estrutura de uma ou outra exploração, mascara-se o problema capital, fundamental, que é repor o homem no seu lugar; um lugar horizontalizado e humanizado. O racismo colonial não difere dos outros racismos, ou de outras formas de dominação por uma lógica racial.

“O anti-semitismo me atinge em plena carne, eu me emociono, esta contestação aterrorizante me debilita, negam-me a possibilidade de ser homem. Não posso deixar de ser solidário com o destino reservado a meu irmão. Cada um de meus atos atinge o homem. Cada uma das minhas reticências, cada uma das minhas covardias revela o homem” (Fanon, 2008, p. 87).

A responsabilidade do colonizador sobre os processos subjetivos de sofrimento vividos pelos colonizados deve ser afirmada, não só por uma questão de indignação, mas por um compromisso com a saúde. “*Precisamos ter a coragem e dizer: é o racista que cria o inferiorizado*” (2008, p. 90). Precisamos ter coragem porque dizer isso é transgredir uma dominação na fala, na enunciação e na produção de conhecimento, afinal, quem diz é sempre quem coloniza e Mannoni não escapou dessa questão.

Ser *malgaxe* já é um produto do encontro entre o colonizador e o nativo. O dono verdadeiro daquele território deixa de sê-lo imediatamente, quando chegam os europeus que os destituem da posse de seus territórios no exato momento do desembarque. É preciso cuidado ao desembarcar no território existencial do negro, pois esse ainda busca construir um para si no Brasil. Ser colonizado é ainda diferente de ser

roubado de seu território e escravizado em uma terra desconhecida. “(...) *Se ele é malgaxe, é porque o branco chegou, e se, em um dado momento da sua história, ele foi levado a se questionar se era ou não homem, é que lhe contestavam sua humanidade* (Fanon, 2008, p. 94).”

Fanon aponta uma via de mão dupla na questão do racismo. Se há um complexo de inferioridade no negro, o qual foi instituído pelo branco colonizador, o mesmo também está inserido num complexo de superioridade. Ambos caminham juntos e Mannoni, ao escrever sobre isso, expõe seu complexo de superioridade. Para Mannoni, há uma espécie de modulação da inferioridade para a dependência. Diante de uma inferioridade inerente a povos colonizados, por uma impossibilidade de igualar-se ao branco o negro desenvolve uma relação de dependência que torna necessária a atuação dominante do branco. Essa seria a única saída para o colonizado, pois Mannoni não problematizou a construção social dessa inferioridade e da imposição da dependência por parte do branco, não permitindo outras opções para a outra parte.

Se o negro então sofre de complexo de inferioridade, sua estrutura psíquica corre risco de desmantelar. Isso requer cuidado, é preciso que se instaure um processo de libertação do desejo de ser branco. Porém, se há esse desejo por parte do negro, é porque ele vive numa sociedade que naturalizou seu complexo de inferioridade, e que depende da manutenção desse complexo. Nossa estrutura econômica ainda está baseada no trabalho subalternizado e escravizado do negro. Essa é uma sociedade que afirma a superioridade de uma só cor de pele, em detrimento de todas as outras, com isso, é fato que isso produz uma neurose racista para ambas as peles: negra e branca.

Como psicanalista, Fanon afirma que deve haver conscientização do negro a não desejar mais o embranquecimento alucinatório; e sim agir no sentido de uma mudança das estruturas sociais. Para ele não há saúde para o negro sem uma luta por uma reestruturação social, que acabe com o dilema: embranquecer ou desaparecer.

2.6 O narcisismo e a política da pesquisa

Quando dizemos narcisismo estamos incluindo tanto a negritude quanto a branquitude como questões concernentes a ele. O que quer dizer narcisismo nesse contexto e por que abordá-lo? Como fazer do conceito psicanalítico que aborda a constituição subjetiva de forma homogeneizante uma questão social que divide a sociedade em fatias diferentes e incongruentes?

Pensamos que o narcisismo enquanto um conceito que direciona a organização e integração de si como um processo interacional, nos abre a porta para entendê-lo, não tão estruturante, mas principalmente, como um processo aberto e relacional.

Freud (1915/2010) afirmava que, pelo fato de sermos erotizados e nessa condição, somos necessariamente seres relacionais. O narcisismo primário seria o princípio da organização psíquica/corporal/libidinal que nos faz amadurecer na experiência auto-erótica e relacional. Nessa abertura erótica das zonas de acoplamento e prazer ou frustração, constituímos nossas relações objetais.

O que passa quando estamos lidando com um narcisismo que separa, que segrega? Como essa dinâmica que em princípio parece intimista e individualizada pode ser compreendida num processo em que há, como nos diz Fanon, uma *sociogênese* da neurose, do sofrimento relacionados aos efeitos do narcisismo que produz o racismo. Ora, sim, há uma relação entre o narcisismo patológico e o racismo. Podemos afirmar que é devido a um processo mal sucedido de elaboração do narcisismo que, ao passo que o branco não reconhece outras formas subjetivas que não a sua própria, o negro não consegue personalizar-se. É difícil para o negro sentir-se inteiro e digno de existência, quando uma hegemonia social sinaliza a todo tempo que, a cor da sua pele faz com que ele não seja bem vindo ao mundo.

Podemos fazer uma correlação entre os conceitos de narcisismo, etnocentrismo e europeização. O narcisismo, estendido à noção de grupo, por uma busca de dominação de território e de capital, forma identificações e semelhanças que afirmam um sentimento de pertencimento. Se um grupo, por inúmeras vias, passa a se reconhecer

diferente de outro grupo, por variados fatores, ele pode criar uma relação de dominação, inferiorização e extermínio em defesa de seu semelhante. Temos há séculos o domínio do modelo branco europeu, do seu padrão étnico e é ele que predomina nas relações sociais, econômicas e políticas. Bento chama esse processo de *pacto narcísico*, o qual se dá de forma inconsciente, estabelecendo ligações entre sujeitos de um grupo por motivos de interesses (Bento, 2014). Na verdade, o que torna os sujeitos pactuados narcisicamente são os interesses, pois de fato, todos somos semelhantes, o que nos torna diferentes são os modos de dominação.

Intervir no narcisismo é político. O tremor que os platôs narcísicos podem sofrer talvez produza fissuras nas fronteiras subjetivas que separam semelhantes. O narcisismo que faz desconhecer o outro, que o torna descartável e oprimido pode ser fraturado, abrindo brechas para uma reconfiguração subjetiva. Nessa reorganização um novo platô pode emergir transfigurado, deformado pelo outro, que não está mais num vazio de sentido e desconhecido em si. Faz parte de si agora.

Essa transfiguração, deformação, que desarruma é política, pois desorganiza uma estrutura de poder. Surge então um monstro belo, que na fratura, cria um ser humano. Uma condição impedida pelo narcisismo patológico, que nega o que nos humaniza: transfigurar o outro em si. Imagem que se transfigura em auto/outro. Já não se sabe se é negro ou branco, por uma psicose do contágio e não da cisão esquizoide, que o torna indiferente. Psicotizar uma transpigmentação, miscigenar, ser miscelânea subjetiva, confundir – esses são os riscos. A beleza deste monstro está justamente no risco que se corre de psicotizar psicodelicamente, em um caleidoscópio de cores e formas. A aparente tranquilidade que o narcisismo patológico proporciona nada mais é que uma imagem feia e falsa, que aprisiona a si e o outro em cápsulas de dor. Casulos impermeáveis e duros são quebrados ou amolecem, regras rígidas são quebradas, como por exemplo: a de que deve existir alguém que manda e outro que obedece, muitos que produzem e poucos usufruem, um que sabe e muitos que aprendem ou não.

Bento (2014) referindo-se ao trabalho desenvolvido por Janet Helms acerca da desconstrução da branquitude descreve, em etapas, como um desmonte de camadas, o caminho percebido por ela nesse processo. Entendendo a branquitude no contexto narcísico, Helms percebe que o primeiro estágio que se vivencia é o *contato*, ou seja, o sujeito se dá conta de que existe uma relação de privilégio, que isso produz o racismo e que ele faz parte disso. Esse contato nada tem relação com proximidade física, mas sim com a percepção das implicações de si na questão do racismo. Esse contato estabelece uma *desintegração* narcísica, que entendemos que não se trata de uma desintegração de si, mas sim de uma quebra da defesa narcísica. O que pode vir a ser muito doloroso. Uma dor que se evita a todo custo, por uma questão de privilégio, de uma licença indeterminada à estabilidade e ao equilíbrio, que ao estabelecer contato com a branquitude se desarranja. O desconforto, a culpa, a vergonha e muitas vezes raiva de perceber as desigualdades produzidas pela branquitude são emoções comuns em sujeitos nessas condições.

Tamanha dor é sucedida de uma retomada de conforto, um retorno ao hedonismo narcísico que a autora chama de *reintegração*. Nesse momento há o retorno à negação do racismo, há também a culpabilização do negro na questão do racismo e a “entrega” ao grupo negro da problemática vivida. Associado a isso há uma busca de reagrupamento, de “retorno aos seus”, de retomada de crenças que os tornam próximos numa identidade grupal. A culpa e a ansiedade resultantes da desintegração formam o quantum que desembocam em raiva e medo dos negros por terem sido os responsáveis por um mal-estar insuportável. Esse estágio é crítico, pois esse pode ser uma estagnação do processo. cremos que de forma muito sutil esse pode ser um momento de acréscimo de sentimentos fascistas, de incremento de ódio, algo que pode se tornar reativo e destrutivo.

Porém, se houver um catalisador que fortaleça esse processo o sujeito retoma o questionamento sobre sua condição de branco, mantendo sua posição crítica ao racismo que corrobora. Então, ocorre

uma alienação desse sujeito do grupo branco, ele não suporta conviver com as minúcias que agora se tornam gritantes. Torna-se um ser de lugar nenhum, um transeunte que sai de um lugar ruim sem saber onde vai chegar. Esse não lugar é fundamental para o que Helms chama de *imersão/emersão*. É nesse momento que há uma possibilidade criativa, algo que se dá no coletivo e na busca por parcerias. Criação de redes de partilha de experiência antirracista entre brancos são formas de potencialização desse processo e entre brancos e negros há uma possibilidade de criação de um plano comum, de alianças. A internalização desse processo e a clareza de que isso é constante e ininterrupto, traz a *autonomia*, que seria o último estágio do processo.

Devemos alertar que cremos que esses estágios são coexistentes e não lineares, porém, é fácil perceber que essas experiências são reconhecíveis no processo de constituição do pesquisador crítico da branquitude. Em maior ou menor grau, cada uma dessas descrições é parte do processo. Carter, Helms e Juby (2004) afirmam que essas etapas do processo não são lineares e podem surgir em diferentes combinações (2004, p. 5).

2.7 Por uma epistemologia antirracista

Podemos sugerir que a pesquisa amplie essa questão para além das identidades sociais e inclua a questão do domínio do saber/poder para o eixo das análises. É preciso questionar de que lugar falamos, sejamos negros ou brancos e para isso, avaliar a relação sujeito/objeto é fundamental. Esta é uma questão crucial para a pesquisa. Há uma tendência para que uma força maior incida sobre o objeto, colocando o sujeito na posição de maior poder. Hierarquicamente o sujeito tem o lugar da fala sobre o objeto e para que essa fala não seja colonizadora e opressora é preciso situar essa questão politicamente.

Para além da cor da pele de quem pesquisa, devemos nos posicionar eticamente. O negro deve negar ser um objeto de estudo de brancos mudo e assujeitado, tomar para si o lugar de sujeito, ao passo que o branco deve analisar a si, criticamente, antes de falar de seu “alto

degrau” do sofrimento o qual não vivenciou e que muitas vezes reproduziu. Ele deve abdicar do lugar do sujeito que sabe sobre e define o negro para ser também objeto, flexibilizar e transitar nesses lugares podendo experienciar a posição de objeto. Esta é uma experiência difícil, pois atinge diretamente seu narcisismo colonialista. Estamos tentando afirmar que existe uma mesma lógica entre brancos/negros e sujeitos/objetos de pesquisa. A lógica colonialista define tanto a relação entre brancos e negros quanto de sujeito e objeto. Portanto, intervir na hierarquia entre brancos e negros é o mesmo que transgredir a relação entre sujeito e objeto de pesquisa.

Escóssia, Kastrup e Passos (2009) propõem que a experiência cartográfica como pesquisa intervenção, necessita de um processo dissolutivo do ponto de vista do observador. É preciso dissolver uma forma de olhar, um lugar de onde se vê e daí começar a produzir transversalmente uma possibilidade de encontro, de pesquisar com. *“Esse procedimento exige mais do que uma mera atitude descritiva e neutra do pesquisador, já que este modo de fazer só se realiza pela dissolução do ponto de vista do observador”* (2009, p. 110). Dissolvendo-se esse lugar, abrimos mão da hierarquização na relação com o conhecimento. Guattari (1985) aponta para a transversalização da comunicação na pesquisa. Haveria abertura em fissuras nas barreiras que distinguem as instituições, para que uma nova comunicação se estabeleça. Falar com, escrever com, olhar com e fazer com seriam possíveis numa proposta de pesquisa intervenção. Quebrando paradigmas cientificistas em que a visão alta do observador estabelece um saber antecipado e distanciado do objeto.

A Pesquisa-Intervenção e a Cartografia propõem um caminhar diferente em que sabemos ao fazer e fazemos construindo um saber com. Essa proposta metodológica nos dá bases para pensarmos a questão do racismo como um processo de análise de instituições raciais, e para que seja possível o branco ter a experiência do negro como tema, é necessário que a branquitude, enquanto instituição racial, deva ser colocada no mesmo platô da negritude, pois ambas são sujeito/objeto de

pesquisa. A horizontalização dessas instituições é necessária para que haja condições éticas de pesquisar com. Dissolver o lugar de observador é também e por que não dizer, produzir fissuras narcísicas.

2.8 Conclusão

Não pretendemos aqui concluir a questão apresentada, mas sim abrir um diálogo, estranhar verdades estabelecidas e construir com. Desconstruir um privilégio epistemológico requer abrir mão do narcisismo de escrever sobre-o-outro, para fazer parte de um processo de reconstrução de laços, através do rompimento de fronteiras etnocêntricas. A quebra de pactos narcísicos nos implica em trabalharmos juntos no fortalecimento da ocupação de espaços de conhecimento pela população negra. Significa também que a hegemonia do branco seja quebrada; que o branco possa analisar seria e criticamente sua branquitude e abrir mão de privilégios que desfavorecem os não brancos; pensar a relação sujeito-objeto de pesquisa de modo a horizontalizar essa relação, desconstruindo a hierarquia da relação sujeito-objeto para construir a relação sujeito/objeto ou talvez não termos mais objeto, apenas sujeitos de uma narrativa comum, criada a partir de um campo comum, porém respeitando as especificidades das experiências. Precisamos ouvir os negros, construir com eles, participar de um processo que é responsabilidade de todos nós. Desejamos construir com eles e não por eles.

2.9 Referências bibliográficas

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In CARONE, I.; _____ (Orgs.). **Psicologia Social do Racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 25-57.

CARDOSO, L. Branquitude crítica e acrítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Rev. latinoamericana Ciencias Sociales Niñez y Juventud**, Manizales, n. 8, v. 1, p. 607-630, jan./jun., 2010.

_____, O Branco-objeto: O Movimento Negro Situando a Branquitude. **Instrumento: R. Est. Pesq. Educ.** Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 81-93, jan./jun., 2011. Disponível em: <<https://instrumento.ufjf.emnuvens.com.br/revistainstrumento/article/view/1176>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

_____, **O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil**, Araraquara, 2014, 290p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

CARTER, R. T.; HELMS, J.; JUBY, H. L. The Relationship Between Racial Identity for White Americans: A Profile Analysis. **Journal of Multicultural Counseling of Development**, Louisiana, v. 32, p. 1-17, jan., 2004.

CONT, V. D. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. **ScientiæStudia**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 201-18, abr./jun., 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ss/v6n2/04>> Acesso em: 18 abr. 2019.

ESCÓSSIA, L.; KASTRUP, V.; PASSOS, E. **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa/intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009, 207 p.

FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FREUD, S., 1915. **Obras completas, volume 12: Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GUATTARI, F. A Transversalidade. In: _____, **Revolução Molecular: Pulsões políticas do desejo**. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GÓES, Luciano. **Racismo, genocídio e cifra negra: Raízes de uma criminologia Antropofágica**. Empório do Direito, 16 out., 2015. Disponível em: <<https://emporiiododireito.com.br/leitura/racismo-genocidio-e-cifra-negra-raizes-de-uma-criminologia-antropofagica/>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

MOREL, B. A. Tratado das degenerescências na espécie humana. Tradução de Maria Vera Pompeo de Camargo Pacheco. Revisão técnica de Mário Eduardo Costa Pereira. Texto retirado de *Traité des dégénérescences physiques, intellectuelles et morales de l'espèce humaine et les causes qui produisent ces variétés malades*. Paris: Baillière, 1857. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 497-501, set., 2008.

PAIXÃO. M., et al. **Relatório Anual de Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo: Branquitude, Hierarquia e Poder na Cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2014.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SUE, D. W. **Microaggressions Everyday Life: race, gender and sexual orientation**. New Jersey: Published by John Wiley & Sons, 2010.

WILLIS, T. Y. “And Still We Rise...”: Microaggressions and Intersectionality in the Study Abroad Experiences of Black Women. **The Interdisciplinary Journal of Study Abroad**. Los Angeles, v. 26, p. 209-230, s/d, 2015. Disponível em: <<https://frontiersjournal.org/wp-content/uploads/2015/11/WILLIS-FrontiersXXVI-StillWeRise.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

3. Segundo Artigo: O Brasil e a Lógica Racial: Do branqueamento à produção de subjetividade do racismo

Kenia Soares Maia

Maria Helena Zamora

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil.

3.1 Resumo

Este trabalho pretende analisar teoricamente algumas ideias de Arthur de Gobineau, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna sobre raça, a partir da abordagem histórica de Michel Foucault. Considerando a perspectiva da Análise Institucional, o foco é a formação de lógicas como produtoras de modos de ser e agir. O artigo analisa brevemente as ideias e instituições do final do século XIX e início do XX e sua produção de conhecimento baseada nos ideais racistas e cientificistas. Dá-se destaque à política de branqueamento, que formou parte da lógica racial, para ponderar seus efeitos na realidade subjetiva da população negra (e não negra) na contemporaneidade.

Palavras-chave:

Lógica Racial, Racismo, Branqueamento, Análise Institucional.

3.2 Abstract

This work intends to analyze theoretically some of the ideas about race by Arthur de Gobineau, Nina Rodrigues and Oliveira Vianna, employing Michel Foucault's historical approach. Considering also the perspective of institutional analysis, the focus is on the development of rationales that engender ways of being and acting. The article briefly analyzes the ideas and institutions of the late nineteenth and early twentieth centuries and

their production of knowledge based on racist and seemingly scientific ideals. The politics of whitening, which was part of the racial logic, is emphasized in order to ponder its effects on the subjective reality of the black (and non-black) population in contemporary times.

Keywords:

Racial Logic; Racism; Whitening; Institutional Analysis.

3.3 Resumen

Este trabajo pretende analizar teóricamente algunas ideas de Arthur de Gobineau, Nina Rodrigues y Oliveira Vianna sobre raza, a partir del enfoque histórico de Michel Foucault. Considerando la perspectiva del Análisis Institucional, el foco es la formación de lógicas como productoras de modos de ser y actuar. El artículo analiza brevemente las ideas e instituciones de finales del siglo XIX e inicio del XX y su producción de conocimiento basada en los ideales racistas y cientificistas. Se destaca la política de blanqueamiento, que formó parte de la lógica racial, para ponderar sus efectos en la realidad subjetiva de la población negra (y no negra) en la contemporaneidad.

Palabras-clave:

Lógica Racial; Racismo; Blanqueamiento; Análisis Institucional.

3.4 Introdução

O tema do racismo vem tomando espaço e dividindo paixões e opiniões no Brasil. É importante recuperar como se constitui a lógica racial no país na intenção de compreender como as práticas e discursos formadores das relações de poder vigentes constituem a produção de subjetividade do racismo. Esse coengendramento de práticas e discursos produz não só uma subjetivação racista, mas principalmente sofrimento psíquico.

A partir de Foucault (2002, 2003), a história é vista como processo de constituição do sujeito do conhecimento. Tal sujeito é produzido a partir de paradigmas engendrados e recortados pelos apelos de seu tempo. Desse modo, tudo que tomamos como verdade, pode-se considerar como produto de um processo em que conceitos, discursos e práticas foram aliançados, em determinado contexto, estabelecendo relações de poder. Porém, se não existe a verdade, dada e universal, não quer dizer que ela não seja determinada “pelo jogo rarefeito estabelecido nas práticas históricas” (Candiotto, 2006, p. 73). Foucault identifica o Direito como o principal veículo de produção de verdade e talvez o de maior incidência, porém o que ele chama de Direito não se refere exclusivamente à lei, mas também aos aparelhos, instituições e regulamentos que o aplicam.

As lógicas seriam pensamentos, abstrações que norteiam os meios de normatização da sociedade, definindo suas regras de comportamento; são “corpos discriminativos”, que a norteiam. Baremlitt (2002, p. 25) define a sociedade como uma rede de instituições, as quais são: “(...) lógicas, são árvores de composições lógicas que, segundo a forma e o grau de formalização que adotem, podem ser leis, podem ser normas”...

Ao abordar teóricos como Arthur de Gobineau, Oliveira Vianna e Nina Rodrigues, importa analisar como tais autores participaram da construção de lógicas que formaram o tecido social brasileiro. Trata-se de

investigar como eles contribuíram para a produção de verdades que, de forma direta ou indireta, definiram hierarquias sociais, códigos legais, políticas públicas, estabelecimentos de ensino, instituições como prisões, manicômios e hospitais, endereçados a um grupo específico da sociedade. Dão-se então, em uma tessitura de poder e verdade, formas subjetivas que vigoram em um determinado período histórico, mas cujos efeitos ainda são sentidos.

O Brasil foi um país colonizado por Portugal e usou legalmente a mão de obra escrava entre 1530 e 1888. Durante esse período, o escravo foi a maior força de trabalho, tendo sido responsável pela labuta em todas as atividades de exploração, cultivo agrícola, pecuária e nas tarefas domésticas. É no fim do século XIX, com o início do período industrial, que sua força de trabalho deixa de ser interessante. Sérgio Buarque de Holanda (2015) aponta para o fato de as elites serem constituídas por um sistema familialista tradicionalista, que, na passagem do Império para a República, continuam se perpetuando dessa mesma forma. As elites agrárias migram para as cidades e fundam nos centros urbanos suas representações políticas hegemônicas.

O foco deste trabalho é o surgimento das Teorias Raciais, que fundamentam políticas públicas na construção do Estado, na passagem para o século XX. Entre a abolição da escravatura (1888) e a institucionalização da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) por Vargas em 1943, ocorre um processo complexo, em que ideias importadas da Europa, de cunho cientificista, iniciam uma vasta produção de subjetividade racista que podemos reconhecer na atualidade. A escravidão já era um exemplo desta lógica; porém, foi no fim do século XIX que foram produzidos os primeiros trabalhos escritos sobre a teoria das raças e suas diferenciações. A lógica racial está no cerne da busca pela identidade nacional, na fundação do Estado Republicano. Ela “garante” a superioridade da raça branca à negra e indígena, além da condenação à infertilidade e inferioridade intelectual aos mestiços. Ela instaura princípios norteadores para políticas públicas, normas de

comportamento religioso, familiar, de trabalho e educação no Brasil. São preceitos que indicam a necessidade do Brasil buscar soluções para a sua mestiçagem ou correr o risco de se extinguir.

3.5 Gobineau e sua triste “verdade”

Arthur de Gobineau e sua obra *L'Essai sur l'Inégalité des Races Humaines* (Ensaio sobre as Desigualdades entre as Raças Humanas, 1853-1855) foi referência preponderante na expansão do pensamento racial e do positivismo racial, chegando a influenciar o processo republicano brasileiro. Tanto o negro quanto o índio foram afetados diretamente por essas ideias, porém o foco neste artigo é a condição do negro.

Mesmo depois da institucionalização da CLT em 1943, a situação do negro não se modificou consistentemente, devido ao processo de desqualificação de sua mão de obra para a indústria (Fernandes, 1964/2013). A CLT atende em princípio à pressão imposta pelos movimentos operários de cunho anarquista, trazidos pelos italianos, a maioria dos imigrantes europeus neste período. Segundo Fernandes, os italianos formavam mais de 82% da população trabalhadora de São Paulo em 1893.

Embora não se disponha de dados diretos, essas indicações são suficientes para fundamentar a conclusão de que o antigo agente do trabalho escravo, nas condições em que se formou e se consolidou, inicialmente, a ordem social competitiva na cidade de São Paulo, para as ocupações marginais ou acessórias do sistema de produção capitalista. (Fernandes, 1964/2013, p. 34)

Inicia-se então, para o negro, uma história de criminalização e miséria que, por mais que algumas políticas recentes tenham tentado reverter, persiste.

Encontramos em muitos textos sobre as teorias do racismo científico o nome de Joseph Arthur de Gobineau. Citado como grande influência na produção científica do século XIX, filho da união de um francês e uma “créole”, foi levado aos sete anos para a Suíça por sua mãe, que deixara seu marido para seguir seu amante. Somente em 1834 retornou à França para ficar com seu pai e em 1855 publica o *Ensaio*. Gobineau colocava um problema crucial: como lidar com a miscigenação e os ideais de igualdade que o pensamento democrático impunha após a Revolução Francesa? Como manter privilégios se a forma de organização social em ordens familiares e descendências reais não era mais uma forma de governo sustentável? Seu esforço aplicava-se em determinar novas formas de distinção entre os homens, de modo a estabelecer novas hierarquias, agora com base científica (Gahyva, 2015).

Torna-se interessante pensar como as ideias de Gobineau podem ser compreendidas a partir do que Foucault (1996) chama de “guerra das raças”. No período medieval, em que a noção de soberania estava diretamente ligada à linhagem e à descendência, o inimigo ou o que ameaça tal soberania encontra-se fora do território regido pelo soberano, que, por sua vez, possui, por sua linhagem, o poder de governar. Soberania e descendência estão conectadas por um elo de herança, de passagem por via da consanguinidade. Desse modo, o rei estabelecia uma guerra com outros povos, outras linhagens, outras soberanias. Uma invasão, uma guerra, era um encontro bélico entre “raças” diferentes que disputavam territórios de domínio e exploração. Salvo as explorações colonialistas do século XVI, que não reconheceram suas culturas e linhagens nas terras encontradas, consideradas selvagens, a *guerra das raças* continha uma pluralidade que desaparece na modernidade – que Foucault chama de sociedade disciplinar.

Gobineau, em sua tentativa de instituir uma *hierarquia racial*, parte do princípio de que a sociedade começa a se formar a partir da expansão dos povos germânicos nas camadas étnicas dos outros grandes grupos que povoaram o Velho Mundo, a saber: egípcios, assírios, chineses,

gregos, romanos, germânicos e, na América, as três grandes civilizações pré-colombianas. Este pensamento carrega um paradoxo: a obrigatoriedade da expansão ariana ocorrer por meio da miscigenação, que ele tanto advertia ser perigosa. A mesma força civilizatória que a miscigenação produz traz a degeneração intrínseca a si própria. Contudo, havia menos danos caso a raça ariana fosse dominante.

Inferindo que os povos escandinavos eram os mais “puros”, Gobineau constatou também que eram uma população pequena para salvar a Europa da degenerescência. Entendeu que, por sua proximidade geográfica e condição insular, a Inglaterra poderia ser a melhor referência para uma possível arianização. Ali encontravam-se os mais próximos descendentes dos escandinavos que poderiam neutralizar a *lei da atração*. Essa lei levava os povos superiores a se misturarem com os inferiores, impedindo-os de manter sua habilidade para o desenvolvimento. Porém, a Inglaterra não aderiu tanto ao pensamento de Gobineau, já que com a industrialização precisou abrir seu campo de trabalho operário para raças não germânicas.

Com os ideais de igualdade, Gobineau não via saída e percebia uma fatal “mediocridade” tomando força e destruindo aptidões como força, beleza e intelectualidade – características da aristocracia ariana. A ordem democrática tomava de assalto todos os privilégios da aristocracia, que estava padecendo de degenerescência. Gobineau então desiste do ideal de linhagem para uma noção de *hierarquia individual*. Nas características individuais e educacionais um homem pode manter-se nobre e superior à plebe, não por características fenotípicas, mas sim, por uma aprendizagem, por negar comportamentos degenerados. É na *hierarquia familiar* que ele faz sua síntese entre a teoria das raças e o individualismo. “O homem só adquire sentido na qualidade de membro da família.” Quando se referia a “sentido”, queria dizer atributos de honra e nobreza; afinal, “quem sai aos seus não degenera” (Gahyva, 2013, p. 251).

Junto com a burguesia, o franco desenvolvimento do capitalismo, a decadência do soberano e o surgimento da sociedade disciplinar, a *guerra das raças* passa a ser a *guerra da raça*. O inimigo externo passa a ser interno, o controle dos corpos passa a ser do Estado e a racialização científica estabelece a soberania da raça branca em relação às não brancas. “En el fondo, debemos producir la verdad como debemos producir riquezas, hasta debemos producir la verdad para poder producir riquezas” (Foucault, 1996, p. 28). Os discursos produzem verdades que garantem riquezas; assim, a lógica racial se torna uma das linhas que constituem o tecido da supremacia burguesa na sociedade disciplinar.

Contrariado por seus superiores, Gobineau foi indicado a Ministro da França no Brasil (Reader, 1976), cargo equivalente ao de diplomata hoje. Em 1868, Gobineau residia com a família em Atenas quando soube de sua nomeação. Diante da notícia, o conde tentou, inutilmente, evitar sua vinda, temendo a febre amarela e o clima tropical. Para proteger a saúde de sua família preferiu vir só e, em fevereiro de 1869, embarcou rumo ao tão “terrível” destino. Suas expectativas eram das mais temerosas possíveis.

Chegou ao país, primeiramente em Pernambuco, onde se negou a desembarcar, passando pela Bahia, onde se deparou com a maior população negra que já havia visto. “Jamais supusera que, em todo o Universo, houvesse sequer, a metade dos que ali via.” (Reader, 1976, p. 31) Surpreendeu-se com as roupas e adereços das mulheres negras. “Os trajes das negras são soberbos e de grande nobreza, com sabor completamente antigo.” (Ibid., 31) No início de abril, sua correspondência para a esposa e amigos conta a sua chegada à Baía de Guanabara, que comparou à beleza de Constantinopla.

Contudo, a recepção de D. Pedro II foi impecável. Conhecedor de sua obra, o Imperador aguardava ansioso por seu mais novo hóspede intelectual. Isso aliviou o impacto na saúde, porém não foi suficiente para evitar uma febre persistente, insônia e irritabilidade. Sinais de que não suportava mais conviver com tantos negros e falta de comunicação, pois

só o Imperador estava à altura de suas ideias. O entusiasmo de D. Pedro pelas conversas com Gobineau durou todo o tempo em que ele esteve no Brasil: o encontro perfeito entre o soberano e a teoria das raças superiores.

Exigências abolicionistas tomavam conta da Europa e as principais Metrópoles já haviam abolido a escravidão em suas colônias, com o processo de industrialização e de mudança nas políticas comerciais internacionais. Contudo, o Brasil continuava escravocrata. O Ministro dos Negócios Estrangeiros da França dirigiu-se ao Ministro da França no Brasil pedindo maiores informações (Reader, 1976, p. 111). Gobineau dá detalhes minuciosos da situação financeira precária em que o país se encontrava devido à guerra do Paraguai e afirma que a indenização que os proprietários de negros libertos deveriam receber do Estado (eram cerca de dois milhões de escravos) seria inviável para o país. De resto, essa mão de obra assegurava a atividade mais importante do país e havia o risco de os escravos, quando libertos, não trabalharem mais nas fazendas.

Fica claro como a lógica racial entra no país como um suporte para questões políticas e econômicas. O envio de um Ministro francês, a atenção do Imperador e as exigências econômicas e políticas internacionais esclarecem o contexto da aproximação com a lógica racial. Um quadro que contextualiza como essa lógica, advinda do pensamento impreciso de Gobineau, infiltra-se através das relações que legitimavam suas ideias. Um quase nobre, que queria ser artista e acabou Ministro da França no Brasil por cerca de dois anos, contra a sua vontade, já que aqui estava tudo o que mais condenava. Gobineau analisou o país a partir da suposta degenerescência que a mestiçagem produziria:

A enorme maioria da população brasileira é mestiça, resultado de misturas entre indígenas, negros e um pequeno número de portugueses. Todo os países da América, quer no Norte, quer no Sul, mostram hoje, de maneira irrefutável, que os mulatos, dos diferentes graus, não se reproduzem para além de um número limitado de gerações(Reader, 1976, p. 185).

3.6 O Século XIX e a Ciência

A Biologia, ciência que surge no século XIX para objetivar a vida, imersa na perspectiva evolucionista, descobre a hereditariedade como um meio em que o que é vivo pode, através de cruzamentos, “evoluir” ou “decair”. Segundo Lobo (2015), “A hereditariedade passou a servir de fundamento para a ordem social, quando uma visão naturalista do mundo, não só partia da medicina e da biologia, como também tinha seus representantes na literatura.” (Lobo, 2015, p. 40) Isso ilustra como esse século foi tomado pela expansão do cientificismo como uma lógica dominante.

O evolucionismo e o determinismo biológico (Gould, 1991) do século XIX trazem o pressuposto da superioridade/inferioridade como base do pensamento científico. No esteio das teorias raciais está a análise de grupos ou tipos humanos, no que se refere a características físicas e comportamentais, que se diferenciam numa escala evolutiva do inferior para o superior. A classificação de populações não brancas hierarquizou as relações sociais, legitimou processos de dominação econômica e política, definiu territórios de miséria e exploração. O Evolucionismo Social de Herbert Spencer, a Eugenia defendida por Francis Galton, a Teoria das Degenerescências proclamada por August Morel, a Craniologia de Cesare Lombroso, entre outras, foram teorias responsáveis pela produção de conhecimento do racismo científico e produtores de práticas, políticas e discursos raciais e discriminatórios. Na maioria dos escritos e em discursos de governantes ocidentais modernos pode ser encontrado o projeto de tornar suas nações livres das raças mestiças e não brancas (Gould, 1991).

O monogéismo e o poligéismo são conjuntos de teorias que buscam justificar o degeneracionismo dos grupos raciais. O termo degeneracionismo, no caso, não está atrelado ao de degenerescência, pois este surge posteriormente na literatura científica. O primeiro é pré-evolucionista e afirma que a humanidade adveio de Adão e Eva e que o clima definia as diferenças raciais, sendo que, quanto mais quente, mais

lento o desenvolvimento do cérebro; em contrapartida, quanto mais frio, maior esse desenvolvimento, o que justifica que europeus de países mais setentrionais são superiores e constituem modelos de homem civilizado. O poligenismo surge da ideia de que os grupos humanos não brancos surgiram de outro Adão, possuidor de características diferentes do Adão caucasiano. O que importa de fato é a busca por justificar a inferioridade das raças não brancas em relação à branca. O degeneracionismo se ocupa dessa construção, dando origem aos estudos raciais, migratórios e climáticos, que influenciaram o racismo científico do século XIX.

A correlação entre as etnias e as características climáticas é evidente em escritos de Nina Rodrigues, por exemplo, ao referir-se às ideias de Sylvio Romero acerca do clima brasileiro ser favorável à imigração de europeus:

Desses preceitos, conclui-se facilmente que o auctor não acredita na expansão demographica da raça branca abandonada aos seus proprios recursos, propondo esse trabalho impossível de sua conservação por meios artificiais da ordem das estufas nos climas frios, ao lado de incessante renovamento do sangue. (Rodrigues, 1956,p. 60)

Rodrigues, na continuação do texto, afirma que a raça branca precisa do mulato para adaptar-se no sul da República. Ou seja, fica clara a relação entre raça e clima nos preceitos do determinismo biológico. O branco está fadado a se adaptar ao frio, e o negro e o índio ao clima quente, o que também define a capacidade intelectual de cada população em função dessa adaptação. A miscigenação traria a capacidade de fixação do branco, ao passo que tornaria o povo mais claro; porém, a miscigenação destruiria a pureza das raças – um perigoso erro.

Bénédict-Auguste Morel publicou em 1857 o *Tratado das degenerescências*, onde sustenta, inicialmente, a ideia da existência do criminoso nato e da causa do crime poder ser identificada no próprio criminoso. Suas ideias definiram também o monstruoso, relatando “variedades” doentias (físicas, morais e intelectuais) na busca por prevenção e progresso. Tal teoria também foi usada para justificar a

“inferioridade” racial dos povos primitivos. O conceito de degenerescência influenciou notavelmente os discursos médicos, jurídicos e educacionais.

No Brasil, no início do século XX, a relação estabelecida entre uma ciência racista e o conceito de degenerescência é aliada na construção de um Estado racista e controlador, devido ao seu alto e perigoso índice de miscigenação. Schwarcz (1993), examinando os artigos científicos publicados no período de 1891 a 1930, verificou que a maior parte dos textos era vinculada aos Direitos Criminal e Civil. Isso mostrava a necessidade de se legislar sobre “direito das gentes e do indivíduo”, de delimitar a liberdade e os critérios de punição à violação dessas convenções, devido ao perigo da delinquência (Schwarcz, 1993, p. 208). Esse era o empenho em uniformizar a legislação, contemplando a perigosa variação da população, sobretudo os mestiços.

3.7 Nina Rodrigues e Oliveira Viana, qual a saída para o Brasil?

Nina Rodrigues (1862-1906) nasceu no Maranhão, filho do coronel Francisco Solano Rodrigues, e foi para Salvador em 1882 para cursar Medicina. Rodrigues se dedica a estudos da cultura negra (1956): “No ponto de vista histórico e social penso com o Dr. Sylvio Romero: todo brasileiro é mestiço, se não no sangue, pelo menos nas idéas.” (Rodrigues, 1956, p. 89) Jurista criminalista, médico legista, psiquiatra, professor, escritor, etnógrafo, sexologista, higienista, entre outros, ele se dedica a estudar os africanos no Brasil e sua relação com a responsabilidade penal. Foi um dos fundadores da instituição criminológica brasileira e do Código Penal republicano. Discípulo de Cesare Lombroso (Góes, 2016), que usava a classificação de crânios para identificar tendências ao comportamento criminoso, busca identificar as características das raças brasileiras. Estudioso da degenerescência como causa racial, acreditava que indivíduos da mesma raça tinham

características comuns. No caso da mistura de raças, o resultado seria uma desorganização das suas características genuínas.

Sua tese em relação à condição de inimputabilidade penal do negro está baseada em sua teoria racial. Já que o Código Penal foi elaborado por brancos, estaria o negro apto a cumprir tal código? O determinismo racial configuraria uma origem endógena que define o comportamento, não havendo possibilidade de interferência externa. “A bem conhecida incapacidade de um trabalho physico continuado e regular nos selvagens tem a sua explicação natural na physiologia comparada das raças humanas.” (Rodrigues, 1956, p. 142) Nesse caso, a prisão como dispositivo recuperador do criminoso não seria aplicável ao negro, já que a condição de sua raça não permitiria uma mudança em sua condição. “A indolência dos nossos mestiços é um legado dos seus maiores, que mais deve merecer da arte de educar do que das repressões penaes” (ibid., p. 142). Para Rodrigues não havia saída para o negro e, por conseguinte, não também haveria para o Brasil. Se o negro, depois de séculos em contato com povos mais superiores, não “se civilizou” é porque não consegue.

“Ninguém pode duvidar tão pouco de que anatomicamente o negro esteja menos adiantado em evolução do que o branco. Os negros africanos são o que são: nem melhores nem piores que os brancos; simplesmente elles pertencem a uma outra phase do desenvolvimento intellectual e moral.” (Ibid., p. 120)

Esse fragmento ilustra a infantilização que o pensamento racial de Rodrigues impõe ao negro. A tutela se torna a melhor opção para o negro criminoso, já que ele não está no mesmo nível de desenvolvimento que o branco. Sua raça está ainda em um momento evolucionista anterior. Seu cérebro é proporcional ao da raça branca em um período já ultrapassado; o negro estaria sempre atrasado se comparado ao branco..

Esta analyse psychologica dá sem duvida a explicação inteira do character indolente e imprevidente do mestiço brasileiro, capaz de attingir, como aconteceu na Amazonia, onde tão ao vivo nol-o pinta o Sr. José Veríssimo, às raias de uma verdadeira degradação moral. (Ibid., p. 140)

É interessante a análise “psicológica” da relação do “selvagem” com a propriedade privada. A partir da “physilogia criminal”, diz que é rudimentar o sentimento do direito à propriedade e que, por outro lado, a impulsividade o domina enquanto comportamento. Impulsividade, força física, incapacidade mental e sexualidade exacerbada (“A sensualidade do negro pode atingir às raias quasi das perversões sexuais morbidas.” *ibid.*, p. 153) são características que passam como herança aos descendentes mestiços, tornando a possibilidade de refreamento do impulso de obter de imediato o objeto de desejo algo impossível. O mestiço é um perigoso ingênuo, que não pode se refrear, não por maldade, mas por imaturidade evolutiva.

Ora, como estes estados psychicos dominam os crimes contra pessoas, tanto quanto os crimes contra propriedade, é intuitivo que por defeito de organização, por insuficiência e desarmonia de desenvolvimento physiopsychologico, não só o índio e o negro, mas ainda os seus mestiços devem ser menos responsaveis do que os brancos civilizados. (*Ibid.*, p. 141)

A relação estabelecida entre a impulsividade e o não reconhecimento da propriedade privada instaura uma condição de análise muito restrita a um tipo de conhecimento e a um contexto de interesses econômicos específicos. Os índios não estavam inseridos no código de propriedade capitalista que se pretendia instituir nem o negro, que se via às voltas com a abolição da escravidão, da qual participou apenas como produto. Como esperar desses grupos intimidade com o senso de propriedade privada? Mas a distância que o lugar de saber instaura entre um intelectual, mesmo que simpático ao grupo negro como Rodrigues era, e o objeto pesquisado faz com que se produza um conhecimento preconcebido. Frequentar os rituais do candomblé, como o jurista fez, não foi suficiente para que visse ali uma forma de cultura legítima, pois ali não estava presente o modelo branco e europeu.

Rodrigues pensava que a experiência da escravidão era necessária para o desenvolvimento sociológico do negro, considerando

essa instituição como um “phenomeno natural”, característico de uma fase da evolução social do negro. Ele julgava a dominação, exploração e tortura vivida pelos africanos e negros escravizados como algo que os fará alcançar o estado de evolução da raça branca. Considerando que existem negros dotados de “nobres sentimentos altruístas”, como os abolicionistas, isso poderia ser considerado uma objeção à sua teoria, mas esses só a confirmam, pois são os elementos que anunciam o processo evolutivo. São exceções e por isso não seriam provas suficientes para questionar a inferioridade da raça negra.

Rodrigues dá significativa atenção para o atavismo, que seriam (assim como características físicas primitivas que se manifestam em gerações posteriores) comportamentos primitivos que poderiam contribuir para uma forma criminoso de personalidade. Por esse e por todos os motivos anteriores, ele chama atenção para a dificuldade que os peritos vivem ao analisar um possível criminoso selvagem.

Essa circunstancia complica sobremodo a tarefa do perito nos exames medico-psychologicos. Mesmo nos mestiços mais disfarçados, naquelles em que o predomínio dos caracteres da raça superior parece definitiva e solidamente firmado, não é impossível revelar-se de um momento para outro o fundo atávico do selvagem (Rodrigues, 1956, p. 162).

A conclusão a que Nina Rodrigues chega é que os selvagens (índios e negros) são inimputáveis por uma condição de responsabilidade moral diversa, porém não pode afirmar com certeza o mesmo dos mestiços. De fundo degenerativo e ligadas às más condições “anthropologicas”, as manifestações criminosas dos mestiços necessitam de maior exame. Ele identifica três tipos: os do primeiro tipo, os mestiços superiores pela predominância da raça superior e civilizada branca, devem ser julgados e responsabilizados penalmente. O segundo seria o dos mestiços evidentemente degenerados devido às “anomalias de sua organização physica, bem como de suas faculdades intellectuaes e moraes”. Referindo-se a Morel, definiu o segundo tipo como a fase das representantes de variedades doentias da espécie. Alguns destes

deveriam ser totalmente responsáveis e outros, parcialmente. O terceiro grupo seria o dos “mestiços comuns, produtos socialmente aproveitáveis” (ibid., p. 167). Considerados superiores às raças selvagens, mas degenerados pela miscigenação, não poderiam ser equiparáveis à raça superior, e por isso, se encontrariam sempre na iminência de cometer ações antissociais, pelas quais não poderiam ser totalmente responsáveis. Por isso, seriam casos de responsabilidade atenuada.

A partir das classificações de Rodrigues, baseadas no movimento da Criminologia Positivista de Enrico Ferri e da “Psichyatria” legal de Morel, delineia-se uma criminalidade no Brasil relacionada à miscigenação. A tendência ao comportamento antissocial estava diretamente ligada ao contexto hereditário da mistura de raças.

Em tal paiz, o germen da criminalidade, - fecundado pela tendencia degenerativa do mestiçamento, pela impulsividade dominante das raças inferiores, ainda marcadas do estygma infame da escravidão recentemente extinta, pela consciencia geral, prestes a formar-se, da inconsistência das doutrinas penes fundadas no livre arbítrio -; semeado em solo tão fértil e cuidadosamente amanhado, há de por força vir a produzir o crime em vegetação luxuriante, tropical verdadeiramente. (Ibid., p. 176)

Estão presentes nessa parte da obra de Rodrigues a preocupação com o controle do comportamento e o exame desse comportamento por parte do perito. O autor nos fala claramente do saber *psichologico*, o que, de alguma forma, anuncia o discurso que posteriormente instituiria a prática do psicólogo nas engrenagens penais e judiciárias. Em grande medida, a demanda por tal especialista surge das lógicas raciais, da necessidade de previsão do comportamento antissocial dos mestiços e de proteger a sociedade da inevitável degradação hereditária que os acomete.

Segundo Rauter (2003), podem-se dimensionar os efeitos das ideias de Nina Rodrigues em fases posteriores, como nas condutas dos especialistas *psi* presentes no Código Penal de 1940 (Rauter, 2003, p. 79). Esses exames fazem parte do processo da pena do encarcerado,

suas modulações e benefícios passam a ser aprovadas ou não em função dos laudos psicológicos. Tais benefícios, como a mudança de regime penitenciário, concessão de livramento condicional, entre outros, são definidos judicialmente baseados em pareceres de equipes multidisciplinares, em que o psicólogo está incluído. Dessa forma, a Justiça se fundamenta na ciência para definir os destinos dos encarcerados. Os conceitos de Lombroso, Morel e Ferri, entre outros pensadores da Criminologia Positivista, passam a vigorar por meio de uma prática de avaliação individualizada e especializada. O psicólogo passa a ser um dos especialistas que avalia o sujeito do crime, determinando seu grau de periculosidade. O EVCP (Exame para Verificação de Cessação de Periculosidade) constitui um dos dispositivos do Código Penal a partir de 1940, em que uma equipe de “cientistas humanos” (2003, p. 81) decidia a vida do condenado em ampla dimensão. A partir da relação entre as lógicas raciais e a elaboração do Código Penal de 1940, não é surpreendente que a grande maioria da população carcerária no Brasil seja negra. Não se pode deixar de implicar a psicologia nesse processo de produção de subjetividade do racismo nas instituições carcerárias, enquanto ferramenta de avaliação do negro condenado, nas bases da lógica racial positivista (Bicalho, Kastrup & Reishoffer, 2012).

Oliveira Viana, nascido em 1883 em Niterói e falecido em 1951, também fez contribuições para as ideologias raciais no Brasil. Professor, jurista, historiador e sociólogo, participa da construção da sociologia no Brasil. Assumiu vários cargos governamentais, tendo sido inclusive Ministro do Tribunal de Contas da União, em 1940. Conhecido no Brasil como ideólogo da eugenia, escreveu “Evolução do Povo Brasileiro” (1923/1956), em que sistematiza os elementos necessários para o Brasil tornar-se uma nação. Diferentemente de Rodrigues, Vianna via na ciência da eugenia um caminho para a construção de um tipo legitimamente brasileiro, que pudesse estar no caminho da evolução pela mistura das raças inferiores com as superiores. Vianna acreditava que as raças inferiores poderiam ser aprimoradas com o cruzamento crescente com a

raça ariana. “O trabalho arianizante, exercido pelas seleções étnicas sobre a massa mestiça, sofre, com efeito, um retardamento ou uma aceleração, conforme se trate de uma zona de concentração ou de uma zona de transmigração” (Viana, 1923/1956, p. 147).

Em sua análise do período colonial, Viana procura identificar as atribuições de cada raça. Com relação aos negros, teriam aptidão para o trabalho agrícola e atividades que exigem menos inteligência, como trapiches e trabalhos braçais. As mulheres negras seriam muito úteis na cozinha, possuindo habilidades culinárias inatas (ibid., p. 149-150). Os mulatos estariam em um patamar mais inteligente que os negros puros e poderiam exercer atividades mais sofisticadas como alfaiates e sapateiros.

A *arianização progressiva* era uma proposta de política pública que visava à redução da população negra pela miscigenação com a raça branca superior. A arianização era uma saída civilizatória para o Brasil. Na seleção natural, o negro se extinguiria pela seleção social, que diz respeito à raça branca ser mais forte e mais bela, e por isso dominadora socialmente; a razão patológica, que se caracteriza pelas condições precárias de vida, que trariam maior contato com doenças; e finalmente a econômica, que, pela precariedade em que os negros viviam, levaria à menor expectativa de vida. “Reconhece que, para este efeito destruidor do *H. afer* [negros] em nosso meio, colaboram três causas: uma seleção social, uma seleção patológica e uma seleção econômica: ou, mais expressivamente: o açoite, o álcool e a má alimentação” (Viana, 1923/1956, p. 179).

A seleção progressiva entende a extinção do negro como algo natural que deveria ser parte do branqueamento. Essa era a meta, o objetivo político; na República, passa a ser indesejada uma raça que, no processo eugênico, deveria desaparecer:

O valor de um grupo étnico é aferido pela sua maior ou menor fecundidade em gerar tipos superiores, capazes de ultrapassar pelo talento, pelo caráter ou pela energia da vontade, o estalão médio dos

homens de sua raça ou do seu tempo. (...) Em todas as raças humanas, mesmo as mais baixamente colocadas na escala da civilização, esses tipos superiores aparecem: *não há raça sem eugenismo*. (...) Quando duas ou mais raças, são postas em contato num dado meio, as raças menos fecundas estão condenadas, mesmo na hipótese da igualdade do ponto de partida, a serem absorvidas ou, no mínimo, dominadas pela raça de maior fecundidade. Esta gera senhores; aquelas, os servidores. Esta, as oligarquias dirigentes; aquelas, as maiorias passivas e abdicatórias (Ibid., p. 153).

Fernandes (1964/2013) lembra que, com o fim da escravidão, instaura-se uma política imigratória maciça em função da industrialização. Após as influentes teorias raciais, o negro jamais seria considerado mão de obra adequada para o ambiente fabril. Todo o estigma da raça negra, construído por meio de conceitos, verdades científicas e práticas racistas, o condenava a ser incapaz de operar uma simples máquina. O ambiente das fábricas era branco, sua ideologia era branca e o salário era também coisa de branco. Aos negros, a enxada e a panela.

Na esfera dos serviços essenciais para a expansão da economia urbana, da livre empresa e do capitalismo, prevalecia irrefreadamente a filosofia de *therightman in therightplace*. O “estrangeiro” aparecia, aí, como a grande esperança nacional de progresso por saltos (Fernandes, 1964/2013, p. 33).

Se a fábrica não se destinou ao negro e as fazendas foram gradativamente se tornando uma atividade econômica obsoleta, o que foi destinado a eles? A integração do povo negro à sociedade pode ser considerada concluída ou a lógica racial, ainda que bastante modulada, se mantém viva, produzindo nessa população um processo de branqueamento, encarceramento, adoecimento e miséria?

Outra figura importante da política do embranquecimento foi o médico e antropólogo João Baptista Lacerda, que representou o Brasil no I Congresso Universal das Raças em Londres no ano de 1911 (Hofbauer, 2007). Mediante estimativas estatísticas, apresentou no Congresso que a saída para a questão racial estava em vias de ser resolvida pela imigração e “seleção sexual”, ou seja, de casamentos entre mestiços ou

negros com brancos, o que deveria extinguir a raça negra num prazo de cem anos. De acordo com essas estimativas, em 2011 não teríamos mais negros no Brasil.

O uso de mensurações populacionais, com o intuito de controlar as ameaças ao desenvolvimento liberal e capitalista da passagem do século XIX para o XX, foi chamado por Foucault de biopoder (Foucault, 1996). A lógica racial e o controle da população negra eram assuntos de Estado e geradores de políticas públicas que saneassem a sociedade desses riscos. Fica claro aqui como o racismo científico e as estratégias do Estado moderno se articularam no Brasil em função de evitar a condenação do país a tornar-se uma Nação diante das forças internacionais, em função da multiplicidade racial existente aqui. Na fala de Lacerda fica claro que o objetivo da imigração e da seleção sexual era acabar com a raça negra, pois o mestiço seria o meio do caminho. “[...] é lógico supor que num período de um novo século, os mestiços desaparecerão do Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós” (Lacerda, 1911, p. 18-19, apud Hofbauer, 2007, p. 160). Tal concepção demonstra a força das teorias raciais, hoje já desconstruídas pelas ciências biológicas contemporâneas, porém presentes nas relações em que o racismo se torna uma prática.

3.8 Política de branqueamento, produção de subjetividade e racismo.

A política de branqueamento não é a única iniciativa de Estado responsável pelos efeitos do racismo na população; porém, sua permanência ainda é produtora de sofrimento psíquico e social. O conjunto das instituições republicanas, como o judiciário, o sistema educacional, as leis e as políticas públicas, entre outras, são uma rede tecida nas bases do racismo científico. A política do “embranquecimento” é parte dessa rede, constituindo-se e capilarizando-se nos planos mais sutis, micropolíticos, da história brasileira.

Destacar essa parte do racismo estrutural aponta para a substancialidade de seus efeitos no fortalecimento da supremacia da coloração branca, na relação cotidiana com outras cores e etnias brasileiras. No início do século XX, período de institucionalização da política do branqueamento, os recortes de jornais do Movimento Negro da época (Hofbauer, 2007), como o Getulino e o jornal da FNB (Frente Negra Brasileira), trazem narrativas que mostram os efeitos dessa política. Na tentativa da população negra, recém liberta da escravidão, de inserir-se socialmente, houve uma clara associação entre inserção social e branqueamento. Em fragmentos de anúncios nos citados jornais, encontra-se essa narrativa: “Frente-Negrinas: Quereis ter os vossos cabelos lisos e sedosos! a preços razoaveis Procurai a cabelizadeira Frente-Negrina” (A Voz da Raça, 1933, p. 4). Tal propaganda representa a desqualificação do cabelo negro em relação ao cabelo liso do branco. As negras já eram induzidas a alisar os cabelos, parte da política do branqueamento. Outro fragmento aponta para o constrangimento do negro ao transitar nas ruas depois da abolição.

“As futuristas: Minhas irmãs negras; nós, antes de usarmos, Boina, Sapatos sem meia, Blúsa sem mangas e Brincos Argolão, devemos primeiramente consultar com as nossas costureiras ou pessoas amigas, para ver-se nos fica bem, para não sermos vitima do riso dos transeuntes e vergonha das nossas irmãs que sabem trajar-se bem” (Campos, 1933,p. 3).

A ansiosa irmandade da qual se fala no fragmento acima se trata menos da que se estabelece entre as negras do que entre negras e brancas. Para que fossem aceitos no convívio com brancos, o negro teve que embranquecer hábitos, linguagem, vestimentas, comportamentos, e mesmo assim essa irmandade não se deu.

Antes de se espirrar ou tossir devemos colocar um lenço diante da boca ou no nariz para não encomodar quem esteja perto. [...] Quando formos convidados para tomar parte em casamento, jantar, ceia ou espetaculo, devemos nos apresentar limpos e bem vestidos para não desgostar quem deu o convite, alem do dono da casa. Não devemos convidar ninguém para *matar o bichomas*, sim para tomar um Café ou comer uns pasteis, por exemplo [...]. Nós os negros não devemos ser indiferentes em tudo que seja pelo nosso progresso (Freitas, 1934, p. 4).

O progresso e a construção de um Estado Nação brasileiro foi uma causa abraçada por todos. Hofbauer (2007) afirma que na busca pela constituição da Nação estava incluída a ideia de homogeneidade, de unidade, que nunca vislumbrou a inclusão das culturas étnicas não brancas. Homogeneidade e unidade foram sinônimos de aniquilação da cultura negra e indígena.

Vannuchi (2017) afirma que, na transição da sociedade rural para a industrial, ocorreu um processo irreversível que se caracterizou pelo desprezo e negação dos costumes da população negra. Ou seja, a representação negativa da cultura negra produzida pelo branco tornou-se naturalizada pela política do branqueamento, disseminando uma busca por aceitação por parte da população ex-escrava através do modelo brancocêntrico. O embranquecimento legitima, mais uma vez, um não-lugar para o negro na sociedade pós-abolicionista, solidificando-se no imaginário social de forma a atravessar os processos de subjetivação tanto do negro quanto do branco. O negro, marcado por uma negação existencial, e o branco, por uma supremacia narcísica e hegemônica, ambos mantêm, em grande medida, essa estrutura na contemporaneidade.

A resistência negra atual luta por reverter esses efeitos, produzindo algo talvez inédito na história da luta contra o racismo, afirmando a cultura e a ancestralidade negra e rompendo com o embranquecimento. É importante compreender os efeitos desse processo na subjetivação contemporânea. A coloridade, tonalidade e diferenças sociais podem ser ainda correlatas da política do embranquecimento, estabelecendo um *dégradé* de privilégios e exclusões. É real que um negro de tom de pele mais claro possa ter mais acesso aos espaços sociais, à saúde, às “irmandades” e aos vínculos sociais que pessoas com tons de pele mais escuros, o que produz e reproduz sofrimentos. São ainda resquícios dos processos de subjetivação do racismo pela busca do embranquecimento, o que não foi uma escolha do negro, e sim uma

imposição estatal, assimilada avidamente por uma sociedade brancocêntrica, racista e escravagista.

O colorismo é definido como um conjunto de privilégios de que pessoas negras com tons de pele mais claros desfrutam, em detrimento dos negros de pele mais escura (Banks, 2000; Moore, 2016; Mathew, 2013). Estes e outros estudos mostram que tais vantagens são vividas principalmente no mercado de trabalho, no qual pessoas escuras têm mais dificuldade em serem empregados. O desempenho escolar de alunos mais claros é maior; relatos comparados entre esses dois grupos mostram que existe maior satisfação com a autoimagem, mais facilidade em estabelecer relacionamentos e casamentos por parte dessa população.

Entender o colorismo enquanto reflexo da política do branqueamento faz refletir sobre como os efeitos dessa política se atualizam na contemporaneidade, dificultando que o negro possa ser negro, que possa reconhecer sua ancestralidade, sua cultura e seus direitos – inclusive que possa se sentir confortável no seu próprio corpo (Fanon, 2008; Souza, 1983). De outro modo, invisibiliza o branco em sua supremacia, seu privilégio, sua branquitude (Schucman, 2010, 2014).

O colorismo pode ser compreendido também como uma engrenagem de produção de sofrimento, já que o ideal de branqueamento continua a se perpetuar e a dividir a própria população negra e a brasileira entre o branco, o menos branco, o bege, o marrom, o “queimado”, o vermelho... e o negro! A cada tom mais escuro se institui potencialmente menos humanidade e mais sofrimento; em contrapartida, a cada tom mais claro se afirma mais privilégio e um modelo hegemônico de Ser Humano.

Vergne et al. (2015) apontam formas de permanência das práticas desumanizadoras e genocidas da população negra que, atravessadas pela lógica racial, mantêm as desigualdades e a violência contra a população negra. Suas análises perpassam os discursos midiáticos que propagandeiam a imagem desqualificada do negro como perigoso e

indesejável, de modo a reatualizar o modelo brancocêntrico como mais belo, referência de sucesso e de saúde. A escassa presença de protagonistas negros nos programas de TV, dificultando o desenvolvimento pela população negra da sua autoimagem, à semelhança da população branca; a questão das imagens religiosas que circulam e que veiculam o modelo fenotípico branco ao divino e ao sagrado, em detrimento das religiões de matriz africana, demonizadas o tempo todo, trazendo medo e constrangimento social aos que compartilham dessas crenças. Banalizando o mal e caracterizando racialmente sua inumanidade e mortalidade, seguimos na política do branqueamento e da mortificação da população negra nas virtualidades e minúcias não tão sutis do cotidiano.

Mais recentemente encontramos uma reportagem no *The Wall Street Journal*⁶ do dia 22 de março de 2018 (<https://noticias.r7.com>), recuperado em 26 de março, 2018), a notícia de que o Brasil tem importado sêmen de homens norte-americanos, brancos e de olhos azuis. Em 2011 eram 11 tubos importados por ano, e em 2017 foram 500 tubos. O próprio periódico reconhece que tal aumento das importações de sêmen de homens com essas características se deve ao racismo da sociedade brasileira, que busca ainda se embranquecer adquirindo esse fenótipo pela miscigenação, na atual possibilidade tecnológica, com a ajuda da inseminação artificial. A busca pelo embranquecimento também teria relação com a hesitação do empobrecimento, já que no Brasil os negros em geral são mais pobres que os brancos.

3.9 Considerações finais

Ainda estamos atuando sobre a lógica racial e sobre a política do embranquecimento; elas se reeditam, se recriam e produzem subjetividades. A construção da lógica racial no Brasil faz-nos compreender o coengendramento entre a política do branqueamento e os

⁶<https://www.wsj.com/articles/in-mixed-race-brazil-sperm-imports-from-u-s-whites-are-booming-1521711000>

modos de incidência do racismo na subjetividade negra e branca na contemporaneidade. O Brasil é um país que vive o racismo estrutural sustentado na hegemonia da branquidão. Isso marca privilégios por parte da população branca e inviabiliza o acesso da população negra, em amplo aspecto, aos territórios existenciais, políticos, econômicos e sociais.

Arthur de Gobineau, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna são vozes que protagonizaram uma parte desse processo, legitimando teorias, leis e políticas públicas que formaram estigmas e práticas cotidianas perpetradas ao longo do último século. Já temos muitas produções acadêmicas antirracistas, produção ainda não tão frequente na Psicologia (Carone & Bento, 2014). Porém, ainda é tempo de contar a história do racismo à brasileira, produzida por ilustres brancos, já que ainda não cessaram seus ecos.

3.10 Referências bibliográficas

A VOZ DA RAÇA. **Secção de Anuncios**, São Paulo, 08 abr.1933. Recuperado de http://memoria.bn.br/pdf/845027/per845027_1933_00004.pdf Acesso em: 01 jun. 2017.

BANKS, T. L. Colorism: a Darker Shade of Pale. **UCLA Law Review**, California, v. 47, p. 1705-1746, s/d, 1999-2000. Disponível em: http://digitalcommons.law.umaryland.edu/fac_pubs/217/ Acesso em: 20 jan. 2018.

BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática**. Belo Horizonte: Instituto Felix Guattari; Edit. Record, 2002.

BICALHO, P; KASTRUP, V; REISHOFFER, J. Psicologia e segurança pública: invenção de outras máquinas de guerra. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 24, n.1, p. 56-65, jan./abr., 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n1/07.pdf> Acesso em: 24 jun. 2018.

CAMPOS, N. As Futuristas...!, **A Voz da Raça**, São Paulo, 30 set. 1933. Recuperado de <http://memoria.bn.br/pdf/845027/per845027_1933_00022.pdf> Acesso em: 01 jun. de 2017.

CANDIOTTO, C. Foucault: Uma História Crítica da Verdade. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 29, n. 2, p. 65-78, s/d, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v29n2/v29n2a06.pdf>> Acesso em: 16 abr. 2017.

CARONE, I.; BENTO, M. A. S (Orgs.). **Psicologia Social do Racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2014.

FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, F., 1964. **A integração do negro na sociedade de classes: (o legado da “raça branca”)**. São Paulo: Globo, 2013.

FOUCAULT, M. **Genealogía del Racismo**. Tradução de Alfredo Tzveibel. La Plata: Altamira editora, 1996.

_____, **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: Nau, 2002.

_____, **Le pouvoir psychiatrique. Cours au Collège de France, 1973-1974**. Paris: Gallimard/Seuil, 2003.

FREITAS, A. P. A meus filhos – O que nós os pretos devemos saber, **A Voz da Raça**, São Paulo, 14 abr. 1934. Recuperado de <http://memoria.bn.br/pdf/845027/per845027_1934_00035.pdf> Acesso em: 01 jun. 2017.

GAHYVA, H. O Bom Filho a Casa Torna, Gobineau refugiado na hierarquia familiar. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 235-256. jun., 2013.

GAHYVA, H. Arthur de Gobineau e Gilberto Freyre: um encontro improvável, uma aproximação possível. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 371- 390, jul./dez., 2015.

GOÉS, L. **A tradução de Lombroso na obra de Nina Rodrigues: o racismo como base estruturante da criminologia brasileira**, Rio de Janeiro: Revan, 2016, 193 p.

GOULD, S. J. **A falsa medida do homem**. Tradução de Valier Lellis Siqueira; revisão da tradução de Luis Carlos Borges; revisão técnica de Carlos Camargo Alberts. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

HOFBAUER, A Branqueamento e democracia racial: sobre as entranhas do racismo no Brasil. In: ZANINI, M. C. C. (Org.) **Por que “raça”? Breves reflexões sobre a Questão Racial no cinema e na Antropologia**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007,p. 151-188.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. Rio de janeiro: Jose Olympio, 2015.

LOBO, L. F. **Os Infames da História: pobres, escravos, e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2015.

MATHEWS, T. J. **The relationship between skin complexion and social outcomes: how colorism affects the lives of African-American women**, Atlanta, Geórgia, 2013.85p.Dissertação (Mestrado em Sociologia e Justiça Criminal) – Faculty of Clark Atlanta University,

MOORE, S. M. **Colorism among African-american Teachers: A Qualitive Study of Intra-racial discriminationin the Classroom**, Virgínia, Lynchburg, 2016. 157p. Tese (Doutorado em Educação) - LibertyUniversity.

RAUTER, C. M. **Criminologia e subjetividade no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2003, 128 p.

READER, G. **O Conde de Gobineau no Brasil: documentação inédita.** São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, Conselho Estadual de Cultura, 1976.

RODRIGUES, R. N. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil.** Rio de Janeiro: Edit. Guanabara, 1956.

SCHUCMAN, L. V. Racismo e Antirracismo: a categoria raça em questão. **Rev. Psicologia Política**, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 41-55, jan./jun, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2010000100005 Acesso em: 14 abr. 2017.

_____, **Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo: Branquitude, Hierarquia e Poder na Cidade de São Paulo.** São Paulo: Annablume, 2014.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

VANNUCHI, M. B. C. C. A Violência Nossa de Cada Dia: O Racismo à Brasileira. In: KON, N. M.; SILVA, M. L.; ABUD, C. C. (Orgs.). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise.** São Paulo: Perspectiva, 2017, p. 59-70.

VERGNE, C. M., VILHENA, J., ZAMORA, M. H., ROSA, C. M. A palavra é... genocídio: a continuidade de práticas racistas. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 516-528, s/d, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v27n3/1807-0310-psoc-27-03-00516.pdf> Acesso em 13 março 2018.

VIANA, F. O., 1923. **Evolução do Povo Brasileiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

4. Terceiro Artigo: Reflexões sobre o racismo em Campos dos Goytacazes: Um olhar existencialista sobre a descolonização

Kenia Soares Maia

Maria Helena Zamora

Rachel Fontes Baptista

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil.

“O homem branco, branco porque era homem, branco como o dia, branco como a verdade, branco como a virtude, iluminava a criação qual uma tocha, desvelava a essência secreta e branca dos seres” (Sartre, 1960, p. 105).

4.1 Resumo

O artigo aborda manifestações do racismo na cidade de Campos dos Goytacazes a partir de uma leitura existencialista. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica de autores que historicizam a relação da escravidão com o racismo contemporâneo e a importância desta relação na constituição do racismo. Jean-Paul Sartre e Franz Fanon são os principais autores que embasam essa escrita, a partir de suas reflexões sobre o racismo e o colonialismo. A Liberdade como uma proposta de experiência e a diferenciação deste conceito dos pressupostos neoliberais também são interesses deste trabalho.

Palavras-chave:

Racismo; Existencialismo; Liberdade; Desalienação; Campos dos Goytacazes.

4.2 Abstract

Reflections on racism in Campos dos Goytacazes: An existentialist view on decolonization

The article discusses racist manifestations in the city of Campos dos Goytacazes from an existentialist reading. A bibliographical research was carried out by authors who historicize the relation of slavery with contemporary racism and the importance of this relation in the constitution of racism. Jean-Paul Sartre and Franz Fanon are the main authors that support this writing, from their reflections on racism and colonialism. Freedom as a proposal of experience and the differentiation of this concept from neoliberal presuppositions also interest of this work.

Keywords:

Racism; Existentialism; Freedom; Desalienation; Campos dos Goytacazes.

4.3 Introdução

Racismo é um sistema de dominação de um grupo humano sobre outro a partir do conceito de raça (Santos, 1984). Compreendemos raça enquanto um construto sócio-histórico, que a partir do Séc. XIX com o surgimento das teorias científicas acerca das diferenças entre os grupos humanos e suas características fenotípicas, associam o conceito de raça a uma hierarquia de capacidades. No topo dessa hierarquia está a raça branca, a que apresentaria, segundo a teoria das raças, as mais evoluídas características e considerada o modelo de humanidade; a que possuiria os melhores atributos intelectuais, físicos e morais, qualificando-a para assumir postos mais privilegiados nas relações de poder entre os povos. Tais teorias legitimaram as práticas colonizadoras européias - hegemonicamente branca - nos países, principalmente, africanos, asiáticos e americanos. Após o período colonialista, mais especificamente na segunda metade do Séc. XX, a ciência demonstra a inexistência de raças humanas, porém os efeitos sociais do racismo permanecem na atualidade. Ainda segundo Santos (1984) raça não existe, mas o racismo sim. Foram as teorias, mas permanecem as práticas e discursos.

O pensamento de Sartre (1960) traz importantes referências para pensarmos o racismo. Suas reflexões acerca do racismo e do anti-semitismo apresentam uma certa proximidade, sendo que, para ele o anti-semitismo e o racismo são uma escolha, uma paixão. Segundo Chauí (2000) a paixão é uma atividade de pensamento que se opõe a razão, ela é uma passividade, uma obscuridade que nos ofusca a atividade de conhecimento. Podemos entender o racismo e o anti-semitismo como efeitos de paixões, de ideias obscuras e obscurecedoras da consciência. Ela é uma escolha por ser um padrão que se adota, que se adquire e que se naturaliza, blindando o sujeito em relação a sua própria responsabilidade.

A escolha de um falso raciocínio se deve a uma certa fuga da experiência angustiada de quem não se refugia na impermeabilidade. “Mas há pessoas que se sentem atraídas pela permanência da pedra”

(Sartre, 1960, p. 12). Há um desejo de serem impermeáveis ao contato com a diferença, com o estranho e evitam serem convocadas ao transitório e ao múltiplo. Disso deriva a ideia de imutabilidade, de homogeneidade, o que nos traz à memória a ideia de inatismo. A busca pelas permanências, pela essência do que é, foi, e sempre será; a ânsia pela imortalidade e por que não dizer, pelo privilégio, pois este último, certamente acarreta em conservação, em preservação de bens e de posições de poder. O mais do mesmo por uma vida estável, segura, correta e moral. “Apenas uma forte prevenção sentimental pode dar uma certeza fulgurante, apenas ela pode manter o raciocínio a parte, apenas ela pode permanecer impermeável à experiência e subsistir por toda uma vida” (Ibid., p. 13).

A paixão é garantidora dessa falsa paz, dessa pérfida constância em que se estabelece o ódio pela multiplicidade e pela diferença. Na diversidade encontra-se o germe da tormenta. O homem busca por séculos uma forma verdadeira e pura de produzir conhecimento, porém, na paixão os homens/pedra encontram-se refugiados do pesadelo da angústia de se perceber múltiplo. A paixão é a irracionalidade pura; através dela o homem se reveste e se enverniza de falsas ideias, produtoras de segregação e sentimentos inumanos, o que pode legitimar ações de ataque à vida.

Na contramão do pensamento imerso na paixão vimos surgir, na passagem da primeira para a segunda metade do Séc. XX a Declaração Universal dos Direitos Humanos, após a Segunda Guerra Mundial. Ela nasce da intenção de advertir as lideranças, nas relações entre os povos, no que tange à preservação da vida e ao fim da tortura e do sofrimento produzidos pelas paixões. Sob a perspectiva da paixão essa preocupação é desnecessária, pois, por que falar de Direitos Humanos se a “fé” e o ódio bastam para garantir a paz? Todavia, pensar em Direitos Humanos é desconcertante, um abalo sísmico, que desfoca o olhar do por-si em direção ao para-si-com-o-outro. No olhar fascista esse outro não é reconhecido como igual e nem pode ser, pois no reconhecimento dessa alteridade, ocorre o esvaecimento do plano de certezas e garantias, que

falsifica-se em meio a razão. A produção de conhecimento contemporânea, enquanto ferramenta de reflexão crítica sobre os vetores que desenvolvem as paixões genocidas, aponta para a importância de se incluir as “reflexões sobre o racismo” no pensamento da Psicologia, também na perspectiva fenomenológico-existencial.

Este trabalho foi desenvolvido como parte de uma pesquisa bibliográfica sobre a experiência do racismo na cidade de Campos dos Goytacazes, devido ao seu importante aspecto histórico. Essa cidade foi uma das maiores concentrações de população negra do Estado do Rio de Janeiro durante todo o período colonial e pós-colonial.

4.4 Racismo na cidade de Campos dos Goytacazes

O Brasil foi o maior comprador mundial de escravizados sendo responsável por 40% (quarenta por cento) dos africanos comercializados no período do tráfico negreiro (Gouvêa, 2016). A maioria foi trazida para o Rio de Janeiro para trabalhar nos engenhos de cana-de-açúcar e Campos dos Goytacazes foi a maior produtora de açúcar e maior centro econômico da região (Ribeiro, 2011). Campos dos Goytacazes teve a terceira maior população escrava do Rio de Janeiro entre os séculos XVII e XVIII (Lara, 1988; Ribeiro, 2012 e Monnerat, 2012). Tais fatores culminaram em uma significativa concentração populacional de negros. Em 1836 59,2 % da população da cidade era de escravizados - 21.123 livres e 30.595 escravos - (Soares, 2010, p. 76).

A planície de Campos, que geograficamente inscreve a cidade em uma horizontalidade, não estabeleceu historicamente a mesma relação entre a população branca e não branca, incluindo também nesse contexto os grupos de descendência indígena como os Goytacás. A imensa população de escravizados que formava a cidade e as forças que traziam o desmonte do sistema escravocrata como: o Movimento Abolicionista, a Industrialização e o Liberalismo, provocaram a iniciativa dos grandes latifundiários a iniciarem a libertação dos negros escravizados. O medo

das rebeliões e resistências da população negra, que explodiam na região no início do século XIX, também pressionou os proprietários de escravos a proporem formas de libertarem os negros, porém sem perdê-los como mão de obra.

As rebeliões dos escravos foram intensas no período que antecedeu a abolição da escravidão em Campos. Segundo Lima (1981), a cidade foi um dos grandes focos de rebeldia negra do Império. Como exemplo, a autora descreve algumas como: em 1855, na região de Nossa Senhora da Natividade do Carangola; em 1861 na fazenda Padre Antônio Gonçalves Nunes, também em Carangola; em 1873 foram registrados ataques a proprietários, como os da Fazenda Boyanga e a D. Ana Joaquina Carneiro Pimenta. A senhora, conhecida pela piedade e generosidade com os pobres da cidade, em casa torturava suas escravas com palmatória e chicotadas e acabou morta pelas mesmas. Temos também a presença de quilombos como o de Loanda, que foi o mais temido pelas autoridades policiais da época.

Luiz Carlos Lacerda foi o grande líder abolicionista da cidade, filho de família de profissionais liberais e “letrados”, foi o grande mediador entre as lutas dos negros e os processos de legalização da libertação dos escravos. Defendeu a rebeldia negra por considerá-la justa contra a miséria da escravidão, mas não deixando de alertar a burguesia em ascensão, sobre os riscos que corria ao manter a população negra sobre o regime escravocrata.

Foi com extrema dificuldade que a escravidão foi deixada, pois a monocultura da cana-de-açúcar era ainda a maior produção da região. Os senhores de escravos entendiam a abolição como uma ofensa ao direito à propriedade, o que significa perda de capital, desrespeito ao privilégio da posse, do poder sobre a terra e sobre os negros. Quando perceberam que não poderiam evitar o abolicionismo, alforriavam os escravos para mantê-los trabalhando em condições iguais à escrava.

Apesar da Lei Eusébio de Queiroz de 1850 o tráfico de escravos se mantinha na região através da neutralização da fiscalização “liberalismo”

capitalista, na lógica escravocrata brasileira só reafirmou a desqualificação e exclusão do negro na sociedade brasileira. No fim do período imperial para o republicano as usinas que ao longo do tempo foi se modernizando, cada vez mais dispensava a mão de obra negra, que começava a ser parte de uma multidão de pessoas sem lugar, sem utilidade e sem trabalho (Ribeiro, 2011). A partir de 1830, iniciou-se a imigração síria e libanesa para a região, o que significou a vinda de operários brancos estrangeiros para substituir a mão de obra negra (Moretto, 2009).

Após a abolição da escravidão em 1888 o desafio em todo o território brasileiro era definir o que fazer com o grande número de negros numa sociedade que ascendia industrialmente e almejava entrar no mérito de um Estado/Nação. A mão-de-obra ex-escrava não foi aproveitada pela indústria, por ter sido de característica rural e agrícola por séculos. Foi considerada inábil e incapaz para o manuseio de máquinas e isso incluiu a produção açucareira. Dos engenhos aos engenhos a vapor e finalmente às usinas, de forma semelhante em todos os locais de cultura escravocrata, o negro ficou obsoleto e indesejado. Um empecilho ao desenvolvimento do Brasil e de sua modernização em função das teorias raciais do Racismo Positivista da em crescimento na época (Maia & Zamora, 2018).

Segundo Gouvêa (2016), no século XX, o latifúndio açucareiro na cidade de Campos passou por um processo de concentração fundiária e participação de investimentos estrangeiros. Com a queda da produção de açúcar o momento mais forte economicamente se deveu ao Proálcool. A Usina de Novo Horizonte foi o maior produtor de álcool, contudo, com o desinvestimento do programa, a usina tornou-se uma terra improdutiva e foi arrendada pelo Estado. Em 2005 foi iniciado o programa de Assentamentos de Novo Horizonte e legalização de territórios quilombolas, que têm regimentos diferenciados em relação ao conceito de posse, sendo que, o território quilombola não dá posse individual e sim coletiva, mas o território é de posse, já o assentamento, é uma concessão

dada a determinado produtor individual que para manter sua terra deverá provar que ela é produtiva.

A relação entre posse de terras e racismo é de suma importância na cidade de Campos, pois ao longo da história descrita anteriormente podemos compreender que, apesar de ter composto a maioria da população da cidade, o negro até os dias atuais luta por seu direito de pertencimento ao território campista. As consequências dessa persistente história escravocrata estão presentes no cotidiano atual, apontando para a análise do racismo a partir da perspectiva existencial de Jean-Paul Sartre (1960).

4.5 Jean-Paul Sartre e Frantz Fanon: o existencialismo e a descolonização

Sartre (1905-1980) filósofo francês, viveu durante as duas grandes guerras mundiais. Atuante como escritor, professor e pesquisador das obras de Edmund Husserl, Søren Kierkegaard e Martin Heidegger, Sartre é convocado pelo exército francês para servir na Segunda Guerra Mundial como meteorologista e em 1940 é preso pelo exército alemão e levado para o Campo de Concentração de Trier onde fica cerca de um ano. Retorna a Paris e reencontra sua companheira Simone de Beauvoir, com quem viveu por cinquenta anos. Juntos escrevem suas obras sobre o fascismo, o anti-semitismo e Simone dedica-se ao feminismo e a filosofia.

Depois de sua experiência no campo de concentração, Sartre aproxima suas ideias da política e dedica-se a pensar uma filosofia do engajamento e da crítica aos modos de dominação. Sua filosofia existencialista afirma uma prática política em que escrever é um ato de transformação existencial e social.

Frantz Fanon (1925-1961) conhecido por sua militância revolucionária, nascido na ilha da Martinica. Era um homem carismático, de grande coragem, lutou junto às forças de resistência no norte da África e na Europa durante a Segunda Guerra Mundial. Estudou Psiquiatria e

Filosofia na França e dirigiu o Departamento de Psiquiatria do Hospital Blida-Joinville na Argélia, hoje chamado de Hospital Frantz Fanon. Tornou-se membro da Frente de Libertação Nacional da Argélia, entrando na lista de procurados pela polícia em todo o território francês, metrópole e colônias. Morreu de pneumonia em 1961, em Maryland, EUA, com apenas 36 anos de idade, enquanto buscava tratamento para a sua leucemia.

A amizade literária entre Fanon e Sartre é demonstrada nas obras de ambos, sendo que a influência das ideias de Fanon sobre os efeitos violentos da colonização, influenciaram significativamente o posicionamento de Sartre contra a permanência da França no território argelino e em relação às práticas colonizadoras. Desta forma podemos correlacionar o pensamento de Sartre e Fanon, de modo a apresentar a proposta de ambos nos processos de desconstrução do racismo.

Retomando algumas ideias acerca do padrão do racista se produzir através da escolha pelo ódio e pela mediocridade intelectual, podemos ampliar as questões. Basta então a criação de abertura para a experiência da alteridade para que o racismo seja extinto das relações humanas? Ou há mais linhas de constituições subjetivas que atravessam a experiência racista? Questões que se apresentam por uma preocupação clara com relação aos terríveis efeitos do racismo na população negra e também, não na mesma proporção, na branca.

Segundo nas análises, uma outra questão apontada por Sartre (1960) acerca do racismo é a relação da burguesia com a propriedade. Segundo o autor as elites têm uma séria dificuldade de conceber formas modernas de relação com a propriedade, assim sendo, tentam manter os modos tradicionais de relação com a mesma, tais como: a herança e o tradicionalismo patriarcal e concepções antigas de posse (1960, p. 16). Desta forma um judeu, que se organiza economicamente longe de Jerusalém, ou um africano escravizado, trazido de seu país violentamente, nunca terá direito à propriedade, pois não “pertence” àquele território, não possui ancestralidade que lhe assegure o direito

mesma, porém os europeus que se apropriaram das terras ameríndias, por exemplo, podem sentir-se proprietários dessas terras, através da desapropriação dos seus nativos. A burguesia mercantil europeia do período colonial e da expansão marítima está incluída nesse grupo de elites burguesas, que se apoiaram nas teorias e práticas racistas para legitimar a extorsão e apropriação de terras e homens não europeus.

Fanon (2008; 1968) em sua análise dos efeitos colonizadores na subjetividade do colonizado, em parceria com o pensamento de Sartre afirma que quem produz a falsa inferioridade do colonizado é o colonizador, pois ele precisa da sua pretensa superioridade para dominar territórios, corpos e capital. Sartre (1960) refere-se ao anti-semita de modo semelhante: é o anti-semita que produz o judeu, é ele que o define e que faz dele o que “é”. A sociogênese das relações de dominação são produtoras de subjetividade, e nesse coengendramento de formas e forças de dominação, resistências e lutas que se dão as singulares formas de subjetivação. A sociogênese proposta por Fanon (2008) posiciona-se contrariamente aos modos de concepção do sujeito a partir de uma raiz universal, determinista e biologizante. Inversamente à perspectiva da filogenia da passagem do século XIX para o XX e também à ontogenia individualizante da psicanálise, ele propõe uma sociogenia, que percebe o sujeito se constituindo nos processos políticos, nas produções de saber, nos modos de produção e nas lutas coletivas.

Em diálogo com Sartre, podemos destacar que a sociogênese estabelece o contexto que delinea a estrutura de escolha. Desse modo, a partir das relações de dominação e poder não são oferecidas condições igualitárias para todos os povos ou grupos humanos. O que torna desigual uma estrutura de escolha (Sartre, 1943/2007) pode ser compreendido através do domínio desigual das técnicas, ou seja, se o branco tem maior poder sobre o manejo e criação de técnicas, ele estabelece, cria e determina o sentimento de pertencimento (1943/2007, p. 629).

Um sistema de significações e de sinais está impresso nas coisas, na exterioridade; são sinais de conduta que nos concerne diretamente. Atravessar a rua numa faixa de pedestres, por exemplo, é um modo de usar, um modo de ser-no-mundo. Esses sinais restringem a liberdade, pois foram produzidos sócio-historicamente, já estavam lá antes de qualquer possibilidade de escolha e são constituintes, ou seja, definem parte do ser-no-mundo e nesse contexto a liberdade escapa; há um estado de coisa que impõe. No domínio dos sinais, de técnicas e significações determina-se o grau de pertencimento. “Não resta dúvida que pertencer a um mundo habitado tem o valor de um fato” (1943/2007, p. 627). Trata-se do ser-no-mundo-na-presença-dos-outros e está claro que, a presença dos outros implica em uma dinâmica de poder. Falar uma língua estrangeira, na experiência de refúgio, por exemplo, é fundamental, mas aumentar o grau de pertencimento é mais que aprender a gramática e o vocabulário. Pode ser que esse domínio nunca seja suficiente e que esse grau de pertencimento nunca seja igualitário, pois os sinais que determinam o pertencimento passam também por uma relação de propriedade. O direito à propriedade no caso dos negros no Brasil é uma questão antiga e permanece até os dias atuais, pois o negro, nascido no Brasil, ainda não é reconhecido com o grau de pertencimento, de domínio de técnicas de manejo dos sinais como o branco. Ambos surgem no Brasil como estrangeiros, porém, um como colonizador e outro como violentado e expropriado de seu lugar, de seu plano de sentido e de existência. A conquista de um território quilombola ou um assentamento por parte desses descendentes de negros escravizados na cidade de Campos dos Goytacazes é uma forma de compreendermos as relações entre propriedade e pertencimento.

Falarmos de racismo implica-nos em abordar o colonialismo necessariamente. O que é colonizar? Arantes (2011) ao analisar as ideias de Sartre sobre o racismo e sua amizade com Franz Fanon aponta para que os processos subjetivos que acontecem no caso do colonialismo e do racismo se diferenciam demasiadamente da alienação do proletariado, pois no caso do colonizado ocorre uma desumanização, opressão e

violência colonial (2011, p. 300). O aculturamento é uma das técnicas de dominação do colonizador, que exige que o colono esqueça-se de suas tradições, crenças e costumes. A língua é outra força de dominação violenta, pois deve esquecer sua língua e aprender a língua do colonizador, esta é a única oficial nesta relação. O trabalho forçado extenuante acaba por desabar e desintegrar qualquer integração possível ainda no nível subjetivo. A ideia é de que o escravo torne-se um ser a esmo, inexistente, não há o para-si, ele é destruído. Há um ataque ao processo de totalização e por isso podemos perceber a escravidão e o racismo como experiências diferenciadas da alienação.

A colonização no Brasil foi um processo violento em prol do capital, do acúmulo de riquezas da exploração do território roubado e as custas de mão-de-obra escravizada e torturada por cerca de três séculos. Foi também a que se utilizou da escravidão mais duradoura da história da humanidade. É impossível não percebermos os efeitos dessa realidade em nossos negros e brancos; os negros como os descendentes que herdaram esse fardo e os brancos que mantêm seus privilégios a qualquer custo (Maia & Zamora, 2018; Schwarcz, 1993; Vergne, Vilhena, Zamora & Rosa, 2015).

“De um extremo ao outro da terra Assim, os negros, separados pelas línguas, pela política e pela história de seus colonizadores, têm em comum uma memória coletiva. (...) quando o negro se volta sobre sua experiência fundamental, esta se revela de pronto em duas dimensões: é ao mesmo tempo a apreensão intuitiva da condição humana e a memória ainda fresca de um passado histórico” (Sartre, 1960, p. 140).

4.6 Racismo, Estrutura de Escolha e Liberdade em Situação

Sartre (2002) após sua experiência em campo de concentração nazista toma posicionamento crítico acerca da metafísica e do subjetivismo psicanalítico. A partir do seu conhecimento sobre o marxismo

e sua crítica ao pensamento dialético propõe uma filosofia do engajamento, que seria a necessidade dos pensadores analisarem situações concretas, criando um vínculo direto com as lutas sociais e políticas de seu tempo (Schneider, 2006). A potência do termo situacional se dá no atravessamento de experiências violentas de Sartre em função da vigência do nazismo na Europa, e de uma possibilidade de perceber a liberdade enquanto um construto também social e não só individual. A liberdade deixa de ser imaginária, metafísica, e passa a ter consistência; situada historicamente e comprometida com a ação.

O método progressivo-regressivo entende o individual a partir de sua história e a contemporaneidade a partir da vivência de grupos e sujeitos. Sobre influência da psicanálise e do pensamento marxista, Sartre propõe um método de análise em que o homem possa ser lido a partir de processos vivenciais, coletivos, políticos e existenciais.

Pensar o racismo enquanto uma experiência terrível e produtora de sofrimento pode nos remeter ao conceito de liberdade enquanto uma possibilidade de reversão desses efeitos, porém a concepção de liberdade não pode ser confundida com ideias como o de meritocracia, por exemplo. Segundo Silva (2017) mérito é causa e efeito de uma ação individual, que no atual neoliberalismo norteador das relações econômicas, políticas e sociais, define as experiências de sucesso, de alcance e de benesses como uma conquista determinada apenas pelo esforço do sujeito. Tal ideal desloca a percepção do homem na direção do isolamento e da responsabilidade, de forma descontextualizada dos outros aspectos constituintes da subjetividade, além de desresponsabilizar o estado e os operadores econômicos, de mercado de trabalho, de saúde e de produção de conhecimento da responsabilidade sobre a gerência da vida.

A meritocracia nada se assemelha ao que Sartre propõe por liberdade e responsabilidade. Silva (ibid.) ao analisar a relação entre as cotas raciais e a ideologia da meritocracia (Chauí, 2014) nos oferece a análise da situação precária em relação à educação a que o negro

sempre foi submetido. Em função do desamparo estrutural e histórico em que o estado brasileiro deixou a população negra ao longo de séculos se faz necessário uma política afirmativa, que introduza de fato essa população nos territórios de conhecimento superior no Brasil. Políticas afirmativas são um modo de responsabilização do estado acerca do abandono da população negra no que se refere à educação gratuita e de qualidade, por exemplo – direito constitucional – que nunca esteve ao alcance desse grupo. Contudo é recorrente o discurso ideológico da meritocracia nos debates contra as políticas de cotas, o que Silva considera o principal impedidor do projeto de desenvolvimento de igualdades proposto por essa política para negros nas universidades brasileiras.

A liberdade para Sartre, ao contrário da ideologia da meritocracia, é situada historicamente e contextualizada a partir das relações de poder que se apresentam como um campo de possibilidades para o sujeito. Ser livre para escolher é ter que situa-se em um plano que delineia a estrutura de escolha, por isso há sempre uma liberdade que escapa. O sujeito sócio-histórico está inserido em um plano de significações, técnicas e sinais que estão associados à língua, crenças, cultura, costumes, além dos processos políticos, que em coengendramento produzem o sentimento de pertencimento. Há um estado de coisa que se impõe e que delineia os modos-de-ser-no-mundo e os modos-de-se-com. O sujeito pertence ao território em que se encontra no domínio desse jogo, na medida em que está inserido nesses códigos, que o tornam parte de um território existencial e material - o Ser-no-mundo-em-presença-dos-outros. A estrutura de escolha, os processos sócio históricos e o pertencimento constituem a liberdade, que é situacional; há sempre uma liberdade que escapa.

O meritocrata inscrito no código do “faça por si mesmo”, alienado de sua condição coletiva e política, produz o racismo tanto quanto o que escolhe o ódio e a mediocridade. Somos livres até mesmo para sermos alienados, assim como somos livres para sermos racistas. Para Sartre e Fanon podemos encontrar um elo na atenção que ambos deram ao

processo de desalienação, porém tal processo se dá diferentemente entre brancos e negros.

O branco deve assumir a responsabilidade na reprodução da desigualdade gerada pelo racismo e pelo seu próprio racismo. Deve estabelecer o contato com seus privilégios e abrir mão deles. A desalienação do branco se dá no momento em que assume seu lugar histórico de privilegiado, de opressor e colonizador. Deve estar atento às minúcias do cotidiano que reescreve a biografia infame e torturante do racismo; estancar a desigualdade que impõe ao negro a situação de subalternização e precariedade; agir e lutar contra o racismo no nível molecular e molar. O negro, segundo os autores, também em níveis micro e macro políticos ativam a desalienação através da luta pela reversão da violência do racismo e na construção de pertencimentos. Ambos têm responsabilidade sobre o processo de reversão do racismo, porém de formas diferentes, pois possuem modos-de-ser-no-mundo contextualizados em níveis diferentes na implicação.

4.7 Considerações Finais – Por uma Vida Menos Mediocre

A partir das reflexões de Sartre sobre a relação do sentimento de propriedade com a manutenção da lógica racista, podemos concluir que na interdição dos mecanismos racistas na cidade de Campos dos Goytacazes, e de forma semelhante em todo o país, está incluída a análise aprofundada das formas de apropriação territorial. Como a propriedade foi se configurando ao longo da história é um meio de perceber, como reverter a indevida exclusão da população negra desse processo, através de políticas que promovam o pertencimento. O desenvolvimento da ocupação territorial por parte do negro no Brasil desenvolve a experiência do viver-com, do estar-com-o-outro-no-mundo, o habitar-com; estabelecendo alterações situacionais provocadoras de quebras de modos opressores e dominantes de relação social.

O grupo negro deve ter direito à terra “*brasilis*” enquanto o grupo branco deve respeitar esse direito à terra, reconhecer esse direito e engajar-se nessa mudança ao lado de seu semelhante, que tem a pele mais escura e necessita habitar legitimamente o seu país há séculos. Para que o branco possa desalienar-se de sua condição privilegiada e opressora é necessário a escolha por uma via não medíocre, não odiosa, não dominadora. O negro deve construir seus modos de pertencimento e ocupação do território negando os mecanismos colonizadores racistas na contemporaneidade. São ambos processos de desalienação, porém existem as especificidades, sendo a experiência branca escolher deixar de ser racista e o negro impor-se.

4.8 Referências bibliográficas

ARANTES, M. A. Sartre e o Humanismo Racista Europeu: uma leitura sartriana de Frantz Fanon. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 382-409, mai./ago., 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n27/a14v13n27.pdf> Acesso em: 1 abr. 2018

CHAUÍ, M.A **ideologia da competência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Autêntica, 2014.

_____, **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____, **Os Condenados da Terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GOUVÊA, E. R. **Um estudo sobre transformações (re) produtiva sem meio à disputas pelo controle do território. O caso da comunidade rural negra do Carumbi, Campo dos Goytacazes (RJ)**. Campos dos Goytacazes, 2016. 136p. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

LARA, S. H. **Campos da Violência: Escravos e Senhores nas Capitanias do Rio de Janeiro, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LIMA, L. L. G. **Rebeldia Negra e Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

MAIA, K. S.; ZAMORA, M.H. Branquitude e pesquisa sobre racismo no Brasil. **Rev. Científica da Universidade de Mindelo**, São Vicente, v. 5, n. 1, p. 137-153, s/d, 2018. Disponível em: <https://unimindelo.edu.cv/revistaum/index.php/edicoes> Acesso em: 14 abr. 2018.

MONNERAT, T. C. C. Como libertar os escravos? Debates políticos sobre a abolição no Vinte e Cinco de Março - Jornal abolicionista em Campos dos Goytacazes, 1884-1888. **Anais do XV Encontro Regional de Historia da AMPUH**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338306542_A_RQUIVO_artigoanpuh-TanizeMonnerat.pdf> Acesso em: 01abr. 2018.

MORETTO, M. A. **A ‘maceguenta’ memória social na política cultural da ‘azamboada’ Campos dos Goytacazes**. Rio de Janeiro, 2009, 113p. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Museu de Astronomia e Ciências Afins, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

RIBEIRO, R. M. **O Negro e seu Mundo, Vida e trabalho no pós-Abolição em Campos dos Goytacazes (1883-1893)**, Rio de Janeiro, 2012. 234p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

RIBEIRO, Y. G. **Os limites da reforma agrária e as fronteiras religiosas: os dilemas dos remanescentes de quilombos do Imbé – RJ**. Rio de Janeiro, 2011. 110p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

SANTOS, J. R. **O que é Racismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

SARTRE, J. P. **Crítica da razão dialética** Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira, Rio de Janeiro: DP&A ed., 2002

_____, **Reflexões sobre o racismo**. Tradução de J. Guinsburg, São Paulo: Difusão Européia de Livro, 1960, 149p.

_____, 1943. **O Ser e o Nada, - Ensaio de ontologia fenomenológica**. 15 ed. Tradução de Paulo Perdiggão. Petrópolis: Vozes, 2007.

SCHNEIDER, D. R. Liberdade e dinâmica psicológica em Sartre. **Natureza Humana**. Perdizes, v. 8, n. 2, p. 283-314, jul./dez., 2006. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/nh/v8n2/v8n2a02.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2018.

SILVA, M. Cotas raciais nas universidades brasileiras e a ideologia da meritocracia. **Rev. Diálogo Educ.** Curitiba, v. 17, n. 54, p. 1207-1221, jul./set., 2017. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/21944>> Acesso em: 01 abr. 2018.

SOARES, M. S. Presença Africana e Arranjos Matrimoniais entre os Escravos em Campos dos Goytacazes (1790-1831). **Rev. História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 52, p. 75-90, jan./jun. 2010. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/24110>> Acesso em: 01 abr. 2018.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VERGNE, C. M., VILHENA, J. ZAMORA, M. H. ROSA, C. M. A palavra é... genocídio: a continuidade de práticas racistas. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 516-528, s/d, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v27n3/1807-0310-psoc-27-03-00516.pdf> Acesso em 13março 2018.

5. Quarto Artigo: A Cor da Pele que Pinta a Subjetividade: Saúde, Racismo e Infância

Kenia Soares Maia

Maria Helena Navas Zamora

Marwyn Soares de Souza

5.1 Resumo

Este artigo analisa uma pesquisa sobre os efeitos do racismo na subjetividade infantil. Foi realizada uma cartografia de oito desenhos corporais de crianças de cinco a onze anos de idade. A partir do método cartográfico de Félix Guattari e Gilles Deleuze, analisamos duas narrativas gráficas infantis compreendendo-as como parte de um processo histórico e coletivo onde podemos perceber o racismo e, mais especificamente, a política de branqueamento como vetores contemporâneos que afetam a subjetividade.

Palavras-chave:

Racismo, Infância, Cor da pele, Constituição subjetiva.

5.2 Abstract

This article analyzes a research on the effects of racism on child subjectivity. A cartography of eight body drawings of children five to eleven years old was carried out. From the cartographic method of Felix Guattari and Gilles Deleuze, we analyze two children's graphic narratives comprising them as part of a historical and collective process where we can perceive racism and more specifically the politics of whitening as contemporary vectors that affect subjectivity.

Keywords:

Racism, Childhood, Skin color, Subjective constitution.

5.3 Introdução

Sobreviver não é compatível com a noção de saúde. Segundo a carta de princípios da Organização Mundial da Saúde, saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade. Em condições em que a precariedade é uma realidade, a saúde torna-se um desafio, algo a ser construído. Neste artigo, é endossada a afirmação de que o racismo, enquanto vetor social e relacional, interfere negativamente na saúde da população negra desde muito cedo (Carter, Helms & Juby, 2004; Williams & Mohammed, 2013; Barton, Parke & White, 2019).

Segundo Campos (2017), o racismo pode ser definido, a partir da sociologia, de três formas: a primeira seria “um fenômeno enraizado em ideologias, doutrinas ou conjuntos de ideias que atribuem uma inferioridade natural a determinados grupos com origens ou marcas adstritas específicas” (p. 1); a segunda estaria ligada a práticas e semânticas, que são fundamentadas ideologicamente em concepções de inferioridade e atuam nas relações entre sujeitos; e a terceira seria o racismo estrutural ou sistêmico, que inclui um modo de ausência de políticas públicas que de fato incluam a população negra em uma condição adequada de vida e de saúde. Os estabelecimentos do Estado, que funcionam em condições de precariedade e que têm a maioria dos usuários negros, podem ser incluídos nessa concepção de racismo. A escola e os hospitais públicos, sempre ameaçados; as baixas remunerações salariais para um trabalho precário, a dificuldade no ingresso em universidades, o sistema carcerário e sua população hegemonicamente negra são exemplos de racismo estrutural.

O racismo, em suas três dimensões compromete a saúde da população negra, mas como ele atinge a infância especificamente? O processo de constituição subjetiva da criança negra pode ser prejudicado por interferências advindas do ambiente mais próximo e do contexto social, que podem se apresentar e ser percebidos como violência, abandono e indiferença. Esse artigo tem o objetivo de apresentar a problemática dos efeitos negativos do racismo na infância negra.

5.4 Instituição pesquisada

A pesquisa foi realizada nos Serviços de Psicologia Aplicada (SPAs) de três campi de uma universidade localizados no estado do Rio de Janeiro, ao longo do ano de 2018. Esse espaço se destina ao treinamento de graduandos, que atendem pacientes da comunidade que procuram a instituição, pois não podem arcar financeiramente com atendimentos psicológicos particulares. Os pacientes dos SPAs são atendidos por alunos supervisionados por seus professores de diferentes abordagens teóricas. Além de formação, os SPAS abrigam pesquisas, onde os professores/pesquisadores podem criar seus campos de coleta de dados. A escolha do SPA para a realização da pesquisa está relacionada com a intenção de aproximar a questão do racismo dos ambientes acadêmicos da psicologia, para que alunos, professores e funcionários pudessem ter contato com a questão.

5.5 Método

Foi utilizado o método qualitativo de Análise Cartográfica da Narrativa através de desenho gráfico. Este estudo fundamenta-se no método cartográfico de Gilles Deleuze e Félix Guattari e desenvolvido por Escóssia, Passos e Kastrup (2009). Os desenhos são parte de um discurso gráfico de experiências, uma narrativa de si, um contar de si através da vivência gráfica. Ao narrar a si através de um desenho, compreende-se que cada criança conta uma história não individualizada, mas sim coletiva e contemporânea, que aborda a produção de um contexto social, em que se dá a constituição subjetiva dos sujeitos e, especificamente, os efeitos do racismo sobre eles.

Uma nova política da narratividade (Passos e Barros, 2009) traz uma perspectiva diferenciada na forma de registro de pesquisa em psicologia, não só na descrição da vivência da pesquisa como na leitura dos desenhos. A leitura cartográfica da narrativa permite desconstruir uma postura interpretativa, que parta de pré-concepções acerca do desenho infantil, de padrões de percepção de traços e formas. O olhar

está voltado para o que conta a história do racismo em uma experiência subjetiva, que, na linguagem gráfica, pode facilitar o dizer infantil. Crianças preferem desenhar, pintar, brincar, sua forma de expressar-se é movimento, cor e criação de si, por isso nos lançamos ao desenho, em uma dissolução do saber, para nos encontrarmos com a criança e sua experiência. Desconstruir um modo adultocêntrico de pesquisar e narrar é necessário.

A metodologia se define como regra pré-estabelecida: *metá-hódos*, na etimologia mostra que existiria um caminho predeterminado a ser seguido com rigor cientificista. A cartografia propõe uma reversão metodológica: *hódos-metá* o que sugere um caminho a ser experimentado e não aplicado. O rigor cartográfico é muito diferenciado do rigor cientificista, pois o primeiro se caracteriza por uma atenção aos acontecimentos, um comprometimento em registrá-los em narrativas e analisá-las de forma sensível. Analisar cartograficamente não é corresponder dados às hipóteses, mas sim, corresponder dados aos afetos e sensações. Não há interpretação, mas há registro de experiência.

O cartógrafo poussa sua atenção em algo que o toca, e assim, ele cria um território de produção de conhecimento através de um *zoom* na atenção que antes era flutuante, mas passa a ser mais fechada (Kastrup, 2009). Este *zoom* pretende acompanhar projetos que buscam desconstruir os efeitos do racismo na infância negra. Cartografar é criar território relacional interpessoal, não mecânico. É necessário se ater às diretrizes e rastrear as linhas que as constituem. São linhas invisíveis, por isso devem ser seguidas com atenção. A atenção de quem não pré-estabelece o que quer perceber a partir de um saber pré-estabelecido, mas está atento ao que a invisibilidade oculta. Essa invisibilidade é desfeita pelo cartógrafo.

Politicamente, comprometemo-nos a abrir mão de confirmar em troca de nos surpreendermos. Ceder a algo que insiste em estar ali, que pertence ao campo, e não ao sujeito, nem ao objeto, mas ao campo, sem abrir mão da imprevisibilidade. É preciso engajamento com o mundo que se quer conhecer para que haja o compartilhamento do território entre

sujeito e objeto de pesquisa (Alvarez & Passos, 2009). Conectar com o aspecto dimensional do campo e não direcional, assim como com os aspectos expressivos e não funcionais, são formas cartográficas de habitar e construir o território de produção de conhecimento. A expressividade do campo é prioridade na cartografia.

5.6 Participantes

Foram analisados desenhos de oito crianças negras atendidas nos Serviços de Psicologia Aplicada da Universidade, na faixa etária entre cinco e onze anos. Todos os pais ou responsáveis dos participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido antes de sua inclusão na amostra.

5.7 Instrumentos

Foram utilizados uma caixa de lápis de cor com cerca de dez cores possíveis de pele humana e um desenho com uma silhueta infantil e fotos de crianças com cinco tons de pele diferentes, variando da mais clara à mais retinta, extraídas da internet (ver anexo 8.1). No total foram escolhidas vinte imagens de crianças da internet, dez crianças entre cinco e oito anos (Grupo A) e dez crianças entre oito e onze anos (grupo B). Em cada grupo de idade, cinco eram meninas e cinco meninos.

Foi feita uma foto digital no final de cada encontro com as crianças e a pesquisadora ou elas e a equipe de pesquisa, para um registro mais completo dos dados.

5.8 Procedimento

A pesquisa foi realizada através de um encontro de aproximadamente uma hora com a criança no SPA. A pesquisa era realizada em salas distintas das salas de atendimento psicoterapêutico. A experiência como terapeuta e supervisora clínica mostrava a importância de evitar semelhança com (ou interferência nos) os atendimentos. As salas usadas, de aparência bem diferente, foram a sala de reuniões ou de supervisão.

Os encontros eram marcados com antecedência através dos estagiários responsáveis pelas crianças. Nas supervisões, era pedido que quem atendesse crianças negras entrasse em contato com o pesquisador (ou com um graduando da equipe de pesquisa)⁷ e assim era marcado o encontro com a família. Orientamos os estagiários a indicarem crianças de tons de pele mais escuros. Isso ajudou a evitar interferências na definição de quem é ou não negro. O estagiário responsável pela psicoterapia da criança fazia a mediação, explicando aos responsáveis que se tratava de uma pesquisa sobre os efeitos do racismo na infância negra, e os que concordavam em participar eram contatados para a marcação da pesquisa, em horário diferente do atendimento, porém no mesmo dia, para que o responsável não precisasse trazer a criança mais uma vez por semana ao SPA. Isso seria dispendioso para a família e poderia inviabilizar a pesquisa.

No encontro com o responsável pela criança, era novamente explicado do que tratava a pesquisa e o que seria feito. Antes que a criança fosse levada à sala, era pedido ao responsável que assinasse o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e perguntado à criança se ela gostaria de participar. No caso de pedido da criança, o responsável era convidado a entrar – isso aconteceu algumas vezes, com o grupo das crianças pequenas. Se o responsável concordasse em participar era explicado para a criança que se tratava de uma pesquisa sobre racismo, sobre crianças negras, que ela iria fazer um desenho dela, sobre ela e era perguntado se ela gostaria de participar. A criança era levada à sala somente depois desse procedimento.

A cartela de imagens de crianças, com diferentes tonalidades de pele, foi empregada para que a criança escolhesse a que mais se parecesse com ela. Assim, ela “autodeclarava” sua cor de pele, mostrando a tonalidade com que mais se identificava. Quando a criança era menina entre cinco e oito anos, dávamos o envelope com fotos de

⁷ Tivemos a participação de três alunos da graduação durante a coleta de dados. Eles foram treinados em reuniões de pesquisa e participaram das coletas e da análise dos dados. Parte desse artigo foi escrita a partir de relatórios de um dos alunos.

meninas dessa faixa etária, com a variação de cores de pele, para que ela escolhesse a que mais parecia com a própria cor de pele. Da mesma forma foi feito com os meninos.

Depois era apresentada uma folha com um contorno de desenho corporal infantil, a qual a criança deveria preencher com lápis de cor. A caixa de lápis de cor possuía pelo menos dez cores que poderiam ser escolhidas para retratar a pele humana (preto, cinza, marrom, vermelho, bege, creme, amarelo, laranja, rosa e seus tons). Nesse desenho corporal, a criança pintaria a si mesma, sendo primordial que ela escolhesse uma cor que pudesse colorir a sua pele retratada no desenho antes de começar a colorir os detalhes. Os desenhos apresentavam uma silhueta infantil (definida pela proporção entre cabeça, tronco e membros), sem marcas de gênero, nem rosto ou cabelos (ver anexo 8.2). Durante o procedimento, a criança era livre para falar sobre o que quisesse e essa narrativa é parte da pesquisa. Tudo que a criança falava durante o encontro foi considerado importante, anotado depois do término. Essa narrativa compôs a análise dos dados.

Na sala de pesquisa, era apresentada a cartela de fotos à criança depois de estabelecer um contato empático com ela. A cartela adequada à idade e sexo da criança deveria ser mostrada e ela escolhia qual foto se aproximava mais de sua cor da pele. Em seguida, a criança recebia a folha com a silhueta a ser colorida e era informado que ela pintaria aquele desenho até que ficasse igual a ela. Uma caixa de lápis de cor era oferecida a criança, sendo que primeiramente eram separadas as cores de pele e a criança escolhia qual era a cor que mais se aproximava da sua. Depois, ela ficava livre para completar o desenho como preferisse.

É importante ressaltar o cuidado em não interferir na escolha das cores, tampouco nas formas do desenho, mesmo que solicitados. A criança não poderia deixar de escolher e pintar a pele do desenho – esse era o único requisito – e era lembrado caso a criança não escolhesse começar a completar o desenho pela cor da pele.

Ao final, quando a criança demonstrasse que havia completado o desenho, era tirada uma foto dela com o desenho e a imagem de

autodeclaração. Esse procedimento foi construído para se ter um registro que unisse essas informações e auxiliasse na análise dos dados, ou seja, uma foto que pudesse unir a cor real da pele da criança, sua foto de autodeclaração de cor e seu desenho.

5.9 Resultados

A pesquisa obteve oito desenhos realizados pelas crianças. Apesar da população atendida pelos SPAs ser, predominantemente, de baixa renda, faixa e região onde predominam negros, havia menos crianças negras em atendimento do que o esperado. Apesar de o atendimento não ser cobrado, as dificuldades são muitas para que a criança possa chegar até a universidade: a passagem de ônibus, a distância entre a moradia e a universidade, o lanche para a criança; tudo é mais um custo para a família, além da dificuldade em se ter um responsável que possa levar a criança toda semana, pois muitas vezes o trabalho dos pais ou responsável não é conciliável com os horários disponíveis.

Para esse artigo, foram escolhidos os resultados dos desenhos de dois meninos, pois parecem ser casos mais ilustrativos em relação aos efeitos do racismo. São os casos de Igor e Caio⁸, com dez e oito anos de idade, respectivamente.

Durante o encontro, Igor se autodeclarou negro, escolhendo a imagem do menino mais retinto e apresentou facilidade em escolher o lápis, com a cor de pele mais próxima do tom de sua pele. De acordo com o relato da terapeuta, interessamo-nos pela experiência na escola, pois Igor havia vivido o racismo em ambiente escolar, porém, ele não se referiu a essa vivência e escolheu falar sobre as de histórias contadas por sua professora. Ao ser perguntado sobre o que ele faz, se vai a escola e o que gosta de fazer na escola, ele disse que gostava de história, que fazia curso de cerâmica e que a professora dele faz rodas de histórias africana. Igor repete algumas vezes que gosta muito dessa “tia”, sua professora. Fala muito dos personagens africanos e seus reis contados por essas

⁸ Os nomes são fictícios para a proteção da identidade das crianças.

histórias. Igor desenha um herói, com pele negra, uma roupa especial, com símbolo de força.

Caio, de oito anos de idade, ao entrar na sala da pesquisa, pede para ler uma parte do documento de consentimento livre e esclarecido, demonstrando sua habilidade de leitura. Ao escolher a cor de lápis de cor que mais se parecia com a sua pele, ele escolheu o marrom, pediu um lápis grafite para desenhar o rosto e a primeira parte do desenho que fez foi o cabelo. Desenha de grafite e pinta de louro. Depois pinta o corpo do pescoço para baixo de marrom e deixa a cabeça em branco. Escolhe a cor rosa para pintar o rosto.

Ao terminar, pediu a foto do menino mais branco (anexo 5A masculino) para levar para casa, foto que escolheu para autodeclarar sua cor de pele e pede colocando a foto junto ao peito. Caio dá um nome de jogador de futebol para cada foto de menino vista. Quando foi perguntado qual deles jogava melhor, escolheu o mais claro (5A). Na sua narrativa ele conta que na favela em que mora tem tiros e que “não mora mais lá”, porém, depois, diz que sua moradia é na favela, sim, mas que não existem mais bandidos lá. A sua foto no final do processo pode ser mostrada, pois ele se escondeu atrás da foto da criança branca. Caio tem a pele negra.



Depois da foto, ele pareceu confuso se escolheria uma foto com tom de pele mais próximo do dele, mas não trocou de opção.

5.10 Discussão

Apesar da expansão da pesquisa sobre os efeitos do racismo na infância negra nos últimos anos, foram encontrados estudos internacionais que apontam para a necessidade de maiores produções sobre o tema (Caugh, O`Campo & Muntaner, 2004; Williams, Lawrence & Davis, 2018; Sanders-Phillips et al, 2019). Essas e outras pesquisas recentes mostram a relação dos efeitos do racismo na saúde da população negra com questões econômicas e sociais, associando o racismo à pobreza, violência ao adoecimento mental e físico. “A discriminação racial é uma forma de desigualdade social que inclui experiências resultantes de sistemas legais e não-legais de discriminação” (Sanders-Phillips et al, 2019, pg. 177, tradução nossa)⁹.

O sistema discriminatório racial estabelece desigualdades. Por exemplo, no Brasil, a maior parte da população negra vive em locais com baixa qualidade de vida, com dificuldades de acesso a boa educação, saneamento, oportunidades de trabalho, isolamento, falta de cultura e lazer e isolamento geográfico (Zamora, 2012). O fator mais apontado entre os autores, como fator de aumento de estresse, traumas e doenças como a diabetes e doenças autoimunes é o alto índice de violência nas vizinhanças ou bairros de maior população negra.

Estudos como o realizado na Georgetown University de New Jersey (Blake, Epstein & Gonzáles, 2017) mostram que adultos de variadas idades, níveis de escolaridade e profissões, consideram as meninas negras como mais independentes, que precisam menos de proteção, que podem suportar mais os revezes e dificuldades e sabem mais sobre sexo do que as meninas brancas. Elas são tratadas de forma diferenciada e sofrem um tipo de violência que suprime sua infância, negando suas necessidades correspondentes à idade em que se encontram (5-14 anos). Já as meninas brancas não recebem o mesmo tratamento por parte dos adultos que lidam com essas crianças, como no caso de estabelecimentos de ensino.

⁹ “Racial discrimination is a form of social inequality that includes experiences resulting from legal and nonlegal systems of discrimination.”

O racismo brasileiro pode produzir efeitos muito semelhantes aos identificados pelos autores norte-americanos, ou talvez piores. Cruz e Guariento (2018) apontam para os indícios da violência do Estado vividos pela população negra brasileira. Dados como ser a população pobre composta majoritariamente por negros, 64% dos presidiários são negros; o índice de morte entre parturientes negras é maior e alarmante, o feminicídio e agressão sexual afeta mais mulheres negras, a quantidade de negros matriculados em universidades cresceu, mas ainda é inferior aos brancos; mostram que o racismo no Brasil está ligado diretamente à violência e compromete diretamente o Estado. A segregação racial é facilmente identificada, porém, não é nomeada dessa forma. As comunidades pobres vivem em condições precárias e a violência é uma realidade cotidiana (Acari, 2018).

Encontramos dificuldades em obter imagens de crianças retintas brasileiras na internet. As imagens que encontramos remetem a realidades de miséria e violência, no país e no exterior. Uma das imagens conseguidas foi tirada de reportagens sobre a morte de um deles. Ou seja, quando encontramos imagens de crianças negras brasileiras, elas estão associadas, na maior parte das vezes, ao genocídio da juventude negra. Outra reflexão sobre racismo que surgiu no processo de escolha de imagens de crianças de pele escura é que essas crianças não são referência de beleza, por isso não fazem parte de propagandas da mídia com a mesma frequência que as crianças brancas. Conseguimos encontrar a maior parte das imagens em páginas norteamericanas, onde a negritude, apesar do racismo, tem maior espaço midiático que no Brasil.

Kupermann (2017), ao referir-se ao trauma no contexto psicanalítico, afirma que o fator mais relevante que desencadeia a experiência traumática é o abandono, no que se refere ao não reconhecimento do sofrimento. O racismo faz doer, porém o abandono e o não reconhecimento deste sofrimento podem traumatizar ainda mais. O autor, apoiado nas teorias de Freud, Ferenczi e Winnicott, afirma que o abandono constitui uma falha ambiental, que dificulta a criança em sua constituição subjetiva (Zamora & Maia, 2009). A clivagem seria o modo

da criança construir, por si mesma, os protetores e cuidadores ausentes no ambiente. A criança, obrigatoriamente, amadurece, incorpora o agressor e desenvolve um modo inautêntico ou um *falso self*, tal como Winnicott (1983/2007) nos aponta. Ou seja, a antecipação de uma falsa independência torna-se necessária por uma solidão real devido à experiência do racismo. Ao amadurecer dessa forma, a criança incorpora aquilo que não pode interditar ou livrar-se, no caso o racista opressor, e finalmente, desenvolve um falso *self* que foi moldado por uma violência e não por um ambiente suficientemente bom. O falso *self* anestesia uma parte sensível que foi destruída, que foi impedida de ser constituída de forma saudável pelo trauma, pelo abandono ambiental e por que não dizer, pelo racismo. Se concordarmos com a teorização psicanalítica, podemos perceber essa experiência no caso de Caio, pois, ao escolher a imagem da criança mais clara, ao aproximá-la do seu peito e desejar levá-la para a sua casa, demonstrou o desejo de ser branco, de incorporar a branquitude que a imagem representava.

É oportuno aqui descrever como foi desenvolvido o procedimento do desenho da silhueta. Como escolhemos o modo como as crianças poderiam narrar como sentiam sua cor de pele partiu da doutoranda Flávia Pfeil, que integra o grupo de pesquisa ligado a esse trabalho. Ela trabalha na Secretaria de Educação de uma cidade do Rio de Janeiro. Um dia, ao visitar uma escola, viu um mural expondo os desenhos corporais dos alunos de uma turma. Chamou sua atenção o fato de que os desenhos eram hegemonicamente de crianças louras, de olhos azuis e de pele branca. Como ela já conhecia muitos alunos da escola e sabia que eles não eram assim, resolveu olhar a turma que realizou a tarefa. Constatou que todos os alunos eram negros, “caiçaras” (com traços indígenas), bem morenos... não havia um único branco, louro e de olhos azuis! O mural foi fotografado e enviado por aplicativo de telefone celular. A silhueta usada pela professora para a tarefa foi inspiração para o procedimento desta pesquisa, pois assim as crianças poderiam falar por si de suas experiências com a cor da pele, sem que o pesquisador precisasse intervir. Poder construir um instrumento que permita ser

exposto um possível *false self*, surgiu dessa vivência que contou com um olhar sensível e atento às narrativas infantis, muitas vezes invisibilizadas.

Segundo Souza (1983), em sua perspectiva psicanalítica sobre os efeitos do racismo, o ser humano necessita de um modelo de representação que ajuste as convenções do ser em sociedade e o aparelho psíquico, como um modelo ideal, pleno ou quase pleno. Este modelo terá a função de recuperar o narcisismo (o amor por si), ou de retomar os processos integradores do psiquismo. É uma instância psicológica que conduz ao possível, ao realizável para o sujeito e que transforma e substitui as pulsões (força motriz que direciona o comportamento do sujeito) em desejo, buscando a satisfação.

De acordo com a autora, o Ideal de Ego é a instância psíquica que faz o vínculo com a Lei e a Ordem; o mundo simbólico, ordem da cultura, ideais coletivos, o real, possibilitando a estrutura psíquica, organizando, produzindo essa ligação com a cultura/sociedade. Complementar à vontade do Ideal de Ego é um desejo do Superego em proporcionar harmonia interna (inconsciente e consciente) possível pela aproximação do Ego Ideal (fantasias, fugas do Real). Ao contrário, quando não há uma conciliação, forma-se a sensação de culpa, tensão, medo, os “complexos de inferioridade” causam adoecimentos e podem levar à morte do sujeito (em uma última instância, ao suicídio).

O sujeito negro da reflexão de Souza é “aquele cujo Ideal de Ego é branco, que nasce e vive imerso numa ideologia que lhe é imposta pelo branco como ideal e que endossa a luta para realizar este modelo” (1983, p. 34). O branco é aquele que dita a norma do Ser belo, é o dono do saber, é o desejável, rico, inteligente, poderoso e respeitado. Esse Ser branco é o dotado de poder, visto que impera em uma ordem hegemônica e eurocêntrica, e é responsável pela normatização da ordem social e pela organização do corpo capital. É o modelo representativo da sociedade europeia e diferente do modelo do negro que foi capturado, atacado e até destruído, no processo de colonização do corpo, da mente, da autonomia e da liberdade.

Para construir um ideal em torno dessa imagem, a primeira regra que se impõe ao negro é a sua própria rejeição. A recusa é a disseminação de uma imagem negra representada e propagada pela sociedade como estereótipo, como traços e estigmas socioculturais de inferioridade e marginalidade, visando uma imagem superior do branco em relação ao negro. Caio desenhou seu cabelo louro, sua face branca e o corpo negro. A face e o cabelo podem ser entendidos como uma recusa ao rosto negro, parafraseando Fanon (2008): “*Pele negra, máscaras brancas.*”

Schucman (2018), ao pesquisar membros de famílias interracialis, afirma que, no Brasil, desde a política do branqueamento, o fenótipo tem sido um critério que diferencia pessoas pelos tons de pele. Existe uma diferença de privilégio que favorece o tom de pele mais claro e, quanto mais escuro, maiores as dificuldades. Essa realidade é percebida dentro das dinâmicas familiares, mesmo onde existe vínculo de amor entre as pessoas. A questão do tom de pele atravessa os modos de educação, os valores, os privilégios e exigências entre os familiares. As famílias interracialis obedecem a uma hierarquia racial fenotípica que decresce do tom mais claro ao mais escuro. Formas invisíveis de negação das origens negras são silenciosamente postas em prática como fotos que somem, nomes que são esquecidos, priorizando as imagens, histórias e memórias dos mais claros e a cada geração a negritude dessas famílias é esquecida, apagada. Esse processo tem efeito nos processos subjetivos de seus descendentes. Uma história negada ressurge em forma de dor e sofrimento.

A autora, ao perguntar a uma família entrevistada sobre a ancestralidade negra, o filho de pele escura diz: “*Eu sou louco para saber dos ancestrais. Mas é muito difícil, porque não fica [...] porque como é muito misturado, não fica muita lembrança.*” A mãe, que se identifica como branca, imediatamente começa a falar de sua ancestralidade italiana. Logo depois de o filho declarar-se negro e apontar suas curiosidades em relação à sua negritude, a mãe diz: “*ele começou com isso depois de ir para a universidade, mas ele não é negro*” (Schucman,

2018, p. 50-51). Esse trecho demonstra a negação da negritude nas famílias interracialis e a rizomática aparição do racismo nessas relações.

De acordo com Souza (1983), a família transmite os primeiros registros mentais e psicológicos da “estranheza” da própria imagem do negro que vão sustentar a criação de um Ideal de Ego (modelo ideal, modelo ao qual o negro é colocado de maneira inferior compulsoriamente), que vai se mostrar ao longo da vida, inatingível e incompatível com a realidade. A busca pela brancura é um fardo ao qual o negro e a sociedade reconhecerão como um desejo inalcançável e deverá forçar o negro a se esforçar para branquear-se, no plano real ou imaginário.

“Minha avó era bem negra: nariz grosso, beijos grossos, voz grossa. Não gostava de negro. Ela dizia: ‘se você ver confusão, saiba que é o negro que está fazendo; se vê um negro correndo, é ladrão. Você tem que casar com um branco pra limpar o útero” (Souza, 1983, p. 36).

É válido lembrar também que a depreciação do negro (produzida pelo branco e entre negros) manifesta-se de modo ainda mais violento e acentuado, quando o corpo é rejeitado em suas características, onde seu traço fenotípico é retratado como animalesco, monstruoso e desproporcional. Giacomini (1994) analisa duas experiências, que envolvem a mulher negra: o Show de Mulatas e o concurso Noite da Beleza Negra. O primeiro apresenta o estereótipo colonialista, que a sexualiza e a (re)coloca no lugar de mediar o estrangeiro e os interesses da elite brasileira. A inferiorização da negra, construída a partir da ideia de hiperssexualização, encontrada nas teorias raciais, está presente em nossa sociedade, enquanto permanência, no Show das Mulatas. Já a Noite da Beleza Negra proporciona uma experiência que aproxima essa mulher da negritude, de sua cultura, onde o homem branco não está presente como referência masculina, o colonizador não é um convidado. É um território em que a “mulata” desconstrói o estereótipo colonialista e afirma a sua negritude.

Há também a estigmatização intelectual do negro, como ser não pensante e irracional, como demonstram os estudos de Nina Rodrigues (1956) e sua depreciação científica do povo negro. A constituição familiar do negro é um processo onde ele é submetido à colonização de seu corpo, da mente e das suas origens, a fim de “aceitar” o ideal branco, apagando os rastros de sua negritude, almejando a “casa branca” ou sua alforria utópica. O negro tem a pele preta, mas veste um ideal subversivo ao real, colocando uma máscara do homem branco.

“(…) Não havia nenhum empenho por parte de meus pais em reconstruir o percurso, as raízes negras da minha família. Havia um evitar velado, meio inconsciente, da história das raízes negras da minha família” (Souza, 1983, p. 35).

Embranquecer tornou-se sinônimo de ascensão social para o negro depois da política do branqueamento (Maia & Zamora, 2018). Correspondendo ao desejo do branco, ao embranquecer, a população negra almeja alcançar os privilégios, ou pelo menos o direito a existir, bem como afastar-se dos símbolos que lembrem a “mancha negra” do passado que a marginalizou. Essas representações se estendem da família para as ruas, para a escola, trabalho, lazer e em todos os espaços institucionais e sociais onde se reforçam as bases do Ideal de Ego (branco). Essas ações pessoais criadas com base nesse Ideal de Ego vão se mostrando ao longo da vida inalcançáveis em função do desprezo vivido pelo negro nessa ordem social racista de hegemonia eurocêntrica caucasiana. É diante desse cenário que se constata a condição revogada de enfrentamento do negro diante da opressão em que se encontra. No relato encontrado no livro, é possível detectar os fragmentos que comprovam o apagamento do ser negro e sua historicidade:

“A maior parte dos negros não conseguem um lugar ao sol por suas próprias incapacidades: preguiça, falta de força de vontade. Apesar dos obstáculos, eu consegui o maior posto do navio, depois do comandante.

(...) o negócio é ir em frente, esquecer esse negócio de raça e vencer.”
(Souza, p. 38)

O Ideal de Ego é branco, “tornar-se branco” é um processo não apenas doloroso, mas também impossível. O ser negro é a própria barreira já colocada pela sociedade a partir do racismo institucional e primário. Este é o principal fator que determina que o negro apenas assuma o posto de servidão, e jamais o posto de patrão. “Eu sinto o problema racial como uma ferida. É uma coisa que penso e sinto todo o tempo. É um negócio que não cicatriza nunca” (ibid., p. 43).

Diante disso restam alternativas: aceitar a penalidade do Superego pelo Ideal não realizado, que inscrever-se na melancolia de maneira diversa, promovendo uma perda da autoestima, da autonomia e da liberdade. É também sintomático da realização das expectativas que se impuseram e não foram atingidas, a culpa, a insegurança e os traços de ansiedade, sentimentos esses que se deslocam para a inércia e dilatam como resultado de um longo processo de intimidação e decepção. Acanhamento excessivo diante da afronta e da agressão, submissão programada, cristalização, aceitação passiva dos estereótipos, preconceito contra o próprio negro. É neste quadro que a depressão se instala como um tipo de castigo prescrito por não atingir o modelo de Ideal de Ego que foram expectados.

Todas essas contribuições apresentam alguns aspectos do sofrimento causado pelo racismo. Apesar de pouca produção sobre os efeitos do racismo na infância, apresentamos aspectos fundamentados na psicologia que possam nos direcionar e apontar caminhos para aprofundamentos futuros nesses estudos.

A vivência de Igor na escola, no contato que a sua professora oferece com a literatura afro-brasileira, remete-nos à importância de se trabalhar constantemente com elementos simbólicos que fortaleçam a negritude. Munanga (2005), referindo-se ao eurocentrismo da educação formal, atenta para a permeabilidade do racismo no ambiente escolar, sobretudo nos livros didáticos. Silva (2005) afirma que os livros didáticos são a primeira, e quase sempre, a única fonte de leitura da maioria das crianças no Brasil, o que demonstra a importância do cuidado com a

análise ideológica dos conteúdos desses livros. As crianças negras e indígenas não são contempladas nesses conteúdos de forma a desconstruir estereótipos. Estigmas de subalternização e inferioridade são mantidos em imagens, textos e exercícios, de forma a induzir crianças negras, indígenas e brancas a internalizá-los. Na intenção de reverter tal realidade, educadores baseados na lei 10.639 de janeiro de 2003, que prevê a introdução da cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, introduzem o universo negro (e indígena) no cotidiano das crianças. Esses trabalhos, além de apresentar a cultura afro-brasileira, podem reverter o racismo e seus efeitos que afetam a infância e adolescência brasileiras.

Andrade (2005) apresentando sua experiência com contação de histórias afro-brasileiras na escola pública da periferia de Recife, afirma que a literatura é *“uma arte que povoa a imaginação, e por isso, tem o seu espaço na formação da mente plástica do ser que a ela tem acesso”* (p. 118). A autora percebe a memória como um elemento fundamental na relação na infância com a história, a apropriação da história é desenvolvida por uma memória coletiva que fortalece a infância subjetivamente. A memória é um patrimônio, uma propriedade existencial, um direito a posse de si e de um lugar, materialmente falando.

A criança brasileira, até 2003 – momento da institucionalização da lei que inclui a história afro-brasileira e indígena –, recebia através de livros didáticos, apenas a história da escravidão, da servidão e do sofrimento do povo negro, sem que a resistência e o heroísmo negro, que lutou pela liberdade, pudessem ser conhecidos. O contato com apenas um lado dessa história reforça uma imagem de si negativa, subalternizada e sofrida. Os elementos simbólicos que povoam o cotidiano das histórias infantis no Brasil, ainda são brancos, o universo infantil é majoritariamente branco, dificultando a identificação de crianças negras com aspectos positivos. Essa realidade afeta também a criança branca que se reconhece no lugar positivo em detrimento do colega negro que nunca é visto de forma positiva. Isso pode ser considerado um dos vetores de construção do sentimento narcísico de privilégio branco, a branquitude,

como esclarece Schucman (2014). Apesar da autora não analisar neste trabalho a branquitude na infância, é possível apontar para essa realidade infantil como um dos germes da branquitude da criança branca. É talvez possível identificar aqui uma das origens do racismo comportamental, que, baseado num racismo estrutural escolar, reforça uma ideologia de inferiorização do negro.

Igor, ao contar a sua relação com as histórias negras trazidas por sua querida professora, apresenta os efeitos desse processo. Seu desenho é de um herói negro, uma expressão positiva de si, um simbolismo que transgride a lógica racista e que demonstra a afirmação de sua negritude. É possível afirmar que Igor desenvolveu maior saúde e sentimento de pertencimento através das histórias contadas pela professora. A memória do racismo vivido foi, de alguma forma, transformado pela plasticidade da memória, construída pela narrativa. A criança pode reverter efeitos como a negação, a clivagem, a depressão e o abandono, se for oferecido a ela um elemento que a permita existir, que legitime com alegria a sua existência. Não é difícil pôr em prática, porém a demora em divulgar e institucionalizar esses recursos é expressão do próprio racismo.

No caso de Caio, que não teve ainda a oportunidade de Igor, vemos o resultado de uma busca pela identificação branca. Escolher a imagem da criança mais branca para se autodeclarar representa a negação de sua negritude, uma imagem de si muito negativa. Ao se pintar com a cabeça branca de cabelos loiros e corpo negro (o que se pode perceber como um símbolo da clivagem) ele conta que gostaria de parecer diferente de como é, o que estabelece um vínculo com a imagem branca, como ele demonstra quando pede para levar a imagem pra casa.

Caio e Igor experienciam formas diferentes de negritude, e o que podemos perceber é que nada que Caio apresenta recai sobre algo que diga respeito a ele *em si*. Caio não traz em si esses efeitos, mas responde ao mundo de modo dissociativo, triste e inferiorizado. Assim como Igor, Caio poderia estar desenhando um herói, mas não pode, porque não é assim que se sente, ainda.

5.11 Conclusão

Arroyo e Silva (2012) ao referirem-se às crianças que chegam às escolas públicas, em sua maioria negra, apresentam a precarização presente em seus corpos, em sua existência, entendendo precarização por processo de subjetivação que parte do empobrecimento da vida. Essas crianças são filhas do desemprego, da desesperança, da violência do Estado, da polícia e principalmente do racismo. Se a política do embranquecimento encurralou a população negra em territórios de miséria, do subemprego, da subalternização, o racismo inerente a essa política constitui corpos infantis negros precarizados e sofridos. Essa realidade nos implica enquanto psicólogos e cidadãos a criarmos uma ética que viabilize modos legítimos e dignos de “ser no próprio corpo e de viver o corpo” (ibid., p. 35).

O racismo em suas três dimensões estabelece parâmetros de desigualdade para o negro, que interfere negativamente em sua saúde, tornando essa questão uma prioridade para a psicologia brasileira, de forma a desconstruir um adoecimento que atravessa gerações e se perpetua. A criança negra precisa ser acolhida em suas necessidades de reconhecimento no que diz respeito às suas origens, às suas raízes. Sua história é parte de si e de sua constituição pessoal, tanto a partir da macro quanto da micro-história. A história da negritude enquanto uma jornada de um povo que tem seus heróis, príncipes e princesas, diferenciada em suas lógicas e ideologias, pode trazer não só o pertencimento que o branqueamento impediu, como uma diversidade de direcionamentos políticos descoloniais. Para isso, a escola deve ampliar o estudo, a apresentação e a valorização da cultura negra para toda a sociedade, pois não só o negro deve conhecer suas origens, mas o povo brasileiro como um todo deve conhecer as suas raízes, pois elas constituem a todos nós. Além de construir um território de valorização da negritude para o branco. Nesse momento, chamamos atenção para os efeitos positivos, que pudemos observar na experiência de Igor com sua professora que conta histórias afro-brasileiras. É perceptível a diferença

da forma que Igor lida com a sua negritude, em relação ao Caio, que apresenta um rosto pintado de branco e cabelos louros.

Desse modo, os efeitos negativos apresentados como a negação, a clivagem, a precarização, a identificação com a opressão, a falta de liberdade e a dor de ser negro podem retroceder. É preciso retroceder nesses aspectos e produzir a saúde de fato, enquanto prática ampliada, enquanto modo de co-engendrar condições igualitárias de vida com a convivência amorosa entre seres humanos de cores diferentes. Entendemos que estamos longe de darmos a visibilidade necessária aos efeitos do racismo na infância negra neste trabalho, afirmando ser de extrema importância maiores aprofundamentos e continuidades.

O Conselho Federal de Psicologia lançou em 2017 o material: “Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os”¹⁰ que afirma a necessidade de a psicologia se comprometer com o racismo e seus efeitos. Esse material é de suma importância para a categoria no que se refere à apresentação da problemática e do comprometimento que a profissão deve desenvolver com o tema. Desse modo afirmamos que é preciso desenvolver estratégias, de forma a ampliar o combate ao racismo e incluir a infância nas discussões e intervenções nesse campo.

5.12 Referências bibliográficas

ACARI, D. Uma janela que bate, um coração que dispara, um dia ruim que começa...In: FRANÇOSO, O. M. (Org.). **Clínica Política, a experiência do centro de estudos em reparação psíquica lá em Acari**. Rio de Janeiro: Equipe Clínico Política, Instituto de Estudos da Religião (ISER), 2018, p. 19-23.

ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. In: ESCÓSSIA L., KASTRUP, V.; PASSOS, E. **Pistas do Método da**

¹⁰ Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf> Acesso em 14 abr. 2019.

Cartografia: Pesquisa/intervenção e produção de subjetividade. Porto alegre: Sulina, 2009, p. 131-149.

ANDRADE, I. P. Construindo a Auto-estima da Criança Negra. In: MUNANGA, K. (Org.). **Superando o Racismo na escola.** 2ª ed. ver. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 117-123.

ARROYO, M. G.; SILVA, M. R. **Corpo-infância: exercícios tensos de ser criança; por outras pedagogias dos corpos.** Petrópolis: Vozes, 2012.

BARTON, L. R.; PARKE, K. A.; WHITE, C. L. Screening for the Social and Behavioral Determinants of Health at a School-Based Clinic. **Journal of Pediatric Health**, mar., 2019. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0891524518302608>> Acesso em: 14 abr. 2019.

BLAKE, J. J.; EPSTEIN, R.; GONZÁLEZ. T. **Girlhood Interrupted: The Erasure of Black Girls' Childhood.** Centre on Poverty and Inequality. Georgetown University Law Center. New Jersey, 2017. Disponível in <http://www.law.georgetown.edu/academics/centers-institutes/poverty-inequality/upload/girlhood-interrupted.pdf> Acesso em: 14 abr. 2019.

CAMPOS, L. A. Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 95, p. 1-19, ago., 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n95/0102-6909-rbcsoc-3295072017.pdf>> Acesso em: 01 fev. 2019.

CARTER, R. T.; HELMS, J.; JUBY, H. L. The Relationship Between Racial Identity for White Americans: A Profile Analysis. **Journal of Multicultural Counseling of Development**, Louisiana, v. 32, p. 1-17, jan., 2004.

CRUZ, M.; GUARIENTO, S. A Centralidade do Racismo para a Compreensão e Enfrentamento da Violência de Estado no Brasil. In: FRANÇOSO, O. M. (Org.). **Clínica Política, a experiência do centro de estudos em reparação psíquica lá em Acari.** Rio de Janeiro: Equipe Clínico Política, Instituto de Estudos da Religião (ISER), 2018, p. 25-33.

ESCÓSSIA L.; KASTRUP, V.; PASSOS E. **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa/intervenção e produção de subjetividade**. Porto alegre: Sulina, 2009, 207 p.

GIACOMINI, S. M. "Beleza Mulata e Beleza Negra". **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso), Rio de Janeiro, v. N.E., p. 217-227, 1994. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16105> Acesso em: març 2019.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: ESCÓSSIA L., KASTRUP, V.; PASSOS, E. **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa/intervenção e produção de subjetividade**. Porto alegre: Sulina, 2009, p. 32- 51.

KUPERMANN, D. **Estilos de cuidado: a psicanálise e o traumático**. 1. ed. São Paulo: Zagodoni, 2017, 176 p.

MAIA, K. S., ZAMORA, M. H. O Brasil e a Lógica Racial: Do branqueamento à produção de subjetividade do racismo. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 30, n.2, p. 265-286, s/d, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-56652018000200005&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 14 abr. 2019.

MUNANGA, K. (Org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª ed. ver. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, 204p.

PASSOS, E. E BARROS, R. B., Por uma Política da Narratividade, In: ESCÓSSIA L., KASTRUP, V.; PASSOS, E. **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa/intervenção e produção de subjetividade**. Porto alegre: Sulina, 2009, p. 150-171.

RODRIGUES, R. N. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Edit. Guanabara, 1956.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo: Branquitude, Hierarquia e Poder na Cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2014

_____, **Famílias Inter-raciais: tensões entre cor e amor**. Salvador: EDUFBA, 2018, 146 p.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

WILLIAMS, D. R., MOHEMMED, S. A., Racism and Health I: Pathways and Scientific Evidence. **American Behavioral Scientist**, v. 57, n. 8, p. 1152-1173, mai., 2013. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0002764213487340#_i5>. Acesso em 14 abr. 2019.

WINICOTT, D. W., 1983. **O Ambiente e os Processos de Maturação. Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional**. Tradução de Irineo Constantino Schuch Ortiz. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ZAMORA M. H., Desigualdade Racial, Racismo e seus efeitos, **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 24 – n. 3, p. 563-578, Set./Dez. 2012.

ZAMORA, M. H., MAIA, M. V. M., Reflexões sobre jovens antissociais e seus atos destrutivos: algumas contribuições da teoria de Winnicott, **Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 140-156, s/d, 2009.

6. Considerações finais

Esse trabalho buscou conhecer e revelar os efeitos do racismo na infância negra. Nesse sentido, consideramos que os objetivos foram alcançados, porém, estamos longe de concluir essa questão, pois entendemos esse estudo como um passo inicial e ainda insuficiente para dar conta da complexidade de uma problemática tão sistemicamente entranhada em nossa sociedade. Nós nos aproximamos do problema, construímos algumas pistas, elaboramos instrumentos narrativos e relacionais, conseguimos ouvir crianças, mas consideramos esse trabalho apenas um pequeno passo dado na direção de aprofundamento, uma introdução da questão do racismo e da nossa infância em questão. Há muito a ser explorado, compreendido e proposto na desconstrução desse sofrimento.

A lógica racial incorporada no Brasil na passagem do Império para a República, fez com que as práticas escravocratas se transformassem em discursos modernos, em propostas de um Estado à altura dos modelos das grandes potências europeias e dos ideais liberais. O capitalismo que se fortalecia na direção da industrialização e da ciência especialista em potencializar o homem para aumento da produtividade e do lucro, fez com que os povos não brancos fossem modulados de uma condição de não humanos para subalternizados, inutilizados para as formas de trabalho fabris, e destinados a lugar algum. A política de branqueamento pode ser vista como uma tecnologia de extermínio. Determinar que cores de pele desapareçam é um ideal de morte, de descarte, de condenação e o mesmo podemos dizer de culturas diversas.

O Brasil tornou-se um Estado racista por definição. Suas bases naturalizantes e racistas fizeram com que chegássemos até hoje sem que isso fosse cuidado. Embora os negros não tenham morrido até desaparecer, ainda morrem em números alarmantes para que um dia enfim desapareçam. O projeto sempre foi esse, desde o fim da escravidão: fazer surgir um país branco, como os colonizadores, que

submetem tantos seres humanos à desumanização, tendo que suportar a violência do etnocentrismo e da ambição de homens narcísicos.

Esse modo de embranquecer, que se tornou um passaporte para a própria cidadania, para construir pertencimento no próprio país, sempre foi impossível de ser alcançado. Ser o que não é possível constitui uma tarefa desumanizadora, que nos transforma em um país de pessoas que ainda precisam poder existir – e elas são a maioria da população.

Que país é esse? Um lugar onde a maioria ainda sustenta uma minoria a partir de um não lugar ou em um lugar que se mantém o negro na posição de inferioridade e subalternização. A criança que nasce negra pode crescer uma criança triste, uma criança que não é bem vinda, que tem inveja dos que têm direito à infância e ao direito de existir da maneira que são. Sempre haverá resistências e singularidades. O movimento negro, por exemplo, vem produzindo espaços de transformação há muito tempo, porém buscamos destacar as permanências do racismo que insiste e dificulta a subjetivação das crianças.

O colorismo, que se caracteriza pela diferença de privilégio entre tons de pele mais claros em detrimento dos mais retintos, a pigmentocracia (Djokic, 2015), pode ser compreendido como uma das heranças da política do branqueamento. O ideal de branqueamento trouxe para o negro algo que dificulta o reconhecimento de sua negritude, pois ao se “clarear”, o negro se perde de sua ancestralidade e de sua coletividade. Os variados tons de pele fizeram surgir a ilusão de que assim desapareceria a negritude, empalidecendo; porém, ao inverso, fez surgir um *dégradé* de cores. A coloração variada, linda ao nosso olhar, não fez, contudo, desaparecer o ideal de branqueamento, não fez sumir o projeto de extermínio, a vergonha de ter um filho negro, o desgosto do namoro da filha com o “escurinho”, o medo do amigo do filho que é negro e pobre, não acabou com os perfis de emprego que exclui negros e moradores de comunidades pobres, favelas e baixadas, não deixou de expulsar e maltratar.

Sartre nos diz que o racismo é uma escolha medíocre. Apreciamos essa frase, pois ela aponta para a responsabilidade dos brancos na permanência do racismo. O racismo é uma escolha, uma aceitação e reprodução de formas opressoras e colonizadoras de relação com os negros, indígenas ou não brancos. Nessa escolha, apropriamo-nos de discursos irracionais, de ideias infundadas e já desmistificadas pela ciência contemporânea, mas que permanecem nos atos, nos filamentos de movimentos cotidianos e de discursos de ódio. A mediocridade é útil, mas é lucrativa também, traz benefícios e privilégios; alguns se posicionam de forma a pensar que é melhor ser um medíocre privilegiado do que um humanista sem benefícios.

A noção de propriedade é analisada por Sartre de forma inigualável. O homem moderno se apropria de territórios e isso o constitui subjetivamente. Dominar um território tem o estatuto de legitimação existencial baseado na lógica capitalista, ou seja, esse sistema político/econômico nos funda, nos forja e nos torna medíocres e inautênticos, estabelecendo relações de opressão e cerceamento da liberdade do outro. Sartre diz que a liberdade é essência, uma essência segunda aos modos de relação política. A política é primeira nessa ontologia. A política, que tem sido hegemonicamente representada por proprietários, pelas tradicionais famílias latifundiárias, pelos grandes investidores, faz manter seus privilégios através de modos exploradores e opressores da força de trabalho, de forma que o negro sem direito a propriedade seja um ser sem lugar existencial.

Em sua análise das formas de dominação colonizadoras, Fanon esclarece-nos que o modo colonizador de subjetivação possui tecnologias próprias de produção de sofrimento. O colonizador, além de dominar o território nativo, fez valer um saber sobre o colonizado, que o qualifica como inferior e dependente. Nessa direção, podemos avaliar que os efeitos da colonização e do racismo se vinculam, de forma a produzir, na atualidade, a negação da negritude e de suas raízes, um apagamento das tradições e matrizes ancestrais que são fundamentais para o sentimento de pertencimento e de promoção de saúde psíquica. Agora falamos não

só de direito à propriedade, mas de direito ao território existencial histórico e ancestral. O branco usa a ancestralidade para legitimar suas propriedades, a terra é herança, o país é de quem sempre viveu ali, e onde as famílias vivem há séculos, ou seja, o estrangeiro é uma ameaça, um invasor, logo quando os colonizadores europeus dominaram povos e territórios eles usurparam almas em metros. Hoje vemos a Europa e a crescente xenofobia, que assola as relações entre europeus e refugiados – um dominador não abre mão de seus privilégios com facilidade. Não somos simpatizantes de termos que façam referências a psicopatologias, mas xenofobia aqui significa para nós o medo de que façam em seus territórios o que eles fizeram por séculos nos territórios africanos, asiáticos e ameríndios.

Fanon, enquanto um intelectual marxista, entende que a colonização tem efeito alienante, o que deve ser desfeito através não só da militância, como da clínica, que deve desfazer o estado dissociativo que a alienação impõe. A clínica das suas obras trataria dos traumas da colonização, da violência, do sofrimento de ser negro com uma máscara branca. Para ele o negro deve tornar-se negro, como nossa psicanalista Neusa Santos Souza também o afirma. A desalienação do negro é parte de sua saúde.

Sartre entende que o antissemitismo e o racismo têm algo em comum, mas o francês branco tem privilégios que um argelino não tinha durante a colonização francesa. Ter sido preso num campo de concentração nazista forneceu a Sartre uma vivência que o aproximou da dor de ser negro e colonizado. Porém alerta a seus colegas franceses que tenham prudência e que façam o exercício de ler Fanon, para que entendam a dimensão da violência colonizadora. “Tende a coragem de o ler, por esta primeira razão de que êle fará com que vos sintais envergonhados, e a vergonha, como disse Marx, é um sentimento revolucionário” (Sartre apud Fanon, 1968, p. 8). É preciso vergonha para não reproduzir tal violência, é preciso se perceber colonizador e envergonhar-se disso. Sartre consegue assumir sua responsabilidade por

ser francês, branco e cientista. Recomenda a leitura dos colonizados e o envergonhamento como “cura” para o branco.

Desalienação e vergonha poderiam ser uma dialética clínica para a remediação dos efeitos do racismo. Dessa dialética sintetizaríamos a semelhança, o equilíbrio de direitos, o fim da violência, dos privilégios, da morte, enfim, promoveríamos a saúde.

Além da dinâmica da subjetivação da branquitude na constituição subjetiva da infância, temos a violência de Estado que interfere diretamente nas vidas dessas crianças. Nascer e crescer no país do branqueamento é também crescer em meio a tiros, mortes e invasões constantes. São muitos os focos de violência no cotidiano da população negra. A presença do crime organizado nas comunidades e favelas e as ações policiais violentas estabelecem um território de guerra, onde tiros e invasões domiciliares são recorrentes. As vidas de pessoas negras e pobres são muito vulneráveis, descartáveis e isso pode ser considerado um elemento produtor de trauma, por estabelecer estado constante de vigilância e luto. Não temos presenciado políticas públicas que reconheçam, muito menos que busquem saídas para os efeitos desses traumas. Contrariamente, vemos surgir políticas cada vez mais violentas e que produzem mais mortes. A psicanálise que pesquisamos nomeia esses efeitos como clivagem, negação, trauma, identificação com o opressor e dissociação, porém o que podemos fazer para evitar que isso se mantenha? Que propostas clínico/políticas podemos sugerir na direção dessa terapêutica?

No caso de Igor, percebemos que a contação de histórias que abordam a cultura afro-brasileira, que apresentam heróis e heroínas negras, que fecunda a imaginação das crianças com as tradições de matrizes afro-ameríndias, produzem mudanças na constituição subjetiva. Igor narra a importância dessas histórias, sua relação com a professora e como isso o fortalece. A imaginação pode ser analisada como um dos recursos mais potentes na reversão de efeitos de realidades traumáticas. A história é o registro de um mundo possível. O livro, o contador de

história, são mediadores entre a criança e um ideal de eu que acolha a sua existência, que fortaleça a relação da criança com a sua cor de pele.

A lei 10.636/03¹¹ determina que o ensino da cultura afro-brasileira e indígena é obrigatório nos ensinos público e particular, nos segmentos fundamental e médio. Essa lei foi sancionada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, porém até hoje vemos que essa determinação ainda é pouco explorada pelas instituições de ensino. Acreditamos que a falta de consciência e de treinamento dos profissionais dificulta a execução dessa prática nos ambientes escolares, que as crianças negras frequentam por tanto tempo de suas vidas. Se a educação tomasse essa proposta como prioridade, poderíamos evitar que não só as crianças desenvolvessem processos psicoemocionais dissociativos, como desenvolveríamos o exercício do respeito e da convivência entre iguais, entre crianças de todos os tons de pele.

Os profissionais que lidam com a infância devem ter consciência de que o racismo está presente no ambiente, nas relações, na cultura e essa consciência é um princípio que o torna agente de transformação. A professora que não reconhece o impacto do racismo na dinâmica psicoemocional de seus alunos deixa de interpelar essa realidade em sua prática docente. Educar e cuidar podem estar juntos se a escola se responsabiliza pela criança negra e sua saúde. Para isso é preciso ampliar a capacitação dos profissionais em relação às questões étnico-raciais e seus efeitos.

Acreditamos que a psicologia também deveria incluir na sua formação os estudos do racismo, da branquitude, seus efeitos, modos de prevenção e as implicações clínicas. A categoria deve reconhecer que se trata de uma questão urgente para a psicologia. É aviltante termos profissionais que ainda não reconhecem o racismo como um problema psicoemocional, que não sabem manejar essa realidade com seus pacientes ou usuários, pois essa questão atravessa todos os campos de

¹¹Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_10639_09012003.pdf

intervenção do psicólogo, dos espaços públicos ao consultório, do coletivo ao individual.

A psicologia como categoria profissional não só pode falar sobre racismo, como deve. O CFP (Conselho Federal de Psicologia), ao lançar a resolução 018/2002, incluiu as questões étnico raciais como prioridade na ética e prática do profissional de psicologia. Porém, é relevante que se considere um modo ético de ampliar a análise sobre o racismo. A implicação do psicólogo na questão do racismo é de máxima importância e a necessidade de incluir esses estudos na grade obrigatória dos cursos de graduação é imprescindível. O Conselho Federal de Psicologia lançou em 2017 o material “*Relações Raciais: Referências Técnicas para a atuação de psicólogas/os*”, onde aborda e ancora as questões étnico-raciais na prática do profissional de psicologia brasileiros

Nossas análises apontam para a necessidade de ampliação e discussão sobre a relação do racismo com a constituição subjetiva da infância negra e branca. Na intenção de expandir os estudos dos efeitos do racismo na infância acreditamos que pesquisas devem incluir não só a criança negra, mas também a branca, pois o cuidado da infância necessita que a branquitude seja analisada e interditada desde este período. Construir empatias e desconstruir ideologias e comportamentos racistas desde essa idade deve ser desenvolvido pelas políticas da infância.

Este estudo buscou compreender e comprometer a psicologia com o trabalho de desconstruir o racismo e seus efeitos, porém a branquitude não pode deixar de ser estudada, ela deve estar sempre ao lado da negritude, em todos os sentidos. Que nascer e crescer negro possa ser transformado e que possamos trabalhar na direção de um país que não diferencie seu povo pela cor da pele.

6.1 Referências bibliográficas

C.F.P., **Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os**. Brasília: CFP, 2017. 147 disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf

CHAUÍ, M. **A ideologia da competência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Autêntica, 2014.

DJOKIC, A. Colorismo: o que é, como funciona. **Geledés – Instituto da Mulher Negra**. São Paulo, fev. 2015. Sessão Mulher Negra. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/>> Acesso em: 9 abr. 2019.

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968

7- Referências Bibliográficas

A VOZ DA RAÇA. **Secção de Anuncios**, São Paulo, 08 abr. 1933. Recuperado de <http://memoria.bn.br/pdf/845027/per845027_1933_00004.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2017.

ACARI, D. Uma janela que bate, um coração que dispara, um dia ruim que começa... In: FRANÇOSO, O. M. (Org.). **Clínica Política, a experiência do centro de estudos em reparação psíquica lá em Acari**. Rio de Janeiro: Equipe Clínico Política, Instituto de Estudos da Religião (ISER), 2018, p. 19-23.

ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. In: ESCÓSSIA L., KASTRUP, V.; PASSOS, E. **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa/intervenção e produção de subjetividade**. Porto alegre: Sulina, 2009, p. 131-149.

ANDRADE, I. P. Construindo a Auto-estima da Criança Negra. In: MUNANGA, K. (Org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª ed. ver. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 117-123.

ARANTES, M. A. Sartre e o Humanismo Racista Europeu: uma leitura sartriana de Frantz Fanon. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 382-409, mai./ago., 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n27/a14v13n27.pdf> Acesso em: 1 abr. 2018

ARROYO, M. G.; SILVA, M. R. **Corpo-infância: exercícios tensos de ser criança; por outras pedagogias dos corpos**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BANKS, T. L. Colorism: a Darker Shade of Pale. **UCLA Law Review**, California, v. 47, p. 1705-1746, s/d, 1999-2000. Disponível em: http://digitalcommons.law.umaryland.edu/fac_pubs/217/ Acesso em: 20 jan. 2018.

BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática**. Belo Horizonte: Instituto Felix Guattari; Edit. Record, 2002.

BARTON, L. R.; PARKE, K. A.; WHITE, C. L. Screening for the Social and Behavioral Determinants of Health at a School-Based Clinic. **Journal of Pediatric Health**, mar., 2019. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0891524518302608>> Acesso em: 14 abr. 2019.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In CARONE, I.; _____, (Orgs.). **Psicologia Social do Racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 25-57.

BICALHO, P; KASTRUP, V; REISHOFFER, J. Psicologia e segurança pública: invenção de outras máquinas de guerra. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 56-65, jan./abr., 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n1/07.pdf> Acesso em: 24 jun. 2018.

BLAKE, J. J.; EPSTEIN, R.; GONZÁLEZ. T. **Girlhood Interrupted: The Erasure of Black Girls' Childhood**. Centre on Poverty and Inequality. Georgetown University Law Center. New Jersey, 2017. Disponível in <<http://www.law.georgetown.edu/academics/centers-institutes/poverty-inequality/upload/girlhood-interrupted.pdf>> Acesso em: 14 abr. 2019.

CAMPOS, L. A. Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 95, p. 1-19, ago., 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n95/0102-6909-rbcsoc-3295072017.pdf>> Acesso em: 01 fev. 2019.

CAMPOS, N. As Futuristas...!, **A Voz da Raça**, São Paulo, 30 set. 1933. Recuperado de <http://memoria.bn.br/pdf/845027/per845027_1933_00022.pdf> Acesso em: 01 jun. de 2017.

CANDIOTTO, C. Foucault: Uma História Crítica da Verdade. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 29, n. 2, p. 65-78, s/d, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v29n2/v29n2a06.pdf>> Acesso em: 16 abr. 2017.

CARDOSO, L. Branquitude crítica e acrítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Rev. latinoamericana Ciencias Sociales Niñez y Juventud**, Manizales, n. 8, v. 1, p. 607-630, jan./jun., 2010.

_____, **O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil**, Araraquara, 2014, 290p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

_____, O Branco-objeto: O Movimento Negro Situando a Branquitude. **Instrumento: R. Est. Pesq. Educ.** Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 81-93, jan./jun., 2011. Disponível em: <https://instrumento.ufjf.emnuvens.com.br/revistainstrumento/article/view/176> Acesso em: 14 abr. 2019.

CARONE, I.; BENTO, M. A. S (Orgs.). **Psicologia Social do Racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2014.

CARTER, R. T.; HELMS, J.; JUBY, H. L. The Relationship Between Racial Identity for White Americans: A Profile Analysis. **Journal of Multicultural Counseling of Development**, Louisiana, v. 32, p. 1-17, jan., 2004.

C.F.P., **Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogos/os**. Brasília: CFP, 2017. 147 disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf

CHAUÍ, M. **A ideologia da competência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Autêntica, 2014.

_____, **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CONT, V. D. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. **ScientiæStudia**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 201-18, abr./jun., 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ss/v6n2/04> Acesso em: 18 abr. 2019.

CRUZ, M.; GUARIENTO, S. A Centralidade do Racismo para a Compreensão e Enfrentamento da Violência de Estado no Brasil. In: FRANÇOSO, O. M. (Org.). **Clínica Política, a experiência do centro de**

estudos em reparação psíquica lá em Acari. Rio de Janeiro: Equipe Clínico Política, Instituto de Estudos da Religião (ISER), 2018, p. 25-33.

DJOKIC, A. Colorismo: o que é, como funciona. **Geledés – Instituto da Mulher Negra.** São Paulo, fev. 2015. Sessão Mulher Negra. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/>> Acesso em: 9 abr. 2019.

ESCÓSSIA L.; KASTRUP, V.; PASSOS E. **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa/intervenção e produção de subjetividade.** Porto alegre: Sulina, 2009, 207 p.

FANON, F. **Os Condenados da Terra.** Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____, **Pele Negra, Máscaras Brancas.** Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, F., 1964. **A integração do negro na sociedade de classes: (o legado da “raça branca”).** São Paulo: Globo, 2013.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas.** Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau editora, 2002.

_____, **Genealogía del Racismo.** Tradução de Alfredo Tzveibel. La Plata: Altamira editora, 1996.

_____, **Le pouvoir psychiatrique. Coursau Collège de France, 1973-1974.** Paris: Gallimard/Seuil, 2003.

_____, 1979. **Microfísica do Poder.** Roberto Machado (Org. e Ed.) Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FREITAS, A. P. A meus filhos – O que nós os pretos devemos saber, **A Voz da Raça,** São Paulo, 14 abr. 1934. Recuperado de <http://memoria.bn.br/pdf/845027/per845027_1934_00035.pdf> Acesso em: 01 jun. 2017.

FREUD, S., 1915. **Obras completas, volume 12: Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916).**

Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GAHYVA, H. O Bom Filho a Casa Torna, Gobineau refugiado na hierarquia familiar. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 235-256. jun., 2013.

GAHYVA, H. Arthur de Gobineau e Gilberto Freyre: um encontro improvável, uma aproximação possível. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 371- 390, jul./dez., 2015.

GIACOMINI, S. M. "Beleza Mulata e Beleza Negra". **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso), Rio de Janeiro, v. N.E., p. 217-227, 1994. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16105> Acesso em: março 2019.

GÓES, L. **A tradução de Lombroso na obra de Nina Rodrigues: o racismo como base estruturante da criminologia brasileira**, Rio de Janeiro: Revan, 2016, 193 p.

_____, **Racismo, genocídio e cifra negra: Raízes de uma criminologia Antropofágica**. Empório do Direito, 16 out., 2015. Disponível em: <https://emporiiododireito.com.br/leitura/racismo-genocidio-e-cifra-negra-raizes-de-uma-criminologia-antropofagica/> Acesso em: 14 abr. 2018.

GOULD, S. J. **A falsa medida do homem**. Tradução de Valier Lellis Siqueira; revisão da tradução de Luis Carlos Borges; revisão técnica de Carlos Camargo Alberts. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GOUVÊA, E. R. **Um estudo sobre transformações (re) produtivas em meio à disputas pelo controle do território. O caso da comunidade rural negra do Carumbi, Campo dos Goytacazes (RJ)**. Campos dos Goytacazes, 2016. 136p. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

GUATTARI, F. A Transversalidade. In: _____, **Revolução Molecular: Pulsões políticas do desejo**. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HOFBAUER, A Branqueamento e democracia racial: sobre as entranhas do racismo no Brasil. In: ZANINI, M. C. C. (Org.) **Por que “raça”? Breves reflexões sobre a Questão Racial no cinema e na Antropologia**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007, p. 151-188.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2015.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: ESCÓSSIA L., KASTRUP, V.; PASSOS, E. **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa/intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 32- 51.

KUPERMANN, D. **Estilos de cuidado: a psicanálise e o traumático**. 1. ed. São Paulo: Zagodoni, 2017, 176 p.

LARA, S. H. **Campos da Violência: Escravos e Senhores nas Capitâneas do Rio de Janeiro, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LIMA, L. L. G. **Rebeldia Negra e Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

LOBO, L. F. **Os Infames da História: pobres, escravos, e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2015.

MAIA, K. S., ZAMORA, M. H. O Brasil e a Lógica Racial: Do branqueamento à produção de subjetividade do racismo. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 265-286, s/d, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-56652018000200005&lng=pt&nrm=iso Acesso em 14 abr. 2019.

_____, Branquitude e pesquisa sobre racismo no Brasil. **Rev. Científica da Universidade de Mindelo**, São Vicente, v. 5, n. 1, p. 137-153, s/d, 2018. Disponível em: <https://unimindelo.edu.cv/revistaum/index.php/edicoes> Acesso em: 14 abr. 2018.

MATHEWS, T. J. **The relationship between skin complexion and social outcomes: how colorism affects the lives of African-American women**, Atlanta, Geórgia, 2013, 85p. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Justiça Criminal) - Faculty of Clark Atlanta University,

MONNERAT, T. C. C. Como libertar os escravos? Debates políticos sobre a abolição no Vinte e Cinco de Março - Jornal abolicionista em Campos dos Goytacazes, 1884-1888. **Anais do XV Encontro Regional de Historia da AMPUH**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338306542_A_RQUIVO_artigoanpuh-TanizeMonnerat.pdf Acessado em 04 2018.

MOORE, S. M. **Colorism among African-american Teachers: A Qualitive Study of Intra-racial discrimination in the Classroom**, Virgínia, Lynchburg, 2016. 157p. Tese (Doutorado em Educação) - LibertyUniversity.

MOREL, B. A. Tratado das degenerescências na espécie humana. Tradução de Maria Vera Pompeo de Camargo Pacheco. Revisão técnica de Mário Eduardo Costa Pereira. Texto retirado de *Traité des dégénérescences physiques, intellectuelles et morales de l'espèce humaine et les causes qui produisent ces variétés malades*. Paris: Baillière, 1857. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 497-501, set., 2008.

MORETTO, M. A. **A 'maceguenta' memória social na política cultural da 'azamboada' Campos dos Goytacazes**. Rio de Janeiro, 2009. 113p. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Museu de Astronomia e Ciências Afins, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

MOSCOSO, M. F., La mirada ausente: Antropología e infancia, **Aportes Andinos: Revista de Derechos Humanos**, n. 24, Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Sede Ecuador; Programa Andino de Derechos Humanos, abril 2009. 8 p. disponvitem em:

<http://repositorio.uasb.edu.ec/handle/10644/1038> Acessado em: abr. 2019.

MUNANGA, K. (Org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª ed. ver. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, 204p.

PAIXÃO. M., et al. **Relatório Anual de Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

PASSOS, E. E BARROS, R. B., Por uma Política da Narratividade, In: ESCÓSSIA L., KASTRUP, V.; PASSOS, E. **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa/intervenção e produção de subjetividade**. Porto alegre: Sulina, 2009, p. 150-171.

RAUTER, C. M. **Criminologia e subjetividade no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2003, 128 p.

READER, G. **O Conde de Gobineau no Brasil: documentação inédita**. São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, Conselho Estadual de Cultura, 1976.

RIBEIRO, R. M. **O Negro e seu Mundo, Vida e trabalho no pós-Abolição em Campos dos Goytacazes (1883-1893)**, Rio de Janeiro, 2012. 234p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

RIBEIRO, Y. G. **Os limites da reforma agrária e as fronteiras religiosas: os dilemas dos remanescentes de quilombos do Imbé – RJ**. Rio de Janeiro, 2011. 110p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

RODRIGUES, R. N. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Edit. Guanabara, 1956.

SANTOS, J. R. **O que é Racismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

SARTRE, J. P. **Crítica da razão dialética** Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira, Rio de Janeiro: DP&A ed., 2002

_____, **O Ser e o Nada, - Ensaio de ontologia fenomenológica**. 15 ed. Tradução de Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____, 1943. **Reflexões sobre o racismo**. Tradução de J. Guinsburg, São Paulo: Difusão Européia de Livro, 1960, 149p

SCHNEIDER, D. R. Liberdade e dinâmica psicológica em Sartre. **Natureza Humana**. Perdizes, v. 8, n. 2, p. 283-314, jul./dez., 2006. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/nh/v8n2/v8n2a02.pdf>> Acesso em: 01 abr. 2018.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo: Branquitude, Hierarquia e Poder na Cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2014

_____, **Famílias Inter-raciais: tensões entre cor e amor**. Salvador: EDUFBA, 2018, 146 p.

_____, Racismo e Antirracismo: a categoria raça em questão. **Rev. Psicologia Política**, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 41-55, jan./jun, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2010000100005 Acesso em: 14 abr. 2017.

SILVA, M. Cotas raciais nas universidades brasileiras e a ideologia da meritocracia. **Rev. Diálogo Educ.** Curitiba, v. 17, n. 54, p. 1207-1221, jul./set., 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/21944> Acesso em: 01 abr. 2018.

SOARES, M. S. Presença Africana e Arranjos Matrimoniais entre os Escravos em Campos dos Goytacazes (1790-1831). **Rev. História:**

Questões & Debates, Curitiba, n. 52, p. 75-90, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/24110> Acesso em: 01 abr. 2018.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SUE, D. W. **Microaggressions Everyday Life: race, gender and sexual orientation**. New Jersey: Published by John Wiley & Sons, 2010.

VANNUCHI, M. B. C. C. A Violência Nossa de Cada Dia: O Racismo à Brasileira. In: KON, N. M.; SILVA, M. L.; ABUD, C. C. (Orgs.). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2017, p. 59-70.

VERGNE, C. M., VILHENA, J., ZAMORA, M. H., ROSA, C. M. A palavra é... genocídio: a continuidade de práticas racistas. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 516-528, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v27n3/1807-0310-psoc-27-03-00516.pdf> Acesso em 13 março 2018.

VIANA, F. O., 1923. **Evolução do Povo Brasileiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

WILLIAMS, D. R., MOHEMMED, S. A. Racism and Health I: Pathways and Scientific Evidence. **American Behavioral Scientist**, v. 57, n. 8, p. 1152-1173, mai., 2013. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0002764213487340#i5> Acesso em 14 abr. 2019.

WILLIS, T. Y. “And Still We Rise...”: Microaggressions and Intersectionality in the Study Abroad Experiences of Black Women. **The Interdisciplinary Journal of Study Abroad**. Los Angeles, v. 26, p. 209-230, s/d, 2015. Disponível em: <https://frontiersjournal.org/wp-content/uploads/2015/11/WILLIS-FrontiersXXVI-StillWeRise.pdf> Acesso em: 14 abr. 2019.

WINICOTT, D. W., 1983. **O Ambiente e os Processos de Maturação. Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional.** Tradução de Irineo Constantino Schuch Ortiz. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ZAMORA M. H. Desigualdade Racial, Racismo e seus efeitos. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 563-578, set./dez., 2012.

ZAMORA, M. H., MAIA, M. V. M., Reflexões sobre jovens antissociais e seus atos destrutivos: algumas contribuições da teoria de Winnicott, **Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 140-156, s/d, 2009.

8- Anexos¹²

8.1Fotos para autodeclaração de cor de pele

8.1.1Crianças de cinco a oito anos



1A



1A



2A



2A



3A



3A

¹² Todas as imagens foram extraídas da internet, não sendo necessário autorização de imagem.



4A



4A



5A



5A

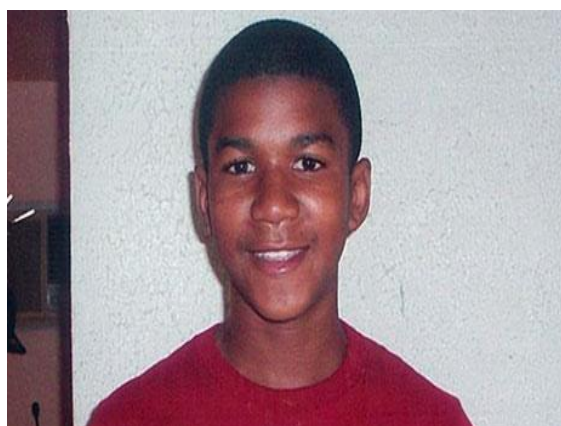
8.1.2 Crianças de oito a onze anos



1B



1B



2B



2B



3B



3B



4B



4B



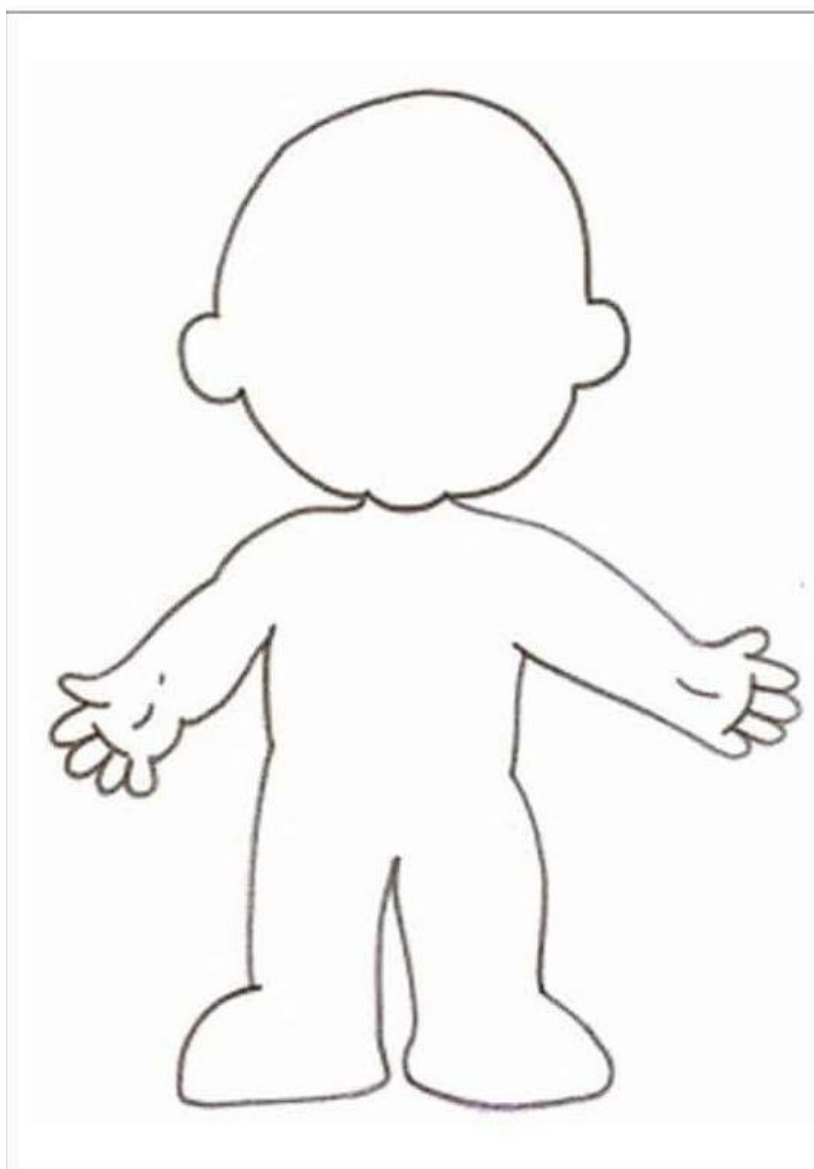
5B



5B

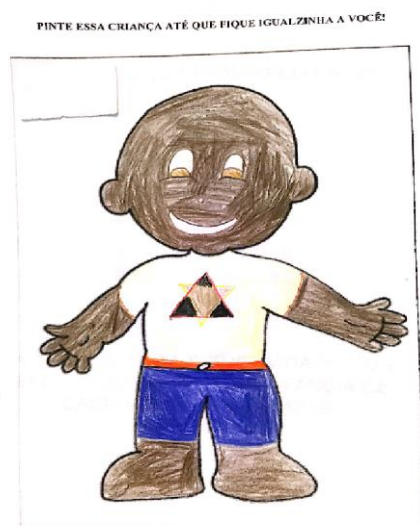
8.2- Silhueta de imagem corporal

“PINTA ESSA CRIANÇA ATÉ QUE FIQUE IGUALZINHA A VOCÊ!”



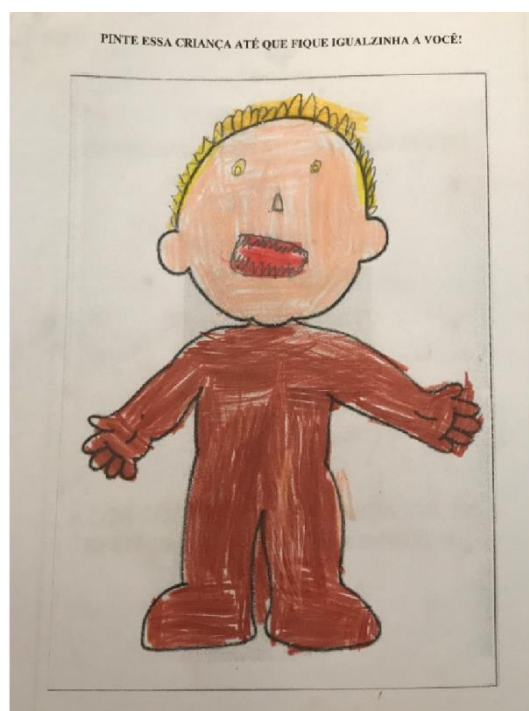
8.3 Material realizado pelas crianças

8.3.1 Igor



Scanned with CamScanner

8.3.2 Caio



Scanned with CamScanner

8.4 Termo de Consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

OBRIGATÓRIO PARA PESQUISAS CIENTÍFICAS EM SERES HUMANOS

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE DA PESQUISA

Nome: _____

.

Sexo: Masculino () Feminino () Data Nascimento:/...../.....

Endereço: _____

Bairro: _____.

Cidade: Campos dos Goytacazes.

Telefone: (____). _____

Email: _____

Título do Protocolo de Pesquisa: A cor da pele que pinta subjetividades: os processos de subjetivação do racismo na infância negra de Campos dos Goytacazes.

Subárea de Investigação:

Pesquisadora responsável: Kenia Soares Maia – Universidade Estácio de Sá Campos dos Goytacazes –Rua 28 de Março, 423, Centro, Campos dos Goytacazes - Telefone: 21 997147224 Email: kenia.soares@gmail.com

Avaliação do risco da pesquisa:

(X) Risco Mínimo () Risco Médio () Risco Baixo () Risco Maior

Objetivos e Justificativa:

O objetivo desta pesquisa é compreender como as crianças negras percebem sua cor de pele através de um desenho corporal. Este estudo é importante para que a Psicologia contribua para desconstruir os efeitos negativos que o racismo, que vivemos na sociedade, interfira no crescimento e amadurecimento de nossas crianças.

.

Procedimentos:

A criança será convidada a completar e pintar um desenho corporal com lápis de cor. Será tirada uma fotografia depois que ela completar o desenho, porém essa foto não será publicada em nenhuma rede social ou trabalho acadêmico. Será apenas um registro e controle para nossa organização.

Riscos e inconveniências:

Os riscos da pesquisa são mínimos, porém a criança pode apresentar alergia ao material presente no lápis de cor, assim como as pontas do lápis, se muito afiadas, podem ferir a pele da mesma.

Potenciais benefícios:

Os benefícios esperados por essa pesquisa dizem respeito: a maior informação sobre os efeitos do racismo na infância; que a Psicologia possa trabalhar na desconstrução dos mesmos e na busca por políticas públicas que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida das crianças negras.

Informações Adicionais:

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – da Universidade Estácio de Sá, em horário comercial pelo e-mail cep.unesa@estacio.br ou pelo telefone (21) 2206-9726. O CEP-UNESA atende em seus horários de plantão, terças e quintas de 9:00 às 17:00, na Av.

Presidente Vargas, 642, 22º andar.

Para esta pesquisa, não haverá nenhum custo do participante em qualquer fase do estudo. Do mesmo modo, não haverá compensação financeira relacionada à sua participação. Você terá total e plena liberdade para se recusar a participar bem como retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo

o estudo: A cor da pele que pinta subjetividades: os processos de subjetivação do racismo na infância negra de Campos dos Goytacazes.. Os propósitos desta pesquisa são claros. Do mesmo modo, estou ciente dos procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que a minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente na minha participação, sabendo que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízos.

Este termo será assinado em 02 (duas) vias de igual teor, uma para o participante da pesquisa e outra para o responsável pela pesquisa.

_____, ____ / ____ / ____

Assinatura do Participante da Pesquisa
Pesquisa

Assinatura do Responsável da